



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

A Aplicação das Regras do Acordo Ortográfico no Léxico das Disciplinas de Ciências Exatas no 2º Ciclo do Ensino Secundário em Angola

Baptista Muassangue

Dissertação para obtenção do grau de mestre em
Estudos Didáticos, Culturais, Linguísticos e Literários
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Professor Doutor Paulo Osório
Coorientadora: Prof^ª Doutora Ana Rita Carrilho

Covilhã, junho de 2017

“De todo o coração renderei Graças a Deus;
por que grande são as tuas obras consideradas
por todos os que nelas se comprazem”. (Cf.
Bíblia Sagrada Salmos 111-2)

Agradecimentos

Em primeiro lugar, os meus agradecimentos a Deus o criador de todo Universo e sustentador das minhas forças, em ti eu só confio. Pela oferta de saúde e força de vontade, para realizar o meu ideal e enfrentar todos os obstáculos durante o curso de Mestrado.

Em segundo lugar, o meu mais sincero obrigado ao Professor e orientador Doutor Paulo José Tente da Rocha Santos Osório, pela paciência, pela ajuda e amizade, dedicando o seu tempo especial a fim de orientar e encorajar-me.

À Professora e Coorientadora Prof^a Doutora Ana Rita, pela disponibilidade em todo o apoio prestado;

À coordenadora do curso, Professora Doutora Cristina Vieira, pelo profissionalismo, pela atenção e paciência dedicada;

Aos professores do curso, pelo incentivo e pela dedicação, direta ou indiretamente, e toda a atenção prestada durante o percurso de vida académica;

À Dr^a. Ana Sofia, o meu muito obrigado pela sua ajuda;

Ao Gabinete de Acessórios do Ministro da Educação de Angola, em especial à Dr^a. Paula Henriques, pela aceitação em constar na lista do segundo grupo de formandos para o projeto de Vocabulário Ortográfico Nacional em Angola;

Aos funcionários do INIDE, concretamente os da secretaria que me receberam, abriram portas em fornecer informações que serviu para a conclusão deste trabalho;

À Administração Municipal de Viana, ao chefe do RH e ao Gabinete de planeamento Estatístico (GEPE), meus colegas e, em especial, ao Diretor do Gabinete Dr. Alberto S. Gandu que permitiu a minha dispensa para este desafio;

À minha mãe Matuca Nsamba, meu irmão Jacinto Muassangue, o suporte da família, e sobrinhos e sobrinhas por me apoiarem todos os dias;

À minha querida esposa Isabel Capuissa, mulher encorajadora e protetora (uma grande mulher que sempre está ao meu lado dando forças, o meu muito obrigado mulher!). Aos meus filhos, agradeço a vossa compreensão pelos constantes abandonos. Amo-vos!

À Família Dr. António Calaim e à Igreja Evangélica do Beato, que me receberam de braços abertos e proporcionaram muitas ajudas e apoio durante a minha formação, o meu muito obrigado.

Aos amigos e colegas do curso, Catarina Lima, David Suelela, Mateus Jacinto, Sérgio Rodrigues, Gaudêncio Gameiro, Alexandra, Sónia, André Pitra e Carlos Luna (estes dois últimos Brasileiros) pela nossa trajetória nas horas das atividades e pelos incentivos.

Sem esquecer a ti grande amigo, irmão Catele C. Jeremias não tenho palavras... Deus sabe o que faz, colocou-te em frente para permitir mais uma conquista, estarás sempre na minha vida.

A todos que de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho. E mais uma vez agradeço ao ser invisível e “imortal” Deus, pela oferta de saúde e força de vontade, para realizar o meu ideal e enfrentar todos os obstáculos durante o curso de Mestrado.

Resumo

A presente dissertação, realizada no âmbito de Mestrado em *Estudos Didáticos, Culturais, Linguísticos e Literários*, pretende analisar a aplicabilidade das Regras do Acordo Ortográfico de 1990 no Léxico das disciplinas de Ciências Exatas do 2º ciclo no Ensino Secundário em Angola, particularmente das disciplinas de Física, Química, Matemática e Introdução à Economia. O principal motivo que nos levou a estudar este tema está relacionado com a problemática do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa, que tem sido palco de grande discussão em toda a esfera mundial dos países falantes da língua portuguesa, nomeadamente em Angola.

Métodos explicativos, auxiliados por uma extensão de análise documental detalhada de manuais escolares, revisão literária e bibliográfica atinentes ao tema foram fatores determinantes para realização do nosso trabalho.

Os principais resultados deste estudo revelaram que todos os manuais analisados acarretam alterações no léxico das disciplinas por forma a cumprirem o acordo ortográfico, em valores de número de páginas que variam entre 19% e 83%. O manual de Química de 10º ano, dada a especificidade de muitos termos da disciplina, apresenta o maior número de páginas que não cumprem o Acordo (159), e o manual de matemática, o menor número de páginas (37). Em todos os manuais, a manutenção da terminologia é uma constante, destacando-se, desta forma, a exequibilidade da aplicação do Acordo Ortográfico de 1990 às disciplinas do 2º ciclo do ensino secundário, em Angola.

Palavras chave: Acordo Ortográfico, Léxico, Lexicologia, Terminologia, Ciências Exatas

Abstract

The present dissertation, carried out within the framework of a Master's Degree in Didactic, Cultural, Linguistic and Literary Studies, aims to analyze the applicability of the Rules of the 1990 Orthographic Agreement in the lexicon of the subjects of Secondary Education in Secondary Education in Angola, particularly the subjects of Physics, Chemistry, Mathematics and Introduction to Economics. The main reason that led us to study this theme is related to the problems of the Portuguese Language Orthographic Agreement, which has been the scene of great discussion in all the world sphere of Portuguese speaking countries, namely in Angola.

Explanatory methods, aided by an extension of detailed documentary analysis of textbooks, literary and bibliographical revision related to the theme were determining factors for the accomplishment of our work.

The main results of this study revealed that all the manuals analyzed lead to changes in the lexicon of the subjects in order to fulfill the orthographic agreement, in number of pages ranging from 19% to 83%. The 10th year chemistry handbook, given the specificity of many terms in the discipline, presents the largest number of pages that do not comply with the Agreement (159), and the math manual, the smallest number of pages (37). In all the manuals, the maintenance of the terminology is a constant, highlighting, in this way, the feasibility of the application of the Orthographic Agreement of 1990 to the disciplines of the second cycle of secondary education in Angola.

Key words: Orthographic Agreement, Lexicon, Lexicology, Terminology, Exact Sciences

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract.....	v
Lista de Figuras.....	viii
Lista de Tabelas.....	ix
Lista de Acrónimos.....	x
Introdução.....	1
Capítulo I - Quadro Teórico	4
1.1 - Abordagens sobre o Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia	4
1.1.1 - Léxico	4
1.1.2 - O léxico na história da língua Portuguesa	5
1.1.3 - Abordagem sobre a Lexicologia	6
1.1.4 - Abordagem sobre a Lexicografia	8
1.1.5 - Abordagens sobre a Terminologia	8
1.1.6 - As duas Interfaces da língua: o léxico e o vocabulário.....	9
1.1.7 - Inovação e enriquecimento do léxico	10
1.2 - Processo de criação de palavras.....	11
1.2.1 - Derivação e composição.....	11
1.2.2 - Neologia e estrangeirismo.....	13
1.2.2.1- Neologia	13
1.2.2.2 - Tipos de Neologia	13
1.2.2.3 - Neologismo	14
1.2.2.4 - Estrangeirismos.....	14
1.2.2.5. Hibridismos e Semantização	15
1.3 - Ciências do léxico e Ciências exatas: uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar	16
1.4 - Política linguística	18
1.4.1 - A política linguística em África e sua preservação	21
1.4.2 - Política linguística em Angola	22
Capítulo II - Ortografia da Língua Portuguesa	27
2.1 - Breve história da ortografia do português	27
2.1.1 - Período fonético	31
2.1.2 - Período pseudo-etimológico	32
2.1.3 - Período histórico-científico	32
2.2 - Normalização da ortografia da língua portuguesa.....	33
2.2.1 - 1990: Acordo ou desacordo ortográfico?	33
2.2.2 - O Acordo Ortográfico de 1990, o que muda?.....	36

2.2.3 - Comparação das bases do acordo de 1945 e 1990	39
2.2.4 - Razão do fracasso dos Acordos Ortográficos	45
Capítulo III - Aplicação das Regras do AO de 1990 no Léxico das Disciplinas de Ciências Exatas do 2º Ciclo do Ensino Secundário em Angola	46
3.1 - Caracterização do Sistema Educativo em Angola	46
3.2 - Caracterização do Ensino Secundário em Angola	49
3.3 - Aplicação das regras do Acordo de 1990 nas disciplinas de Ciências Exatas no Ensino Secundário em Angola	51
3.3.1 - Física	51
3.3.2 - Química	54
3.3.3 - Matemática	57
3.3.4 - Introdução à Economia	59
3.4 - Quadro Sinótico	61
Conclusão	65
Referências Bibliográficas	67

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa de política linguística. As principais línguas nacionais mais faladas em Angola	23
Figura 2 - Representação da percentagem de páginas que não obedecem ao AO/90 por capítulo no livro de Física da 10 ^a -11 ^a classes da Editora das Letras.	52
Figura 3 - Representação da percentagem de páginas que não obedecem ao AO/90 por capítulo no livro de Química da 10 ^a classe da Porto Editora.	54
Figura 4 - Representação da percentagem de páginas que não obedecem ao AO/90 por capítulo no livro de Matemática da 12 ^a classe de Textos Editores.	57
Figura 5 - Representação da percentagem de páginas que não obedecem ao AO/90 por capítulo no livro de Introdução à Economia da 10 ^a classe da Editora Porto.	59
Figura 6 - Representação das Partes/Capítulos do manual de Física que não obedecem ao AO/90 por comparação com o número total de páginas em conformidade com o AO/90.	62
Figura 7 - Representação das Partes/Capítulos do manual de Química que não obedecem ao AO/90 por comparação com o número total de páginas em conformidade com o AO/90.	62
Figura 8 - Representação das Partes/Capítulos do manual de Matemática que não obedecem ao AO/90 por comparação com o número total de páginas em conformidade com o AO/90. .	63
Figura 9 - Representação das Partes/Capítulos do manual de Introdução à Economia que não obedecem ao AO/90 por comparação com o número total de páginas em conformidade com o AO/90.	64

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Modelo interventivo de políticas linguísticas.....	21
Tabela 2 - Representação percentual das línguas mais faladas	25
Tabela 3 - Organização do manual de Física da 10 ^a -11 ^a classes da Editora das Letras: Capítulos, Unidades, nº total de páginas por capítulo, nº total de páginas que não obedecem ao AO/90 e palavras que não respeitam o AO/90.....	53
Tabela 4 - Organização do manual de Química da 10 ^a classe da Porto Editora: Capítulos, Unidades, nº total de páginas por capítulo, nº total de páginas que não obedecem ao AO/90 e palavras que não respeitam o AO/90.....	55
Tabela 5 - Organização do manual de Matemática da 12 ^a classe da Editora Textos: Capítulos, Unidades, nº total de páginas por capítulo, nº total de páginas que não obedecem ao AO/90 e palavras que não respeitam o AO/90.....	58
Tabela 6 - Organização do manual de Introdução à Economia da 10 ^a classe da Porto Editora: Capítulos, Unidades, nº total de páginas por capítulo, nº total de páginas que não obedecem ao AO/90 e palavras que não respeitam o AO/90.....	60

Lista de Acrónimos

ACL - Academia das Ciências de Lisboa;

AO/90 - Acordo Ortográfico de 1990;

AULP - Associação das Universidades de Língua Portuguesa;

CAARE - Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Reforma Educativa;

CASA-CE- Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral;

CPLP - Comunidade dos Países da língua Portuguesa;

CRA - Constituição da República de Angola;

DL - Decreto Lei;

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola;

GCC - Gabinete Central de Censo;

GEPE - Gabinete de Estudos Planeamento e Estatísticas;

HR - Recursos Humanos;

INE - Instituto Nacional de Estatística;

INIDE - Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação;

INL - Instituto Nacional de Línguas;

ILN - Instituto de Línguas Nacionais;

LBSE - Lei de Base do Sistema de Educação;

MED - Ministério da Educação;

MPLA - Movimento popular de Libertação de Angola;

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico;

ONU - Organizações das Nações Unidas;

PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa;

PRS- Partido de Renovação Social;

RE - Reforma Educativa;

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura;

UNITA - União Nacional para Independência Total de Angola.

Introdução

O estudo da problemática sobre o acordo ortográfico, e a compreensão do seu contexto, obriga a recuar no tempo, ou seja, só assim se poderá compreender a essência normativa sobre o processo das regras do Acordo Ortográfico. A temática do Acordo Ortográfico não é um assunto recente, evoluiu de sociedade para sociedade e continuará para sociedades futuras. O período de 1911 a 1945 é a grande referência histórica que demarca o início da problemática em alusão.

Contudo, o assunto é esgotável apenas ao nível da comunidade académica do grupo de linguistas, estende-se para a grande maioria dos falantes da língua portuguesa e da comunidade sociopolítica, económica, investigadores científicos e a todos os falantes da língua portuguesa. Esta situação tem como traços o desenvolvimento e as mudanças constantes que se tem observado ao nível da língua portuguesa ocasionado pelas reformas ortográficas históricas, atingindo os aspetos lexicais e que vai objetivamente afetar as reformas atuais.

Assim sendo, os anos de 1986 a 1990 são anos da nova era, em que uma outra realidade inclusiva surge no campo da língua portuguesa. O Acordo Ortográfico (AO) do ano 1990 teve a intenção de unificar a língua portuguesa, sendo esta situação desafiadora e obrigando os países falantes da língua portuguesa (Angola, Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor-Leste) à realização de encontros de consenso que culminou como a aprovação e assinatura de um projeto de texto de ortografia “unificada”. Em 2002, à luz do protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, à ocasião da IV Conferência de Chefes de estados e de governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), viu-se a inclusão de mais um membro: a República Democrática de Timor Leste.

É importante lembrar que a ansiedade da unificação da ortografia é positiva, uma vez que o AO de 1990 permitiu uma reforma da linguagem escrita, não só em questões fonéticas como também fonológicas. Hoje, o Acordo Ortográfico de 1990 está numa mesa de debates, procurando encontrar soluções tangíveis com vista a alcançar os objetivos pretendidos. Porém existem inúmeras razões de influências fonológicas, psicopedagógicas, económicas e sociais apontadas pelos responsáveis nos países proponentes do projeto de texto unificado, que ainda precisam de ser limadas, cujas influências tendem a afetar o sistema de ensino secundário em Angola. Angola é um país cujo sistema de ensino sofreu modificações de várias ordens: políticas, sociais, económicas, linguísticas e outras.

Desde a Independência Nacional, o Governo Angolano traçou como metas principais a formação integral do Homem, o surgimento da adoção da política educativa inclusiva e um novo sistema educativo, com objetivos devidamente definidos. A educação é um direito do ser humano e é uma ferramenta fundamental para alcance dos objetivos de igualdade e desenvolvimento. A esta realidade, o atual sistema de ensino é fruto de diagnósticos

realizados ao nível nacional com finalidades de modificação do anterior sistema educativo que não se coadunava com os desafios atuais.

O atual sistema educativo angolano é fruto da situação de paz que o país vive, de um esforço conjuntural que envolve vários atores políticos, sociais, Igrejas e de partidos com e sem assento parlamentar, nomeadamente MPLA, UNITA, FNLA, PRS, CASA-CE e de outros agentes de mudanças. Por este esforço, hoje o sistema Educativo angolano é consagrado na Constituição da República e consagrado na Lei de Base sobre o Sistema educativo, Lei nº13/01 de 14 de janeiro e através do Decreto nº 2/05. Este documento espelha a magnitude da reforma educativa e esta o sistema educativo.

De certo modo, as etapas dos progressos da reforma educativa trouxeram uma revolução tangível, a educação angolana passa a reger-se com base nos princípios gerais do sistema de Educação e Ensino fundamentados nos princípios gerais “da legalidade, da integridade, da laicidade, da universalidade, da democraticidade, da gratuidade, da obrigatoriedade [...]”, visando o alcance dos objetivos da reforma, a expansão da rede escolar e a melhoria da qualidade de ensino. Assim sendo, a estrutura do ensino secundário no novo sistema educativo é constituído por dois ciclos: o 1º Ciclo e o 2º Ciclo, proporcionando a formação de alunos e a sua preparação para o ingresso no ensino superior. Desta forma, e atendendo à importância que o AO tem na unificação da língua portuguesa, ao nível da linguagem escrita, não só em questões fonéticas como também fonológicas, torna-se importante perceber de que forma e que implicações terão a implementação deste acordo no sistema educativo angolano, particularmente nas disciplinas das ciências exatas do ensino secundário.

Desta forma, constituiu o objetivo principal do nosso trabalho analisar as regras do Acordo Ortográfico de 1990 no léxico das disciplinas de Ciências Exatas do 2º ciclo de Ensino Secundário em Angola, nomeadamente a Física, Química, Matemática e Introdução à Economia, por forma a auxiliar na compreensão das alterações necessárias ao nível dos textos, temas e estrutura dos manuais dessas disciplinas. Como objetivos específicos definiu-se:

- Identificar as unidades do Manual de aluno e as possíveis temáticas que não estejam em conformidade com o novo Acordo Ortográfico de 1990;
- Analisar as principais mudanças, as suas incidências lexicais na interdisciplinaridade e transdisciplinaridade nos respetivos manuais, ao abrigo do Acordo Ortográfico de 1990;
- Averiguar o grau de aplicabilidade do Acordo Ortográfico de 1990 nessas disciplinas;
- Apresentar possíveis soluções que visarão uma reflexão para a ratificação do Acordo Ortográfico de 1990 em Angola, no âmbito das ciências exatas do 2º ciclo do Ensino secundário.

A escolha deste tema prende-se com o facto de ser um assunto atual e pela ausência no país de estudos que abordam a aplicação das regras do Acordo Ortográfico de 1990 no léxico das disciplinas de ciências exatas. Deste modo, pensamos que o presente trabalho poderá contribuir para colmatar as insuficiências sobre o assunto.

A metodologia usada neste trabalho é decorrente da relação interdisciplinar e transdisciplinar relativamente às ciências do léxico e às ciências exatas, tendo em atenção a matéria que constitui objeto do nosso trabalho. Trata-se de um método predominantemente qualitativo, comparativo e analítico, tendo-se utilizado como instrumento a análise documental detalhada de manuais escolares e a revisão literária e bibliográfica relativas ao tema.

Capítulo I - Quadro Teórico

1.1 - Abordagens sobre o Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia

1.1.1 - Léxico

O estudo sobre o léxico constitui um processo de desenvolvimento linguístico na mais ampla estrutura da unidade lexical, ou seja, ao estudarmos o léxico compreendemos hoje que os termos Léxico, Lexicologia, Lexicografia e Terminologia têm sido uma das partes desta abordagem que leva a esclarecer com mais exatidão o funcionamento do processo de desenvolvimento linguístico no campo das suas investigações científicas. Neste item, pretendemos, de um modo geral, apresentar o quadro teórico sobre o léxico, uma vez que mostra ser o cerne da nossa investigação.

Ao estabelecermos a sua especificidade e autonomia, a lexicologia passa a englobar, no seu estudo, fenómenos concernentes à criação lexical, formação de unidades lexicais, à etimologia, relacionando-se com a fonologia, a morfologia e a sintaxe. Não haverá léxico sem antes existir uma comunidade de falantes que irão usar estas unidades lexicais. Por tal facto, Evanildo Bechara define o léxico como sendo “o acervo de uma unidade lexical que uma determinada língua possui”¹. O conceito do léxico muitas vezes entendido como “léxicon tem a sua origem do latim”². Já na atualidade, o léxico passou a ser entendido como sinónimo de índice, glossário, vocabulário ou dicionário monolíngue ou bilingue, tal como foi referenciado por Alexandre Chicuna³.

Para Manuel Quivuna, o termo léxico é “polissémico”⁴. O autor apresenta duas particularidades distintas que levam a compreender esta polissemia⁵: a primeira particularidade apresenta uma perspetiva abstrata, onde o léxico é designado por um conjunto virtual de unidades lexicais, ou seja, um conjunto aberto de unidades significativas que constituem um sistema de uma língua. Estas unidades do léxico tomam o nome de lexemas; na segunda particularidade, por oposição, o termo vocabulário é reservado ao discurso, chamado conjunto de unidades lexicais realizadas - atualizadas em contexto ou em *corpus* em que as unidades do vocabulário não deixam de ser vocábulos”⁶. Nesta visão, o autor está a incluir a nomenclatura de todos os conceitos linguísticos e não linguísticos e todos os referentes do mundo físico, do universo cultural.

¹Evanildo Bechara, *Moderna Gramática Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2003, p.2257.

² Ibidem.

³ Cf. Alexandre Chicuna, *Portuguesismos nas Línguas Bantu. Para um dicionário, Português-Kiyombe*, Lisboa, 2ª ed., Colibri, 2015, pp.47-48.

⁴Cf. Manuel Quivuna, *Lexicologia Aplicada ao Ensino do Léxico em Português Língua Não Materna*, Lisboa, Colibri, 2014, p.53.

⁵Cf. Manuel Quivuna, *Lexicologia Aplicada ao Ensino do Léxico em Português Língua Não Materna*, Lisboa, Colibri, 2014, p.53.

⁶ Manuel Quivuna, *op. cit.*, p.53.

Do ponto de vista linguístico, segundo a contribuição de Mário Vilela, entendemos que o termo léxico é um “conjunto de palavras, que estabelecem uma relação morfológica, fonológica, sintática e semântica”⁷. A articulação das palavras nos domínios apresentados acima é uma forma de constituição do léxico que servirá para uma determinada língua. Para Teresa Camacha, o léxico é o conjunto de todas as palavras que fazem parte da língua. A autora afirma ainda que o léxico tem uma grande importância, pois é nele onde se refletem todas as “mudanças, políticas, económicas, sociais, culturais e científicas”⁸.

Mário Vilela, novamente, sublinha que “o léxico é a parte da língua que permite configurar a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico de uma comunidade, os avanços e recuos civilizacionais, descobertas e eventos... [...]”, pois, “afinal quase tudo antes de passar para a língua e para a cultura dos povos recebe um nome, esse nome faz parte do léxico”. Léxico “é um repositório do saber linguístico e é a janela através do qual o povo vê o mundo”⁹.

Destes pontos de vista, o léxico de uma língua, como a língua portuguesa, é um organismo vivo, extremamente complexo na sua composição e resulta de vários trabalhos, porque cada vez mais o léxico sofre algumas mudanças em função do tempo, pois a essência desta evolução tende para uma comunidade maior de falante.

Para Manuel Quivuna, o léxico não está estagnado em uma única ciência da linguística e ligado a um único conceito: na informática, é designado como “léxico de instruções, de um programa ou um léxico computacional”¹⁰ cujo papel é dar instruções a um programa informático. Na ciência da documentação, o termo léxico documental aponta para um sistema de descritores.

Correia e Lemos acrescentam que “se é verdade que todas as mudanças afetam as componentes do conhecimento linguístico (fonológica, morfológica, sintática, semântica e pragmática), é também verdade que essa mudança é fundamentalmente visível ao nível do léxico.”¹¹ Assim, o léxico é evolutivo e a sua abrangência em ciências constitui o acervo cultural de um povo, como acima fizemos referência.

1.1.2 - O léxico na história da língua Portuguesa

A língua portuguesa está em constante mudança. Estas mudanças ocorrem em vários níveis linguísticos (morfológico, fonológico, sintático, semântico e pragmático). Para que se compreenda a perspetiva histórica sobre o léxico, temos de ter em conta a origem histórica da língua portuguesa.

⁷ Cf. Mário Vilela, *Estudos de Lexicologia do Português*, Coimbra, Livraria Almedina, 1979, p.10.

⁸ Cf. Teresa Manuela Camacha José da Costa, *Os empréstimo das Línguas Bantu no Português falado em Angola. Um estudo Lexicológico da variante Angolana, Luanda, Editora Grafvico, 2013, p.31.*

⁹ Cf. Mário Vilela, *Estudos de lexicologia do Português*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994, p.6.

¹⁰ Cf. Manuel Quivuna, *Lexicologia Aplicada ao Ensino do Léxico em Português Língua Não Materna*, Lisboa, Colibri, 2014, p.53.

¹¹ Cf. Margarita Correia e Lúcia S.P Lemos, *Inovação Lexical em Português*, Lisboa, Colibri, 2005, p.10.

O léxico do português surge especificamente nas línguas europeias antigas e modernas através da conquista feita pelos Romanos na Península Ibérica de que resultou no cruzamento entre as línguas locais e o latim vulgar.

Estudos comparativos das línguas românicas conduzem à construção de um ponto de partida para evolução da língua portuguesa. Contudo, na estruturação da história da língua portuguesa, a periodização desempenhou um papel decisivo em especial para o português, onde o léxico passa a ser parte integrante do “português antigo, português médio e português moderno”¹². Este facto, referenciado por Mário Vilela, ressalta que tem que ser feita a distinção entre o léxico latino, o léxico herdado e o léxico tomado como empréstimo. Na mesma visão, o autor diz que o léxico herdado é “distribuído nas áreas temáticas vitais (como designação das partes do corpo e dos efeitos físicos... [...])”¹³.

Segundo Isabel Leiria, durante muito tempo, o léxico foi visto como uma entidade vasta e indefinida, tendo diferentes pontos de vista; a mesma autora afirma que “o estatuto do léxico é de grande interesse pelo seu estudo e tem vindo a mudar progressivamente em especial nos anos 90, onde grande parte das teorias tem atribuído ao léxico uma posição central na teoria linguística”¹⁴, fazendo com que a mudança lexical se estende até às outras ciências auxiliares tais como a psicolinguística, a linguística aplicada e a lexicologia, entre outras.

Todo e qualquer usuário de uma determinada língua é suscetível de utilizar o léxico, pois este está aberto e disponível para todas as línguas, facilitando assim o vocabulário para a expressão própria.

Certamente, Mário Vilela é da opinião que o léxico de uma língua está estruturado de acordo a determinados princípios”¹⁵. Este autor aponta como exemplo a dimensão “*maturidade*”, ou seja, a competência lexical de um locutor. Importa salientar que é no contacto com os falantes que o vocabulário se vai renovando, partindo das necessidades de comunicação. No entanto, desta abordagem sobre o léxico é comum aceitar que o vocabulário de uma língua não é um conjunto fechado, mas sim uma declaração aberta onde constantemente surgem lexemas novos e desaparecem outros de acordo a necessidades dos falantes.

1.1.3 - Abordagem sobre a Lexicologia

A Lexicologia é “uma área da linguística que tem por objeto o estudo do léxico de uma determinada língua, tendo em atenção a relação de aspetos da fonologia, morfologia, semânticos e sintáticos, numa perspetiva diacrônica e sincrônica, por meio de um tratamento

¹² Cf. Annette Endruschat et alii, *Introdução Básica à Linguística do Português* (Trad, António C. Franco), Lisboa, Colibri, 1ª ed. 2015, p.25.

¹³ Cf. Mário Vilela, *Estudos de Lexicologia do Português*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994, P.13.

¹⁴ Cf. Isabel Leiria, *Léxico, Aquisição e Ensino do Português Europeia Língua Não Materna*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, pp.28-29.

¹⁵ Cf. Mário Vilela, *op. cit.*, p.35.

qualitativo ou quantitativo”¹⁶. A Lexicologia é uma ciência autônoma que se encarrega da organização e estruturação do léxico das línguas.

Para Mário Vilela, a Lexicologia é uma ciência que permite estudar o léxico de uma língua. O seu principal objeto é o seu relacionamento com os demais subsistemas da língua, incluindo sobretudo na análise da estrutura interna do léxico, nas suas relações e inter-relações.

António Matoso entende a Lexicologia como a ciência que estuda as palavras consideradas nos seus elementos de formação, no seu valor representativo e em todos os elementos que concorrem para o aperfeiçoamento da organização do léxico. Ela difere da “etimologia que estuda diversas acepções dos elementos que compõem a palavra”¹⁷.

A Lexicologia é o ramo da linguística que também “analisa e estuda o vocabulário das suas palavras nas suas relações com a etimologia, a fonética, a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica”¹⁸.

Na visão da Maria Madalena Contente, a Lexicologia é uma “ciência que se constitui a partir da linguística estrutural e tem como objecto o léxico, a morfologia e a semântica lexical, as estruturas morfossemânticas e morfossintáticas das unidades lexicais de uma língua e de todo o aparato da lexicogénese”¹⁹. Esta ciência também identifica e classifica as unidades lexicais. Sendo um estudo científico do léxico, a lexicografia é aplicada nas investigações com os dados teóricos da linguística.

Catele Jeremias aponta que a função da lexicologia não é a de inventariar o armazenamento de conteúdo do léxico, mas a sua função é a de indicar metas com fins de coordenar a língua. Nesta mesma tese, o autor em concordância com Mário Vilela, chama a atenção para “não confundir a lexicologia com lexicografia, o estudo da descrição da língua através dos dicionários, a elaboração de dicionários com a aplicação dos dados da lexicologia, isto é, redação de dicionários ou reflexões sobre eles”²⁰.

Para Genouvrier e Peytard, a Lexicologia é vista como estudo científico do léxico. Os mesmos autores salientam ainda que dentro do estudo da lexicologia estão descritos dois tipos de ciência de Lexicologia: a lexicologia “*descritiva*” e a lexicologia “*aplicada*”²¹.

¹⁶ Cf. Manuel Quivuna, *Lexicologia Aplicada ao Ensino do Léxico em Português Língua Não Materna*, Lisboa, Colibri, 2014, p.50.

¹⁷ Cf. António Matoso, *Dicionário da Gramática Portuguesa*, Portugal, Quarteto Editora, 2003, p.167.

¹⁸ Ibidem, p.167.

¹⁹ Cf. Maria Madalena Contente, *Terminocriatividade, Sinonímia e Equivalência Interlinguística em Medicina*, Lisboa, Colibri (UNL), 2008, p.23.

²⁰ Cf. Catele Jeremias, *Estudo da Toponímia do Município de Saurimo. Princípios para a Harmonização da Grafia*, Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Terminologia e Gestão de Informação de Especialidade, FCSHUNL, 2015, p.5.

²¹ **Lexicologia descritiva:** tipo de lexemas que permite estudar com exatidão a gramática e a semântica. A lexicologia aplicada analisa e classifica a elaboração de dicionário (...). Para mais informações, Cf. Genouvrier e Peytard (1985), *Linguística e Ensino do português*, Coimbra, Livraria Almedina, 1985. p.351.

1.1.4 - Abordagem sobre a Lexicografia

A Lexicografia é um ramo da linguística que se dedica ao estudo dos aspetos teóricos e práticos que culminam com a elaboração de um dicionário, compilação de vocabulários e glossários. Nesta ciência existe um critério de isolamento total do “lexicógrafo”²² quando vai compilar os seus trabalhos. O Lexicógrafo não pode tratar o léxico, ou seja, fazer listas do mesmo com definições sem ter o domínio do conjunto lexical sobre o qual trabalha.

Teresa Lino realça a existência de “três conceitos²³” ou três perspetivas teóricas fundamentais que definem a Lexicografia:

1. Arte de confecção de dicionários;
2. Realização de dicionários;
3. Estudo teórico e análise dos dicionários, através de métodos e estruturação.

Para Genouvrier e Peytard, a lexicologia e a lexicografia são dois termos que designam duas atitudes e metodologias diferentes, face ao léxico, sendo a Lexicografia a técnica de elaboração de dicionários a partir de fundamentos teóricos e metodológicos apresentados por um lexicógrafo. Atualmente, a Lexicografia recorre, com frequência, às tecnologias informáticas e às práticas lexicográficas.

Face à evolução técnica e científica das metodologias de trabalho de todas as ciências, os fundamentos metodológicos da Lexicografia, muitas vezes, são importados dos conceitos da Lexicologia.

Desde a época do Renascimento que se vai notando uma evolução técnica e científica, pois os métodos de elaboração dos dicionários constituem fundamentos técnicos aplicáveis na segmentação dos estudos lexicográficos. Contudo, observando o que acabámos de analisar, podemos anuir que existe um paralelismo entre a Lexicologia e a Lexicografia, tendo o léxico como seu objeto de estudo.

1.1.5 - Abordagens sobre a Terminologia

Segundo Maria Cabré, a terminologia é uma peça fundamental da comunicação «sense terminologia els especialistes no podrien expressar ni comunicar els coneixements, ni tan sols organitzar-los amb un mínim de sistematicitat. La terminologia és per als especialistes la base del pensament especializat»²⁴. Ainda é da opinião Maria Cabré que, nos processos linguísticos, em que surge a formação de novos termos e palavras, a Terminologia é fundamental.

Para Silvia Pavel e Dane Natel, a Terminologia é a “disciplina linguística dedicada ao estudo científico dos conceitos e dos termos usados na língua de especialidade”²⁵.

²² O termo é atribuído à pessoa que se dedica à Lexicografia. Cf. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, 2º Vol., Lisboa, 2001, p.2258.

²³ Cf. Lino cit. Chicuna, *Portuguesismos nas Línguas Bantu. Para um Dicionário, Português Kiyombe*, Lisboa, Colibri, 2ª ed, 2015, p.61.

²⁴ Cf. Maria Teresa Cabré, *La terminología: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*, Barcelona, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, UPF. 1999, p.45.

²⁵ Cf. Silvia Pavel et alii, *Manual de Terminologia*, Canadá, disponível em <https://linguisticadocumentaria.files.wordpress.com/2011/03/pavel-Teminologia.pdf>, consultado em abril de 2017, p.131.

A Terminologia é, então, um conjunto de termos que dizem respeito aos conceitos ou objetos referentes a um determinado domínio dos conhecimentos ou da atividade humana.

Alexandre Chicuna é de opinião que a Terminologia é uma área de especialidade no seio da linguística e que estuda os componentes linguísticos das unidades terminológicas, recorrendo aos contextos e, de forma abrangente, aos textos em que ocorrem²⁶. Maria Madalena Contente, realça que a Terminologia é uma componente mais importante das línguas de especialidade, cuja função é o “tratamento” e a “transferência de conhecimentos especializados, sendo depositárias de uma terminologia abundante”²⁷. Por sua vez, a Terminologia ocupa-se de subconjuntos do léxico de uma língua que irão constituir objetos das ciências.

A Terminologia pressupõe uma teoria de referência, ou seja, uma correlação entre a estrutura geral do conhecimento e o código linguístico correspondente. Segundo Teresa Lino, o termo é “polissémico”²⁸, apresentando três significados distintos. Nesta perspetiva, cabe ressaltar que os textos aparecem fundamentalmente para determinar as ocorrências das unidades terminológicas. Face a isto, nesta nossa abordagem sobre o léxico, lexicologia, lexicografia e terminologia, podemos afirmar que são ciências conexas que procuram trazer novas realidades, novos conceitos para o desenvolvimento da linguística na comunidade dos seus falantes, sendo que tais ciências possuem em comum o estudo da origem, da forma e do significado das palavras. É por este prisma que quando as ciências surgem, as suas técnicas são caracterizadas por uma terminologia particular de acordo com os pontos de vista e das suas finalidades.

Com base nos pensamentos acima prestados por vários autores, somos compelidos a referir que nada se poderá alterar na Terminologia das ciências socioeconómicas, políticas ou etnolinguísticas sem que sejam conhecidos, explicados e usados concretamente pelos especialistas destas disciplinas, os significados das palavras. Afirma Maria Madalena Contente que entre a lexicologia e a terminologia “existe uma interação”²⁹.

1.1.6 - As duas Interfaces da língua: o léxico e o vocabulário

As interfaces da língua caracterizam-se pelo seu conteúdo e particularmente, do ponto de vista quantitativo, pelos números de unidades que contêm. Assim, segundo Margarita Correia & Lúcia Lemos, o conceito de léxico é um “conjunto virtual de todos os lexemas da língua, isto é, o conjunto de todas palavras da língua, as neológicas que caíram em desuso, as atestadas e aquelas que são possíveis tendo em conta os processos de

²⁶ Cf. Alexandre Chicuna, *Portuguesismos nas Línguas Bantu. Para um Dicionário português Kiyombe*, Lisboa, Colibri, 2ª ed, 2014, p.53.

²⁷ Cf. Maria Madalena Contente, *Terminocriatividade, Sinonímia e Equivalência Interlinguística em Medicina*, Lisboa, Colibri, 2008, p.34.

²⁸ Cf. Maria Lino, *Escola de verão*, Lisboa, 2005, artigo disponível em <<http://www.google.com.br/>> consultado a 22.11.016.

²⁹ Cf. Maria Madalena Contente, *Terminocriatividade, Sinonímia e Equivalência Interlinguística em Medicina*, Lisboa, Colibri (UNL), 2008, p.23.

construção de palavras disponíveis na língua”³⁰. A autora acrescenta que o vocabulário é um conjunto factual de todos os vocábulos atestados num determinado registo linguístico, isto é, o conjunto fechado de todas as palavras que ocorrem de facto neste discurso³¹.

Na visão partilhada por Genouvrier e Peytard, o vocabulário é o “conjunto (V) das palavras efetivamente empregadas pelo locutor num ato de fala preciso”³². Assim sendo, o léxico de uma língua caracteriza-se pela evolução constante das palavras, na medida em que vão surgindo e desaparecendo, ganham ou perdem significados, trazendo aos seus usuários uma nova interação com a realidade social, fazendo com que o léxico e o vocabulário estejam à disposição dos locutores. O conhecimento de uma unidade lexical torna-se muito mais profundo quando se atribui um significado concreto no contexto em que se usa a palavra. Com base no que foi dito, compreendemos que existe uma relação de inclusão e de dependência entre o léxico e o vocabulário.

1.1.7 - Inovação e enriquecimento do léxico

A inovação e o enriquecimento lexical permitem ter uma visão clara sobre a evolução diacrónica e sincrónica da língua. Temos de compreender a dimensão sociolinguística que este processo nos apresenta no estudo do léxico. A finalidade de inovação e enriquecimento lexical é a criação de novas palavras. Segundo Margarita Correia e Lúcia Lemos, “A formação de palavras é o processo normal de enriquecimento do léxico”³³. Neste pensamento, cabe-nos dizer que a autora nos apresenta uma visão progressista quanto ao processo de inovação. Ao afirmar que a inovação está sujeita à continuidade de uma língua, a sua ausência constituirá, necessariamente, a morte, ou seja, o seu desaparecimento.

Segundo o que acabámos de aferir, este processo de inovação e enriquecimento lexical passa necessariamente por «mudanças»³⁴ causadas pelo tempo, espaço e, ainda, pela dinâmica social e económica, permitindo o descobrimento de novas palavras para a língua. A criação dessas palavras obedece às regras das diferentes vertentes linguísticas, nomeadamente nas áreas fonológica, morfológica, sintática semântica e pragmática.

Mário Vilela é de opinião que todas as mudanças nos processos acima referidos, “reflectem-se ao nível dos lexemas”³⁵ por estes serem os que mais diretamente influenciam a inovação lexical como um indício da vitalidade de uma língua. Quanto maior o número de novas palavras, mais “viva” estará uma língua. A realidade envolvente determina e condiciona, de forma direta, a criação de novas palavras, uma vez que a criatividade lexical dos falantes é quase ilimitada, ao se encontrarem perante novos conceitos e novas realidades, é necessário dar-lhes um nome.

³⁰ Cf. Margarita Correia e Lúcia Lemos, *Inovação Lexical em Português*, Lisboa, Colibri, 2005, p.9.

³¹ Idem.

³² Cf. Émile Genouvrier e Peytard, *Linguística e Ensino do Português*, Coimbra, Livraria Almedina, 1985, p. 280.

³³ Cf. Margarita Correia e Lúcia Lemos, *Inovação Lexical em Português*, Lisboa, Colibri, 2005, pp. 10-11.

³⁴ Ibidem, p.11

³⁵ Cf. Mário Vilela, *Estudos de Lexicologia do Português*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994, p.14.

Para Margarita Correia e Lúcia Lemos, quanto ao surgimento de novas palavras no léxico da língua, pode-se admitir no processo de inovação lexical que se faça a criação de “novas palavras”, recorrendo às regras da própria língua, reatualizando os lexemas existentes, dando-lhes novos significados ou recorrendo a palavras de outras línguas”³⁶.

1.2 - Processo de criação de palavras

O processo de formação de palavras vive sobre uma controvérsia entre linguistas contemporâneos com diferentes pontos de vista que procuram efetivamente defender a perspectiva a que pertencem. Para Cintra e Cunha, o processo de formação de palavras é um “conjunto de processos morfossintáticos que permitem a criação de unidades «novas» cujos morfemas tacitamente lexicais, com a utilidade de formar as palavras e os afixos de derivação ou procedimento de composição”³⁷. Pelo conceito acima, enquadrámos esta ciência no ramo gramatical da morfologia.

1.2.1 - Derivação e composição

Mira Mateus e Brito et al. apresentam um esclarecimento sobre a morfologia do português. Tipicamente, o componente tem uma procedência do núcleo ocupado por um radical complexo e quando acontece este procedimento, a derivação passa a ser quase “exclusivamente um processo de sufixação”³⁸.

Na visão destes autores, a caracterização de afixos derivacionais implica proceder fundamentalmente à identificação das propriedades gramaticais das formas de base às quais os sufixos se associam às formas derivadas que eles “integram”³⁹.

Segundo Rocha Lima, a derivação “consiste em acrescentar um elemento a uma palavra primitiva, que recebe o nome de afixo (prefixos e sufixos), tomando um novo significado”⁴⁰. Composição é o processo pelo qual se cria uma palavra pela reunião de dois ou mais elementos vocabulares de significação própria, formando uma significação nova.

Segundo Mário Vilela, a composição é o processo formativo que resulta da combinação de dois morfemas, que ocorrem como morfemas livres. Vilela diz, igualmente, que as construções eruditas apresentam as mesmas “relações sintagmáticas internas que os compostos, o que efetivamente não acontece com os morfemas livres”⁴¹. De acordo com os autores acima referenciados, o processo de formação apresenta um quadro geral, por um lado

³⁶Margarita Correia e Lúcia Lemos, *Inovação Lexical em Português*, Lisboa, Colibri, 2005, pp.10-11.

³⁷ Cf. Celso Cunha & Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, João Sá da Costa, 16ª edª, 2000, p.85.

³⁸ Cf. Maria Mateus et alii, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editora Gráfica, 5ª edª, p.943.

³⁹Isto quer dizer que a especificação lexical dos afixos derivacionais explícita é o conjunto das propriedades de seleção que os caracteriza.

⁴⁰ Cf. Rocha Lima, *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 31ª edª, 1992, p.200.

⁴¹ Mário Vilela, *Estudos de Lexicologia do Português*, Coimbra, Editora Livraria Almedina, 1994, p.62.

a derivação (derivação prefixal, sufixal, parassintética e regressiva ou verbal) e, por outro lado, a composição (composição por justaposição e por aglutinação).⁴²

Com outro ponto de vista, Rocha Lima explica que “nem sempre palavras derivadas se relacionam com palavras primitivas que tenham existência autônoma em português; muitas vezes, a um elemento vocabular herdado do latim ou do grego se opõe uma série de prefixos com os quais se formam numerosos derivados”⁴³.

A explicação apresentada por Mário Vilela, sobre as relações sintagmáticas internas, devemos distinguir, nos compostos, entre relações coordenativas e subordinadas. O autor afirma que se houver uma relação subordinativa, a partir desta junção, o composto é (determinado + determinante) determinativo ... [...] se houver uma relação coordenativa o composto desta relação será copulativa⁴⁴. Exemplos: aduzir, deduzir, induzir, produzir, reduzir (do radical de ducere); afonia, eufonia, apofonia, metafoia, profonia (do radical de phoné); jornal + ista = jornalista; símbolo (o) = simbolismo; determin (ar) = determinismo; realiza (r) = realizável.

Segundo Correia e Lemos, a distinção entre derivação e composição é tida fundamentalmente por quatro “fatores”⁴⁵.

- Existência apenas de uma unidade de significado lexical, à base de derivação à qual se junta um afixo (prefixo ou sufixo), ou dois (prefixo e sufixo, sendo o caso da derivação parassintética), para formar uma unidade lexical;
- Na composição, há pelo menos duas unidades de significado lexical, autônoma ou não autônoma, previamente existente na língua, que se unem para formar uma nova realidade lexical;
- A derivação é um processo de formação de palavras mais regular, dado que o número de afixos derivacionais de uma língua é um conjunto limitado e, além disso, a derivação é um processo governado por regras.

Ela permite determinar três categorias: da base; do derivado; prever significado do derivado a partir dos dois elementos expressos anteriormente.

- Os afixos derivacionais caracterizam-se por transportar informações gramaticais.

Abordando a composição e a derivação, Correia e Lemos são de opinião que se deve estabelecer a distinção entre dois tipos de unidades: as unidades com significado lexical e as unidades com significados gramaticais. Para Correia e Lemos, entende-se que as “unidades de significados lexicais” são as que permitem denominar entidades que existem fora da própria linguagem (substantivos, adjetivos e verbos), podendo ser unidades autônomas e não autônomas que, por sua vez, podem ocupar posições sintáticas”⁴⁶. Por exemplo: casa, belo, viajar; ou surgir apenas aglutinadas noutras unidades (exemplos: cefal em acéfalo ou

⁴² Deixamos o assunto por não ser objeto da nossa análise.

⁴³ Cf. Rocha Lima, *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 31ª ed, 1992, p.2001.

⁴⁴ Cf. Mário Vilela, *Estudos de Lexicologia do Português*, Coimbra, Editora Livraria Almedina, p.62.

⁴⁵ Cf. Margarida Correia e Lúcia Lemos, *Inovação Lexical do Português*, Lisboa, Colibri, 2005, p. 27.

⁴⁶ *Ibidem*.

cefaleia; bio em biologia ou biografia). A unidade de significado gramatical, relacional ou institucional são aquelas cujo significado não permite estabelecer uma relação direta.

1.2.2 - Neologia e estrangeirismo

1.2.2.1- Neologia

A sociedade está constantemente a evoluir e esta evolução reflete-se na língua. Sendo a língua um facto social, vai sendo moldada de acordo com a criação de vocábulos novos que enriquecem o seu léxico e se associam numa conjuntura para o surgimento de novos vocábulos.

A Neologia é um processo de criação e renovação do léxico de uma língua pela criação e incorporação de unidades novas, ou seja, novos vocábulos, dando origem ao neologismo. Ieda Alves apresenta o conceito de Neologia, como sendo o “processo de criação lexical”⁴⁷.

Segundo Teresa Manuela Camacha, compreender a Neologia é olhar em duas perspetivas: a neologia enquanto fenómeno linguístico e, para a autora, esta perspetiva:

[...] é entendida como a capacidade natural de renovação do léxico da uma língua pela criação e incorporação de unidades novas que são os neologismos”; -a neologia enquanto fenómeno investigativo que compreende a observação, o registo e a datação, a descrição e a análise dos neologismos que vão aparecendo na língua.⁴⁸

Neste contexto, em concordância com a autora, na primeira perspetiva de neologia enquanto fenómeno linguístico de neologia, há um elemento a ser adaptado que é designado por empréstimo externo.

1.2.2.2 - Tipos de Neologia

Tendo em conta o que acima referimos e enquanto produto da demonstração da criatividade lexical, para Margarita Correia e Teresa Manuela Camacha, a criatividade lexical pode apresentar-se em dois tipos de neologia: Neologia denominativa é “[...] resultante da necessidade de nomear novas realidades [...] anteriormente existentes; Neologia estilística que “corresponde à procura de uma maior expressividade do discurso, para traduzir ideias não originais de uma maneira nova, ou para exprimir de modo inédito certa visão do mundo”⁴⁹”.

No processo do enriquecimento do léxico, Luísa Oliveira e Leonor Sardinha apresentam a neologia “formal / lexical, aquela que se dedica na criação de novas palavras”⁵⁰. A Neologia semântica tem a finalidade de utilizar palavras existentes, dando-lhes

⁴⁷ Ieda M^a Alves, *Neologismo: Criação Lexical*, São Paulo, Editora Ática, 3^a ed., 2007, p.5.

⁴⁸ . Cf. Teresa Manuela Camacha José da Costa, *Umbundismos no Português de Angola. Proposta de um Dicionário de Umbundismos*, Tese de Doutoramento em Linguística na Especialização em Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, Lisboa, UNL, 2015. p.48.

⁴⁹Cf. Teresa Manuela Camacha José da Costa, *Os Empréstimos das Línguas Bantu no Português Falado em Angola*, Luanda, Grafvico, 2013, pp,33-34.

⁵⁰ Cf. Luísa Oliveira e Leonor Sardinha, *Saber Português hoje - Gramática Pedagógica de Língua Portuguesa*, Lisboa, Platino Editora, 2005, p.137.

outros significados. (Exemplos: na informática, memória, processar, vírus, rato, navegador). A Neologia pragmática depende do uso de cada falante em contextos diferentes: (exemplos- Infecção (por vírus informático), vacina, printar (do inglês print)).

1.2.2.3 - Neologismo

Entende-se por neologismo, palavras ou expressões novas formadas no interior da língua ou importadas de outro sistema linguístico. Para Margarita Correia e Lúcia Lemos, um neologismo “é, então, uma unidade lexical que é sentida como nova pela comunidade linguística”⁵¹. Deste modo, no estudo da língua portuguesa, quer seja a variante do português europeu, brasileiro ou angolano, a presença de neologismos é notório através de vários empréstimos⁵² lexicais de uma língua.

Ao analisarmos este facto, tal como realça Teresa Manuela Camacha, no caso de Angola, o surgimento do fenómeno do neologismo é cada vez mais frequente devido ao aparecimento de novas palavras na língua portuguesa num contexto totalmente novo em relação aos tempos anteriores. A obtenção do neologismo vem através de vários processos sendo que alguns destes processos consistem em ser os estrangeirismos hibridismos entre outros.

1.2.2.4 - Estrangeirismos

A linguagem humana é feita de uma aparente estabilização e de mudanças constantes. Os falantes de um idioma são criativos e capazes de recriar e renovar o léxico da sua língua, tendo em atenção os anseios das suas necessidades. Com base no que acima está exposto, Alves afirma que “o estrangeirismo costuma ser empregado em contextos relativos a uma cultura alienígena, externa à da língua enfocada”. Neste contexto, imprime à mensagem a cor local do país ou da região estrangeira a que faz referência.

Por seu turno, Teresa Manuela Camacha afirma que o termo estrangeirismo é a “unidade importada de uma língua que não sofre qualquer adaptação da língua de chegada, enquanto o empréstimo adapta-se ao sistema linguístico de acolhimento”⁵³. Assim sendo, a autora explica que, muitas vezes, o empréstimo é confundido com estrangeirismo, pois existem uma certa diferença entre elas, o que não podemos, de certa forma, considerar estrangeirismo por empréstimos, nem empréstimos por estrangeirismos. Cabe-nos dizer que a presença de estrangeirismo também é um dos factos para o desenvolvimento do léxico enquanto ciência da língua.

⁵¹ Cf. Margarita Correia et alii, *Inovação Lexical em Português*, Lisboa, Colibri, 2005, p.16.

⁵² Não fazendo parte do foco da nossa abordagem, não iremos desenvolver o assunto.

⁵³ Cf. Teresa Manuela Camacha da Costa, *Os Empréstimos das Línguas Bantu no Português Falado em Angola*, Luanda, Grafvico, 2013, p.31.

1.2.2.5. Hibridismos e Semantização

Alexandre Chicuna apresenta o hibridismo como “fenómeno que combina elementos de proveniência de língua diferentes. Refere o autor que as formas híbridas são unidades lexicais compostas por elementos provenientes de línguas diferentes”⁵⁴. Neste contexto, híbridos são lexias complexas formadas por elementos de língua diferentes. Na mesma visão, Celso Cunha e Lindley Cintra defendem que hibridismos são palavras compostas ou derivadas constituídas por elementos de procedência diferentes”⁵⁵. Por este prisma, os autores apresentam uma série de exemplos para permitir a compreensão na íntegra sobre o processo de hibridismo, tal como os exemplos que abaixo podemos observar:

“Neste exemplo, a palavra “automóvel,” apresenta dois radicais; sendo o primeiro grego e o segundo latino. Contrariamente, em “Sociologia” o primeiro é latino e o segundo grego. Daí que o hibridismo e a semantização não terminam apenas nos exemplos que acabámos de observar no item acima. Ela prossegue até à semantização. Tal como no hibridismo, o processo de semantização ocorre quando um determinado falante do léxico procura dar outro significado à palavra”.

Alexandre Chicuna é de opinião que o “léxico de cada língua reflete a realidade cultural de um povo, onde os aspetos socioculturais são fundamentais na tradução das línguas”⁵⁶.

Teresa Manuela Camacha defende que “o português em Angola se transformou numa língua nova, com sotaque próprio e diferente do português em Portugal e no Brasil, havendo cada vez mais um surgimento de novas expressões diferentes”⁵⁷. Para elucidar esta realidade linguística, a autora dá uma explicação sobre como funciona esta realidade no contexto angolano. A autora diz, por exemplo, que em Luanda, os habitantes criam outra realidade com termos que podem causar um mal-entendido em outras paragens. Assim sendo, a semantização ocorre por exemplo, nos seguintes termos: o termo “Velho”, afirma a autora que, em Portugal, não é a mesma coisa que designar alguém com maior de idade. Este termo no caso de Portugal representaria uma carga pejorativa; sinónimo de desvalido, ultrapassado e caduco. Já em Angola, a velhice é sinónimo de respeito. Na visão deste autor, um “mais velho” igual a “Kota”, “seculo”⁵⁸, refere-se a uma pessoa cuja experiência de vida tem muito para ensinar. No contexto social, o “velho” constitui uma biblioteca viva”.⁵⁹

⁵⁴ Cf. Alexandre Chicuna, *Portuguesismos nas Línguas Bantu. Para um Dicionário Português Kiyombe*, Lisboa, Colibri, 2ª ed; 2014, p.57.

⁵⁵ Cf. Celso Cunha e Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Editora João Sá da Costa, 22ª edª, 2000, p.146.

⁵⁶ Cf. Alexandre Chicuna, *Portuguesismos nas Línguas Bantu. Para um Dicionário Português Kiyombe*, Lisboa, Colibri, 2ª ed., 2014, p. 73.

⁵⁷ Teresa Manuela Camacha José da Costa, *Os Empréstimos das Línguas Bantu no Português Falado em Angola*, Luanda, Editora Grafvico, 2013, p. 39.

⁵⁸ Teresa Manuela Camacha José da Costa citando Júlia Talaia.

⁵⁹ Ibidem.

1.3 - Ciências do léxico e Ciências exatas: uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar

Pretendemos apresentar uma visão interdisciplinar e transdisciplinar no campo da linguística histórica, bem como um enquadramento dos aspetos relacionados às múltiplas abordagens que são objeto das Ciências do Léxico e das Ciências Exatas. À luz dos conceitos acima apresentados, no ponto (1.1), foi possível anuir que no estudo das Ciências do Léxico (Lexicologia, Lexicografia e Terminologia) existe uma relação transdisciplinar que permite um cruzamento de técnicas e metodologias aplicáveis, de igual modo, nas três disciplinas, especificamente quando se descrevem os termos e palavras de cada uma das disciplinas.

Autores como Mário Vilela e Alexandre Chicuna demonstram-nos que a lexicologia e a lexicografia têm ambas o léxico como objeto de estudo. Enquanto na lexicologia se descreve o léxico na estrutura formal e teórica, a lexicografia ocupa-se da teoria e da prática de redação das palavras num dicionário. Podemos anuir que ambas estabelecem uma relação de reciprocidade técnico-metodológica. Desta forma, se a lexicologia fornece o material para inventariar o léxico nos dicionários, a lexicografia vai contribuir com vários conhecimentos para a descrição e explicação lexicológica das palavras, considerando a aplicação dos termos próprios para que se possa ver a conclusão da obra, no caso a elaboração de um dicionário e outras. Elas estão intimamente ligadas.

Apesar de possuírem objetos de estudo diferentes e também diferentes campos de análise, pode-se verificar uma relação interdisciplinar e transdisciplinar entre as Ciências do Léxico e as Ciências Exatas, nomeadamente a Física, a Química, a Matemática e a Introdução à Economia, sendo o Léxico destas ciências o nosso objeto de estudo. As ciências exatas, tal como são denominadas, procuram explicar os fenómenos de ponto de vista linguístico, sociológico económico, entre outros. Porém, pretendemos apresentar fundamentos teóricos sobre o que entendemos por interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Carlos Pimenta, na sua opinião, expressa que “a interdisciplinaridade deixa de ser algo analisável pela epistemologia e pela Filosofia das Ciências, passando para um objeto de estudo interdisciplinar, ou seja, envolvendo uma multiplicidade de Ciências”⁶⁰.

O dicionário Houaiss da Língua Portuguesa define a interdisciplinaridade como o “ramo de conhecimento que é comum a duas ou mais disciplinas”⁶¹, ou seja, um conjunto de disciplinas que têm um objeto comum.

Já Lena Pinheiro e Thompson Klein ressaltam que a interdisciplinaridade é um termo recém-chegado, que surge em meados do ano 1920, quando veio a denominar uma “interação entre fronteiras disciplinares”⁶². Ainda assim, o mesmo autor é de opinião que as ideias da

⁶⁰ Carlos José Gomes Pimenta, *Interdisciplinaridade nas Ciências Sociais* - Manual, Ribeirão Famacião, Edições Húmus, 2013, p.83.

⁶¹ Cf. António Houaiss et alii, *Dicionário de Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editora Fotocampo gráfico, 2003, p. 2117.

⁶² Lena Pinheiro e Thompson Klein, *Ciência da Informação: Desdobramentos, Disciplinares, Interdisciplinares e Transdisciplinaridade*. Disponível em: <http://www.uff.br/ppgci/editais/lenavanialeituras.pdf>. Consultado em dezembro, 2016.

interdisciplinaridade são muito antigas, tendo começado com grandes pensadores, como Platão e Aristóteles, quando estes tomaram fronteiras de discussão e análise das outras ciências, dando lugar à interdisciplinaridade.

Segundo Fazenda e Japiassu Hilton, ao fazerem descrições sobre o surgimento do movimento da interdisciplinaridade, realçam que, de forma significativa, surgiu na Europa, na década de 1960, o período em que se chamou a “revindicação de um novo estatuto”⁶³. Do mesmo ponto de vista, para estes autores, o termo evoluiu em três períodos distintos: de 1970 (este período caracterizou-se pela busca de uma explicação filosófica da interdisciplinaridade e definição dos termos com a presença das grandes organizações como a UNESCO e da OCDE). A década de 80 foi chamada de período de busca de uma direção sociológica com possíveis explicações para a interdisciplinaridade e a partir de 1990 começou a busca por um projeto antropológico e, posteriormente, seguiu-se a construção da teoria da interdisciplinaridade⁶⁴.

Para Arlindo Philippi, nos anos 60, a interdisciplinaridade surge “como forma alternativa, complementar e inovadora na produção do conhecimento”.⁶⁵ Assim sendo, podemos compreender, por sua vez, que ela é composta por um grupo de disciplinas conexas e que possuem objetivos comuns. Na mesma visão, Japiassu Hilton ressalta que a interdisciplinaridade é um “método de pesquisa e ensino susceptível para fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si. Esta interação pode ir de simples comunicação das ideias até à integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização do trabalho.”⁶⁶

Para José Aguiar e Arlindo Philippi, a formação dos dois vocábulos (interdisciplinar e transdisciplinar) faz-se pela união do prefixo “inter” com o substantivo “disciplinar” e o prefixo “trans” com o substantivo disciplinar e o sufixo “idade”, resultando em dois conceitos que são grafias, fonética e semanticamente diferentes de outros afins como a multidisciplinaridade, a transdisciplinaridade e interdisciplinaridade⁶⁷.

Tal como observamos no dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, partindo destas perspectivas, podemos aferir que a transdisciplinaridade vai significar a coordenação de todas as disciplinas para uma finalidade comum. De outro modo, a transdisciplinaridade não é apenas uma questão de integração de especialistas de diferentes disciplinas para a resolução de um dado problema, mas sim é entendida como uma premissa responsável pela organização do diálogo⁶⁸ entre ciências do léxico e as ciências exatas.

63 Cf. Ivani C.A Fazenda e Japiassi Hilton, *Didática e Interdisciplinaridade*, São Paulo, Papirus Editora, 13ª ed. 2008, pp.45-50. In <http://www.uff.br/ppgci/editais/lenavanialeituras.pdf>. Consultado em dezembro, 2016.

64 Cf. Ivan C. A. Fazenda, *op. cit.*, p.48.

65 Cf. Arlindo JR. Philippi e António Silva Neto, *Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação*. Barueri- São Paulo, Editora Manole, 2011, p.997.

66 Cf. Japiassu Hilton, *Introdução ao Pensamento Epistemológico*, São Paulo, Francisco Alves Editora, 1993, p. 136.

67 Cf. Arlindo JR.Philippi et alii, *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*, São Paulo, Signus Editora, 2000,p.55.

68 A palavra diálogo surge no sentido de integração das ciências do léxico nas ciências exatas de modo a que o processo da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade possa ser efetivo.

No contexto do estudo das Ciências do Léxico (lexicologia, lexicografia e Terminologia), a este respeito, relembramos que “os empréstimos entre disciplinas e a interdisciplinaridade acentuam a circulação de conceitos, de modo que tal facto conduz à diversidade entre as denominações. Na visão de certos autores (Madalena Contente, Alexandre Chicuna e outros), as denominações constituem um meio de circularidade concetual. A extensão a uma outra disciplina conduz a uma partilha de conceito sem pôr em causa a legitimidade entre as disciplinas.

Com base nos conceitos apresentados, podemos anuir que a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade no estudo das ciências exatas (Matemática, Física, Química e Introdução à Economia) será necessário que o lexicógrafo elabore dicionários que facilitem a compreensão de termos, como por exemplo, os “termos técnicos (Sen x, cos x e tg x em funções trigonométricas e outros)”⁶⁹. Muitos destes termos, ao serem estudados e apresentados, muitas vezes, dificultam a aprendizagem dos alunos. Em concordância com Evanildo Bechara, o papel do lexicógrafo em ciências do léxico tem uma obrigatoriedade em apresentar os termos em dicionários ou glossários⁷⁰, criando uma interação entre duas ou mais disciplinas, ou seja, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade”⁷¹.

1.4 - Política linguística

A problemática sobre a política linguística é um assunto que remonta à antiguidade, de tal forma que Juliette Garmadi aponta o surgimento desta problemática de política linguística “por volta de 1800, na Europa, quando uma quinzena de línguas gozava do estatuto de línguas oficiais, nacionais, ou de um estatuto similar”⁷². Entre vários assuntos levantados sobre a política linguística, Louis Calvet ressalta que “a análise sobre a política linguística se tornou o centro de atenção de muitos autores e como trabalho árduo de indivíduos que juntavam à força das suas convicções nacionalistas e das suas reais capacidades de investigadores atentos ao assunto da política linguística”⁷³.

Autores como Ferguson, Labov, Haugen, Gumperz e tantos outros que, em 1964, durante um encontro realizado na Universidade da Califórnia (UCLA) mostraram as suas preocupações com a situação até que veio a ser reconhecida como uma área de estudo para a sociolinguística, e, no mesmo encontro, foi também determinada a língua e a sociedade, o mesmo autor diz que para que se possa compreender e ter uma visão sobre a política linguística é necessário a tradução do termo “language planing”, o termo traduzido por Haugem, em Francês, por “Planification linguistique”⁷⁴ (planificação linguística).

⁶⁹ Cf. José Fazenda, *Matemática da 12ª Classe*, Luanda, Textos editores, 2006, p.65.

⁷⁰ Cf. Evanildo Bechara et alii, *Moderna Gramática Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2003, p.2258.

⁷¹ Cf. Aurélio B.H. Ferreira, na sua obra Aurélio XXI, *O Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira Editora, 3ª ed.; 1999, p. 1124.

⁷² Cf. Juliette Garmadi, *Introdução à Sociolinguística*, (Trad. Eugénio Cavalheiro), Lisboa, Editora, Publicações Dom Quixote, 1983, p. 178.

⁷³ Louis J. Calvet, *As Políticas Linguísticas*, (Trad. Isabel Oliveira Duarte), São Paulo, Parábola Editorial, 2007, p. 34.

⁷⁴ Ibidem p.32.

Assim sendo, Paulo Pinto define a política linguística como um “conjunto de actividades para a elaboração de uma norma ortográfica, de descrições gramaticais e de dicionários de uma língua que orientam quem fala e escreve essa língua em comunidades linguísticas”⁷⁵. Na mesma visão, Juliette Garmadi afirma que “Sem a escrita, uma língua que não tem gramática, não é verdadeiramente uma língua”⁷⁶. O que podemos aqui observar é que para estes factos acontecerem deve existir uma ligação com o estado, como agente da intervenção e da implementação da política linguística.

Por esta visão, Louis Calvert, já acima referenciado, diz que dentro da política linguística poderia existir etapas distintas para a gestão: a determinação de grandes descrições sobre a língua e a sociedade, onde toda a implementação das respetivas descrições provenientes destas políticas linguísticas necessariamente deveria passar pelo crivo do estado. Tal como acabámos de observar na afirmação acima feita pelo mesmo autor, no que tange a ligação de estado, esta afirmação não contraria a ideia de François Grin. Ambos defendem que o estado é o maior agente da definição da política linguística para que sirva como um fator de mudança.

Para François Grin, a política linguística pode ser definida como “um esforço sistemático, racional e baseado numa análise teórica [que] se situa no plano da sociedade, e que visa resolver os problemas ligados à língua com vista a aumentar o bem-estar. Habitualmente, é dirigida pelas autoridades ou seus mandatários e visa uma parte ou totalidade da população colocada sob a sua jurisdição”⁷⁷.

Ainda sobre a política linguística, é fundamental o papel do estado na implementação das ações concretas que visam o estudo da língua, de forma a que cada um dentro do território em que está fixado, leve em consideração de que a “língua é nossa e deve ser assumida com realismo e com humildade”⁷⁸.

Para Cloris Porto Torquato, ao citar Fishman, ressalta que “as primeiras relações de planeamento linguístico desenvolveram-se no contexto da constituição de novos Estados-Nações”⁷⁹. O autor faz uma análise da integração entre a emergência das nações, o nacionalismo e o planeamento linguístico, apontando o impacto que o nacionalismo exerceu sobre atividades de regulamentação das línguas sobre determinado estado. Nesta perspetiva, explica o mesmo autor, que o planeamento buscava contribuir para promover uma certa unidade Nacional, nos estados europeus já formados, quanto à constituição de novos estados nas ex-colónias dos impérios coloniais europeus no século XX, como as colónias portuguesas,

⁷⁵ Cf. Paulo Feytor Pinto, *O Essencial sobre Política de Língua*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2010, p.57.

⁷⁶ Cf. Juliette Garmadi, *Introdução à Sociolinguística*, (Trad. Eugénio Cavalheiro), Lisboa, Editora, Publicações Dom Quixote, 1983, p. 176.

⁷⁷ Cf. François Grin, *L'économie de la langue et de l'éducation dans la politique d'enseignement des langues*, Strasbourg, Conseil de l'Europa, 2002, p.19.

⁷⁸ Cf. Adriano Moreira et alii, *A língua Portuguesa Presente e Futuro*, Lisboa, Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p.293.

⁷⁹ Cf. Cloris Porto Torquato, *Políticas Linguísticas, Linguagem e Interação Social*, Revista Escrita, nº 11, 2010, Vértices 1679-6888, pp.6-8.

francesas e inglesas na África e Ásia, assumindo um papel importante nas lutas pelas conquistas de liberdade destes grupos sociais.

Neste campo da política linguística, sendo uma área importante da investigação sociolinguística, está intimamente ligada na compreensão de todas as medidas e regras por meio das quais se regula o uso da língua (política linguística ou o uso de várias línguas (política de línguas). Para Annette Endruschat e Jürgen Schmidt-Radefeldt, na sua obra *Introdução Básica à Linguística do Português*, estes autores realçam que “as regras e as medidas são na maior parte das vezes da responsabilidade dos políticos e não dos linguistas. Em especial, a ortografia é regulada por um organismo do estado”⁸⁰. Para Inês Sim-Sim, nos países em que o ensino coincide com a língua materna, é da responsabilidade do estado, através das escolas, “contribuir” para a política do crescimento linguístico de todos os alunos, utilizando a ferramenta de estímulos”⁸¹.

Assim sendo, Filipe Zau, ao apresentar as conclusões saídas em Harare⁸², e contidas na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos⁸³, esta declaração da UNESCO (nos seus Art. 23º ao Art.30º e outros), demonstra claramente como o estado e as comunidades linguísticas não estão de parte na promoção da política linguística para o desenvolvimento da língua. A conferência de Harare, de 1989, veio analisar os diferentes problemas que a educação em África sofria⁸⁴, urgiu a necessidade de fazer recomendações sobre a utilização das línguas africanas no ensino e promoção da política linguística e a sua importância e prevenção da herança cultural.

Para procurarmos compreender o que foi exposto ao longo deste assunto, Einar Haugen apresenta um modelo tipológico sobre o planeamento linguístico. Neste modelo, constatamos que o autor propôs uma tipologia do modelo centrada no aspeto da língua, com o objetivo de uma intervenção, onde o planeamento de *corpus*, ou seja, *corpus planing* (planeamento da língua) esclarece que se um organismo, uma pessoa ou grupo de pessoas visam uma mudança ao nível da forma da língua, propondo ou impondo seja a utilização de novos termos técnicos, seja a mudança ao nível da ortografia, seja o alfabeto, este tipo de intervenção afeta a própria natureza da língua.

Assim sendo, pode-se observar, no modelo abaixo, a intervenção de Haugen (Tabela 1).

⁸⁰ Cf. Annette Endruschat et alii, *Introdução Básica à Linguística do Português*, (Trad, António C. Franco), Lisboa, Colibri, 1ª edª. 2015, p.213.

⁸¹ Cf. Inês Sim-Sim et alii (Orgs.), *A língua Materna na Educação Básica: Competências Nucleares e Níveis de Desempenho*, Lisboa, Ministério da Educação, 1997, p. 35.

⁸²Filipe Zau, Declaração de Harare de 28 de junho a 3 de julho, Conferência de Ministros da Educação e dos Ministros Encarregados da Planificação Económica dos Estados Membros da África (Conclusões e Recomendações).

⁸³ Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Declaração de Harare (28 de junho a 3 de julho de 1982), Conferência de Ministros da Educação e dos encarregados da planificação Económica dos Estados Membros de África, ler as Conclusões, citação de Filipe de Pina Zau. A comparação entre as línguas Portuguesa e as Línguas Africanas: uma necessidade pedagógica do Ensino primário em Angola. Universidade Aberta, 1998. Dissertação de Mestrado.

⁸⁴ Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, op. cit., pp. 9-11.

Tabela 1 - Modelo interventivo de políticas linguística

	Formação Política Linguística	Função (Cultura da língua)
Sociedade Planeamento do <i>Status</i>	1. Escolha da norma (Processo de decisão) a) Identificação do Problema b) Aplicação	3. Implementação (Processo Educacional) a) Medidas corretivas b) Avaliação
Língua Planeamento do <i>corpus</i>	2. Codificação da norma (Padronização): a) Ortografia b) Sintaxe c) Léxico	4. Modernização da língua a) Modernização da terminologia b) Desenvolvimento da função estilística da língua

Fonte: Hauger (1983)

No modelo acima, constatamos dois tipos de planeamento linguístico: o planeamento de *status* que diz respeito ao aumento de usos de uma dada língua na comunidade - ao nível local ou ao nível nacional; neste planeamento inclui por exemplo, vários projetos que tornam a língua de um grupo a língua para o uso diário dentro da comunidade ou na escola utilizando-a como a língua escrita. O planeamento de *corpus* que se relaciona de forma direta com a maturidade linguística e neste planeamento inclui-se, por exemplo, a criação de alfabetos ou projetos de reforma de sistema de escrita, aplicação de esforço para a modernização da língua e outros. Embora que para o assunto da política linguística tenha sido envolvido o planeamento linguístico, para muitos autores este assunto difere nos conceitos⁸⁵. Para tanto, cabe-nos dizer que ao nível de conceito se estabelece esta pequena diferença, mas ao nível da linguística diacrónica⁸⁶, tendo em conta a sua tonalidade lexical, toma a mesma prática, daí que o planeamento linguístico surge como suporte da política linguística.

1.4.1 - A política linguística em África e sua preservação

A língua é um organismo vivo que nasce, cresce, desenvolve-se e morre. Para que ela sobreviva, é preciso que os governos e as comunidades usuárias tomem medidas atinentes à sua manutenção. No espaço da promoção, manutenção e da política linguística para os países africanos, teve como ponto de partida os empreendimentos de Portugal em África, em 1415, a conquista de Ceuta, por D. Henrique, o Navegador⁸⁷. Um itinerário que tinha como objetivo, a longo prazo, de descobrir uma trajetória marítima para a Índia e para o extremo do oriente. Em 1580, a costa Setentrional de Marrocos estava sob o domínio dos portugueses e, mais tarde, estas regiões passaram sob domínio dos britânicos (Tânger) e dos Espanhóis (Ceuta).

⁸⁵ Política Linguística diz respeito às metas estabelecidas a nível local ou governamental para as línguas existentes numa sociedade ou em determinado contexto, enquanto o planeamento linguístico diz respeito aos processos da operacionalização da política linguística.

⁸⁶ Linguística Diacrónica é o ramo da linguística que estuda o desenvolvimento da linguagem e os processos de evolução das línguas em geral ou de uma língua em particular. Cf. Maria Xavier et alii, *Dicionário de Termos Linguísticos*, Lisboa, Editora Cosmos, Vol. Vº-I, 1990, p.233.

⁸⁷ Cf. Annette Endruschat et alii, *op. cit.*, p.16.

Indo mais para o sul, os portugueses tiveram mais outra descoberta, em 1419, a Madeira, e em 1427, os Açores. Seguindo a costa africana, a chegada dos portugueses em 1445 à foz do rio Gâmbia, depois contornaram Cabo Verde.

Nesta digressão, em 1483, o Navegador Diogo Cão avançou até ao Reino do Congo e, em 1487, Bartolomeu Dias alcançou o Cabo da Boa Esperança. Para Annette Endruschat, o resultado da redescoberta, conquista e colonização da costa ocidental africana deu origem, em algumas regiões, a línguas pidgin de base portuguesa que, muitas vezes, evoluíram para línguas independentes, os crioulos de base portuguesa⁸⁸. Contudo, convém lembrar que hoje o português é falado a nível mundial por “mais de 250 milhões de falantes, pertencendo às 4 línguas mais falada do mundo, depois do chinês, do Inglês e do Espanhol. As estimativas da ONU admitem que nos próximos tempos, em 2050, os números da população do Brasil e dos PALOP (Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa) dupliquem em relação aos números atuais”⁸⁹.

Sobre este assunto, analisamos o pensamento de Mário Vilela, onde o autor expressa a ideia de que “as potências coloniais aplicaram nos respetivos territórios, que dominavam, políticas linguísticas mais ou menos propícia à instalação e expansão das suas próprias línguas”⁹⁰ (Inglês, Francês, Português e Espanhol). O autor explica que estas línguas, depois das independências, receberam o estatuto de línguas oficiais, o que permitiu aos novos estados maior abertura para o mundo. Analisando o pensamento acima, podemos anuir que, de facto, em África, os PALOP (Países Africanos de Língua oficial Portuguesa), mesmo tendo sido considerada no período colonial as suas línguas como línguas indígenas, atualmente são marcos históricos da política linguística desde o passado histórico até à atualidade.

1.4.2 - Política linguística em Angola

Angola foi uma das mais importantes colónias portuguesas que atuou como maior fornecedor de escravos para as Américas latinas. Historicamente, a presença portuguesa limitou-se até ao Séc. XIX em algumas localidades costeiras e mais tarde teve início a exploração no interior. O povoamento português atingiu o seu auge nos anos 70 do século XX.

Para Domingos Zau, “a presença da língua portuguesa em Angola pode ser compreendida à luz da história do surgimento da própria língua portuguesa no seio do território dominado pelo latim”⁹¹. O autor referenciado diz que paralelamente ao que sucedeu na Península Ibérica, em relação à imposição do latim, os portugueses que chegaram ao território de Angola encontraram povos com línguas e culturas próprias, cuja hegemonia económica e sociopolítica se manteve até à progressiva conquista colonial, a primeira grande unidade política formada no século XIII, após a emigração Bantu no reino do Congo. Assim,

⁸⁸ Ibidem, p.16.

⁸⁹ Ibidem, p. 13.

⁹⁰ Mário Vilela, “*Reflexão Sobre Política Linguística nos PALOP (Países de Língua Oficial Portuguesa)*”, in: *Africana Studia*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nº04, 2001, pp.33-34

⁹¹ Cf. Domingos Gabriel Dele Zau, *A língua Portuguesa em Angola. Um contributo para o Estudo das suas Normalização*, Trabalho apresentado na UBI, para obtenção do grau de Doutor em Letras, Covilhã, 2011, p.60.

por este facto histórico e outros começou o nascimento de Angola e a história da língua portuguesa em Angola. Do ponto de vista local, ou seja, nacional, o 11 de novembro de 1975, torna-se um marco histórico para a cultura do povo angolano, com alcance da independência, tomando rumo na recuperação das línguas nacionais. Sobre todo este aspeto, Amélia Mingas é da opinião que “Angola é um país plurilingue porque nela integra variadas línguas, estruturalmente muito diferentes das outras”⁹².

Em Angola, existem línguas Bantu pertencentes a diversas famílias linguísticas Bantu, nomeadamente a língua Cokwe, Umbundu, o Kimbundu, Kikongo, Oshikwanhama, Oshivambo, Nganguela, e outras línguas com as suas variantes⁹³ (Figura 1).

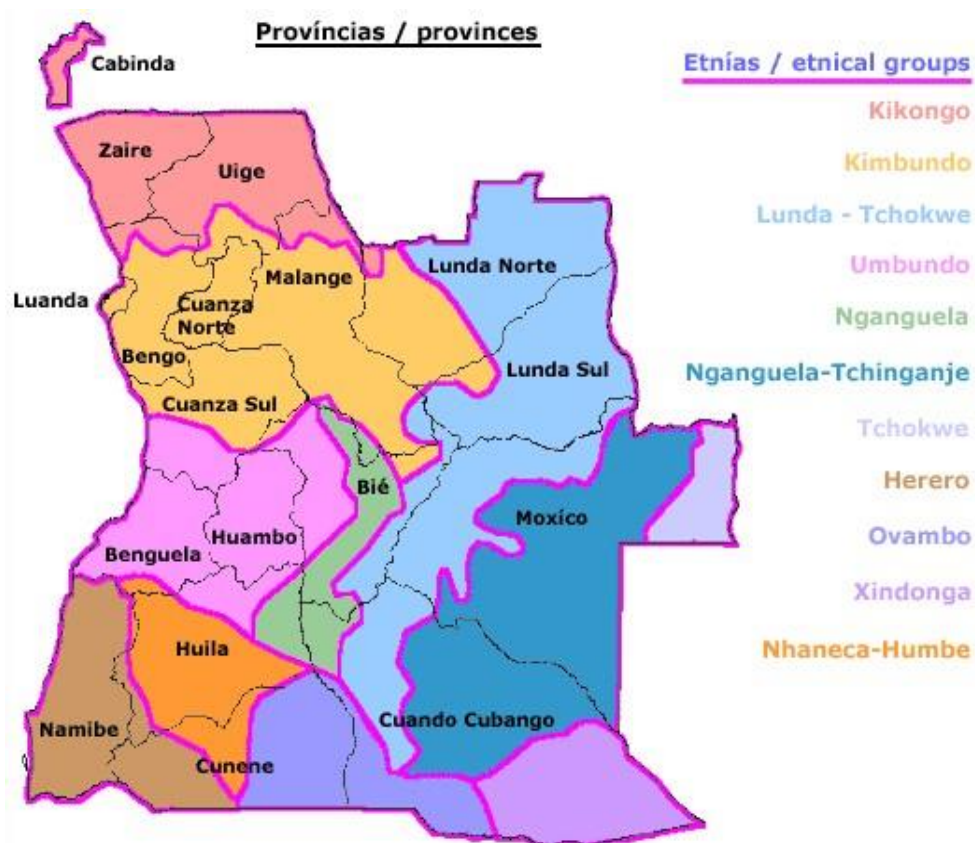


Figura 1 - Mapa de política linguística. As principais línguas nacionais mais faladas em Angola

No percurso histórico angolano, o conhecimento da língua portuguesa era uma condição indispensável para aceder a qualquer posição de destaque na sociedade colonial, de tal modo que o estudo das línguas angolanas representava uma ameaça para o governo colonial Português, o que permitiu a proibição do uso das línguas autóctones, dando assim mais hegemonia à língua portuguesa. Amélia Mingas refere que em Angola, o

Português é a única língua usada na administração, na imprensa e na escola, como sucedia durante o período colonial. De tal modo que a política colonial deixou algumas consequências, tais como: A inexistência de uma ortografia normalizada para as línguas

⁹² Cf. Amélia A. Mingas, *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*, Porto, Editora, Campo das Letras, 2000, p.30.

⁹³ Cf. Amélia A. Mingas, *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*, Porto, Editora, Campo das Letras, 2000, p.30.

nacionais. - A inexistência de escolas que utilizem as línguas nacionais; neste contexto, enquanto o angolano aprendia a cultura portuguesa, perdia a sua própria cultura e nem assimilava a fundo a cultura portuguesa.⁹⁴

Nestas circunstâncias, eram, na prática, inexecutáveis outras soluções de comunicação linguística a não ser a de adotar a língua portuguesa como língua oficial. Assim sendo, neste domínio da política linguística, com vista à promoção das línguas nacionais, Joaquim Cacumba ressalta que “em vista à valorização, utilização e promoção das línguas nacionais, houve muito esforço do governo angolano, desde a fixação das normas ortográficas, à necessidade de se implementar as línguas nacionais”⁹⁵, como nos média, por exemplo, na *Radio NgolaYetu*, que emite diariamente programas e notícias em sete línguas nacionais. Segundo o autor acima, a outra evidência é o pensamento do primeiro presidente Agostinho Neto, sobre a política linguística angolana:

O uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular utilizável atualmente na nossa literatura não resolve os nossos problemas. E tanto no ensino primário, como provavelmente no ensino médio, será preciso utilizar as nossas línguas. E dada a sua diversidade no país, mais tarde ou mais cedo, deveremos tender para a aglutinação de alguns dialetos, a fim de facilitar o contacto. Todo o desenvolvimento do problema linguístico, naturalmente, dependerá também das barreiras regionais, da consolidação da unidade nacional, da extinção dos complexos e taras herdadas do colonialismo, e do desenvolvimento económico⁹⁶.

Ainda sobre o mesmo aspeto da política linguística, cabe-nos referir que para que a língua Portuguesa se firme deve, entre outras orientações estratégicas de que falámos acima, seguir um plano de criação de oportunidades para a sua aprendizagem.

Deve ser uma língua de amizade e de partilha cultural e acima de todos os aspetos dependerá da vontade dos agentes políticos conjunturais e da história, associada a uma modernidade, de desenvolvimento e da propriedade económica, um dos mentores mais poderosos para o sucesso de qualquer língua⁹⁷.

O Português surge também como língua de entendimento e de consenso, de que deu prova nos espaços onde se estabeleceu. Para o caso de Angola, podemos observar um dado histórico apresentado por Joaquim Cacumba, onde o autor elucida que “em 1977, foi incrementado o estudo das Línguas Nacionais principalmente na Alfabetização e no Ensino, em vista à materialização desta orientação em 1978, foi criado o Instituto Nacional de Línguas (INL) que mais tarde, isto é, em 1985, passou a ser denominado Instituto de Línguas Nacionais (ILN)”⁹⁸. Todos estes factos se demarcam no domínio da política linguística, sendo que a responsabilidade do Estado não se coloca de parte, tal como afirmou Louis Calvet.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Cf. Joaquim Sapalo Castilho Cacumba, *O Papel da Planificação Linguística no Futuro da Língua Portuguesa em Angola*. In: AULP (Associação das Universidades de Língua Portuguesa), *A Importância da Difusão das Línguas Portuguesa e Chinesa Para a Colaboração Académica no Ensino Superior e Promoção do Turismo*, XXIV Encontro da AULP, Macau, Ream, China, 2014, pp.137-138.

⁹⁶ António Agostinho Neto, *Sobre a Cultura Angolana*. In: *Cadernos Lavra e Oficina* n° 5, 1978, p.17.

⁹⁷ Cf. Louis J. Calvet, *op. cit.*

⁹⁸ Joaquim Sapalo Castilho Cacumba, *op. cit.*

Podemos ver o sucedido, em 2001, quando o governo angolano aprovou e fez publicar a Lei de Bases do Sistema de Educação no Diário da República, I Série, nº65, de 31 de dezembro.

Neste documento, o Artigo nº 9 faz referência sobre a aplicação das línguas no sistema de ensino. A mesma política torna-se também evidente na Constituição da República de Angola (CRA), no Artigo 19º da Constituição, onde se faz menção ao estatuto da língua portuguesa em Angola. Apesar desta estar consagrada como língua oficial da República de Angola⁹⁹, ela não remove o direito consagrado na CRA sobre o reconhecimento específico das línguas nacionais que este território possui. A proteção das línguas Nacionais também é vista na Lei nº 14/05 de 7 de Outubro, Lei do Património Cultural no seu Artigo.

O Artigo 19º da CRA diz que “O Estado valoriza e promove o estatuto, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação Internacional”¹⁰⁰. No âmbito da política linguística, somos a lembrar que para além do Português como língua oficial, fala-se no território angolano cerca de 100 línguas angolanas. Do ponto de vista tipológico, em Angola, encontramos, por um lado, as línguas bantu e, por outro, as línguas não Bantu, donde se pode citar o Khoisan.

Dados recentes apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram que a população angolana é de cerca de 25 789 024 habitantes e tem o “português como a língua oficial falada por mais de metade da população angolana a que corresponde a 71% da população, sendo que a maior concentração de falantes tem predominância nas áreas urbanas, com cerca de 85% dos habitantes enquanto que menos de 49% estão na área rural”¹⁰¹. Além do português, no resultado definitivo do censo de 2014, apresenta um quadro progressivo sobre o uso das línguas nacionais no território em questão. Para este facto, a Tabela 2, abaixo, demonstra a progressão das línguas nacionais em Angola, em termos de população:

Tabela 2 - Representação percentual das línguas mais faladas

Línguas faladas em Angola	Percentagem da população (%)
Outra língua	3,6
Luvale	1,04
Muhumbi	2,12
Kwanhama	2,26
Fiote	2,12
Nganguela	3,11
Nhaneca	3,42
Cokwe	6,54
Kimbundu	7,82
Uumbundu	22,96
Português	71,15

Fonte: INE - Gabinete Central do Censo (2014).

⁹⁹ Angola, *Constituição* (CRA), Luanda, ed. Empresa Nacional, 2010, p.11.

¹⁰⁰Cf. Angola, *Constituição*, p. 11.

¹⁰¹ Cf. INE, *Resultados Definitivos Recenseamento Geral da População e Habitação*, Luanda, INE- GCC, 2016, p.51.

Os dados que acima estão expressos são dados desafiadores e, por um lado, nos permitem concordar com o pensamento de Louis Calvet de que o “estado” é o agente da determinação de grandes descrições sobre a língua e a sociedade. Toda a implementação das respetivas descrições provenientes destas políticas linguísticas necessariamente deveria passar pelo crivo do “estado”¹⁰².

Neste contexto, se o estado angolano no passado via a política linguística num horizonte micro, atualmente deverá considerar uma perspetiva macro, pois o atual crescimento da população angolana estimada em mais de 25 789 024 milhões de habitantes e 71% destes são maioritariamente falantes da língua portuguesa, deveria impulsionar a adoção de medidas tendentes a reforçar a política linguística mais abrangente e inclusiva, tendo em atenção o crescimento populacional.

Nesta visão, o Estado, enquanto responsável pela política linguística e pela implantação das línguas nacionais no ensino, em cooperação com toda a massa intelectual (linguistas, investigadores, professores, utentes e outros.) deveria implementar políticas eficazes, que visassem o ensino/aprendizagem das nossas línguas nacionais, «não só nos níveis mais elevados de ensino, mas também nos médios e rasos»¹⁰³. Uma vez que a responsabilidade do Estado não consiste apenas em desenvolver a língua oficial, mas também em promover todas as línguas nacionais faladas no seu território, qualquer que seja a sua importância, pois todas fazem parte do património cultural nacional.

¹⁰² Louis J. Calvet, *op. cit.*

¹⁰³ Artigo transcrito do portal Rede Angola, sob o título original “Aprender Línguas Nacionais. Exigência actual”.

Capítulo II - Ortografia da Língua Portuguesa

2.1 - Breve história da ortografia do português

No presente capítulo, pretendemos apresentar uma retrospectiva no âmbito da normalização ortográfica da língua portuguesa. Esta abordagem vai partir de uma **perspetiva histórica** tendo em atenção os princípios norteadores da ortografia, como um sistema convencional pelo qual se representa a escrita de uma língua. Ao referimos o termo convencional, observamos que na realidade não há identidade perfeita entre os fonemas e a sua compreensão na escrita, mediante o alfabeto, auxiliadas por sinais diacríticos e certos sinais de pontuação. O estudo da ortografia portuguesa, nos últimos tempos, tem sido um assunto oficial¹⁰⁴ dos académicos e dos políticos que se debatem na procura de soluções para o melhor desempenho da comunicação oral e escrita.

Podemos perceber que a génese da ortografia é a escrita que tem o seu surgimento em 5000 a.C., criada pelos sumérios, com a utilização da fala e com o propósito de narrar alguns acontecimentos. As primeiras formas de escrita eram simples, com poucos signos de escrita e foram feitas especificamente sobre a superfície com argila, pedra ou madeira. Os registos mais simples das escritas evoluíram de forma mais complexa onde cada ideia era representada por signo, as chamadas escritas ideológicas e, posteriormente, surgiram as escritas baseadas em sons que surgiram, na primeira instância, como escritas silábicas, onde cada signo representava o som de uma sílaba e, ainda, escrita fonética (cada sílaba representa um som, um fonema).

O alfabeto surge a partir da decomposição da palavra em sons simples. O primeiro povo a descodificar as palavras em sons e a criar signos para representá-los foram os fenícios. A escrita, então, evolui e passa a ser alfabética e foi o alfabeto fenício arcaico que surgiu pela primeira vez em Biblos, dando origem ao primeiro alfabeto que foi aperfeiçoado com os tempos até aos alfabetos atuais. O alfabeto fenício expandiu-se até ao Egito através de colónias fenícias fundadas no Chipre e no Norte da África. Do Egito, este alfabeto foi expandido para as regiões que não sofriam influências fenícias diretas.

O alfabeto fenício arcaico foi o mais perfeito e difundido do mundo antigo e é anterior ao séc. XV a.C. Este alfabeto era constituído por 22 signos que permitiam escrever qualquer palavra.

Ao longo da nossa abordagem, evidenciamos no ponto 1.1 a situação sobre a origem da língua portuguesa, e importa lembrar neste item que a língua portuguesa tem a sua génese na língua latina (latim vulgar), falada na região de Lácio, na Península Itálica, em meados do

¹⁰⁴ Evidenciamos o termo Oficial, porque instituições credenciadas (por exemplo, as Academias de Letras) por atos oficiais do Governo aprovam o sistema de grafia, para que com tal sistema se pretenda representar corretamente a grafia das palavras.

Séc. VIII a.C. Depois da queda do império Romano, a influência das línguas locais ao latim vulgar do império decadente foi aos poucos dando origem a novas línguas que se perpetuaram até à atualidade, tendo assim surgido o Português, Espanhol, Francês, Italiano e outras línguas românicas.

Nesta época, o Português ganhou o estatuto de língua, tendo mais tarde dado origem a Portugal, como Nação. No entanto, a partir do séc. XVI, Portugal, com os descobrimentos, pensou em alargar as suas fronteiras, levando a língua portuguesa para outras regiões e formando colónias em África (Guiné, Moçambique, Angola), na Ásia (Goa e Damão) e na América (Brasil).

Mais tarde, com a implementação do português nas colónias, com a necessidade do ensino do “bom português” que obedece às regras gramáticas, surgiram várias implicações relacionadas com as influências das línguas locais no português europeu.

Desta forma, o impacto da gramática europeia no contexto do português falado nas colónias com a influência das línguas locais suscitou a necessidade de se criar normas contextuais que originaram os diferentes acordos ortográficos.

Segundo Paulo Osório, “a gramática, na tradição ocidental, sempre teve preocupações pedagógicas. Quer tenha sido lógica ou formal, racionalista ou estrutural, quer tenha sido conhecida como uma arte *tchné grammatiké*, a arte de ler e escrever- ou como uma ciência, a gramática sempre quis ensinar uma língua, (isto é, tomar consciência de uma língua)”¹⁰⁵. O autor acima referido diz que a gramática é normativa ou prescritiva. A respeito disso, o autor sublinha que a primeira gramática da tradição ocidental de Dionísio de Trácia no séc. II a.C que se intitulava por *Techné* tinha por finalidade regulamentar o comportamento linguístico dos falantes pelo estudo de imitação dos usos característicos dos poetas e prosadores, como meio que permitia aceder à compreensão dos textos literários.

Para Maria H. Mira Mateus, o acordo ortográfico marca o “início da escrita, a primeira escrita começa no séc. XII e vai até ao começo do séc. XVI, início do período clássico, daí que a escrita tenha como data de início o surgimento da primeira Gramática da língua Portuguesa, escrita pelo Fernão de Oliveira em 1536”¹⁰⁶.

Numa perspetiva sincrónica, sendo a língua um sistema em que todas as partes podem e devem ser consideradas, Fernão de Oliveira escreveu *Grammatica da linguagem portuguesa*, em 1536, e João de Barros, *Grammatica da língua portuguesa*, em 1540; estes foram os primeiros gramáticos portugueses a produzirem obras que se aproximaram da tradição da ortografia fonética. Nas línguas modernas, o sistema de grafia oficial regula-se por princípios gerais que procuram, além do uso, estabelecer um razoável compromisso entre a pronúncia e a escrita, tendo em conta a origem e história das palavras.

Com efeito, segundo Maria Celeste Nunes, o percurso histórico da ortografia na Europa surge com as primeiras academias (a Academia Francesa, fundada em 1634) que teve

¹⁰⁵ Paulo Osório (Org. e Coord.), *Estudos de Linguística Aplicada e Didática de Línguas*, Covilhã, UBI, 2004, pp.54-55.

¹⁰⁶ Maria Helena Mira Mateus, *A Face Exposta da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, pp.92-92.

como objetivo preservar a língua, zelar pela sua pureza e correção, regulamentando a fixação das normas ortográficas. Seguidamente, as normas da escrita do Português começaram a ser implementadas pela Academia Arcádia Lusitana, fundada em 1757 e que renasceu em 1776, já com nome de Nova Arcádia¹⁰⁷.

Todavia, o conceito de ortografia na visão de Paulo Feytor Pinto, citando o Dicionário Houaiss, ressalta que é o “conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que ensina a grafia correta das palavras, o uso de sinais gráficos que destacam vogais tónicas, abertas ou fechadas, processos fonológicos como a crase, os sinais de pontuação esclarecedores de funções sintáticas da língua e normativos por tais funções”¹⁰⁸.

O termo Ortografia é derivado de dois compostos gregos, *Orthós* “correta (mente)” e *graphein* “Escrever”¹⁰⁹. Contudo, o termo ortografia tem um significado relevante no uso da escrita que é a forma de escrever corretamente as palavras. Quando se observa a predominância de pronúncias nas palavras escritas, estamos a analisar a fonética; quando estudamos a origem e significado da palavra na língua original, estudamos a etimologia da palavra.

Em geral, na ortografia do português usa-se o chamado sistema misto. Por Exemplos: a palavra *hoje* é descrita com h- inicial, porque procede do advérbio latino *hodie*, e farmácia com f- inicial e não ph - (farmácia), sendo que o ph- grego se pronuncia como /f/. Assim, a partir deste ponto de vista histórico e tendo em conta o conceito da ortografia, englobando a escrita Evanildo Bechara afirma que “estabelecer uma ortografia única não significa pronúncia única, pois cada país continuará a seguir seus hábitos fixados pela tradição histórica”¹¹⁰.

A discussão do acordo ortográfico remonta a 1911. Nesta data, Portugal acabava de adotar a primeira e grande reforma ortográfica, que se baseou nos trabalhos de Gonçalves Viana, cujo propósito foi eliminar os dígrafos de origem grega (th, ph, rh e o y) e a supressão de algumas consoantes gramaticais duplas, exceto, <rr> e <ss> entre as vogais, a supressão de algumas consoantes mudas (promopto/ pronto, humbral/ umbral).

Para João Malaca Casteleiro e Pedro Dinis Correia, durante o séc. XX, foram feitas “várias tentativas entre Portugal e Brasil, para se chegar a uma ortografia comum”¹¹¹. Essas tentativas ocorreram em 1931, 1943, 1945, /1971,1973,1986 e 1990. Nas duas últimas tentativas, participaram os novos países africanos, emergentes da descolonização portuguesa.

Começando com as duas últimas tentativas, o autor faz-nos também lembrar que em 1986, se realizou uma nova reunião no Rio de Janeiro, promovida pela República Federativa

¹⁰⁷ Cf. Maria Celeste Redondo Salvado Nunes, *Normas e Variedades. Estudo do Vocalismo e do Léxico nos Falares do Concelho do Fundão*, Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Letras, Covilhã, 2011, pp.5-8.

¹⁰⁸ Cf. Paulo Feytor Pinto, *O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, p.6.

¹⁰⁹ Evanildo Bechara, *Gramática Escolar da Língua Portuguesa com Exercícios*, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2003, p. 596.

¹¹⁰ Evanildo Bechara *op. cit.*

¹¹¹ João Malaca Casteleiro et alii, *O Novo Acordo Ortográfico, o que vai Mudar na Grafia do Português*, Lisboa, Texto Editores, 2009, pp.3-6.

do Brasil e cuja iniciativa tivera sido convocada pelo então Presidente do Brasil, José Sarney, onde estiveram presentes os representantes de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, do Brasil e de Portugal, de onde resultou um acordo que nunca chegou a ser implementado.

De lá para cá, em 16 de dezembro de 1990, foi assinado um novo Acordo Ortográfico denominado Acordo Ortográfico de 1990, preparado pela Academia das Ciências de Lisboa, em colaboração com Academia Brasileira de Letras, e com a presença dos cinco países africanos - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

O Referido Acordo Ortográfico foi aprovado politicamente pelos Ministros e Secretários de estado da cultura dos sete países. De tal forma que deveria ser ratificado pelos parlamentares dos sete países. Em concordância com o artigo nº 3º do Acordo Ortográfico de 1990 entraria em vigor em 1 de janeiro de 1994, depois da sua ratificação pelo Estado Português. Na mesma sequência, sobre a uniformização da língua portuguesa, o assunto estendeu-se até 1998, quando a 17 de julho, na cidade da Praia, em Cabo Verde, foi assinado o primeiro Protocolo modificativo ao Acordo Ortográfico, de onde se previu a nova data da sua entrada em vigor, continuando, contudo, a manter-se a necessidade da sua ratificação por todos os estados membros signatários para que o mesmo começasse a vigorar. Este protocolo foi ratificado apenas por Portugal, pelo Brasil e por Cabo Verde¹¹².

Em julho de 2004, numa reunião dos chefes de estado da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), realizada em São Tomé e Príncipe, foi aprovado por unanimidade o segundo protocolo modificativo; neste encontro contando com a presença de Timor-Leste, era também previsto que a sua ratificação fosse cabalmente suficiente para a sua funcionalidade ao nível dos países que a ratificaram. Países como o Brasil em 2004, Cabo Verde em 2005 e São Tomé e Príncipe em 2006 ratificaram o Acordo e os dois protocolos modificativos, onde Portugal não chegou a ratificar o segundo protocolo modificativo.

Seguidamente, o mesmo protocolo modificativo assinado em 2004 na Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) conhece a sua ratificação a 16 de julho de 2008, pela Assembleia da República. No mesmo ano, Portugal volta a aprovar uma regra de 2004 que já tinha sido aprovada por três países¹¹³: Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa está em vigor, na ordem jurídica internacional e nos ordenamentos jurídicos, desde 1 de janeiro de 2007, embora haja países-membros da CPLP que ainda não ratificaram o Segundo Protocolo Modificativo, como é o caso de Angola. Importa lembrar que nesse mesmo ano, em Lisboa, a 25 de julho, Chefes de Estado e de Governo da CPLP manifestaram o seu descontentamento face ao novo acordo na Declaração sobre a Língua Portuguesa. Em setembro do mesmo ano, o Brasil assina o decreto da implementação da reforma, que entra em vigor em 2012 obrigatoriamente.

¹¹² Francisco Álvaro Gomes, *O Acordo Ortográfico*, Portugal, Edições Flumen, Porto Editora, 2008, pp.196-197.

¹¹³ Paulo Feytor Pinto, *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009, p.14.

Apresentamos alguns feitos históricos que contribuíram para o desenvolvimento da ortografia e do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa a nível fonético, fonológico e a nível da escrita.

2.1.1 - Período fonético

É considerado o período que coincide com o português arcaico datado por unanimidade no ano de 1200. Para Rocha Lima, destaca que “durante este período, não havia a preocupação de escrever de acordo com a origem das palavras, a preocupação se baseava na maneira de pronúncia”¹¹⁴. Do mesmo modo, neste período havia também a falta de metodização e coerência na escrita da língua portuguesa.

Este período começa com os primeiros documentos redigidos em português e se estende até ao século XVI. Apesar de certa flutuação que se observa na grafia das palavras, a preocupação fonética transparece a cada momento, onde a língua era escrita para o ouvido. Por exemplo, Rocha Lima apresenta palavras em que caracteriza as diversas ocorrências dadas no período fonético, tais como, por exemplo, o *h*, a tonalidade da vogal poderia ser *he*, igual a *é*, cujas existências de um hiato *a*; palavra *trahedor* era igual a traidor; o som da vogal *i* era *sabha*, igual a sabia. De uma outra maneira, a mesma palavra que foi descrita com *h* ou sem ele, por exemplo; *havia e avia, hoje e oje, homem e omem ou ome*.

Nesta análise, importa, referenciar que o período fonético, tal como podemos observar, não se trata simplesmente de um período de transição da fala, mas a simplicidade encontrada neste período é o sentimento fonético que é a melhor forma de relacionar a letra com o som.

Para Ismael da Lima Coutinho, este é um período correspondente com a idade média, assim o autor declara que “Coincide este período com a fase arcaica do idioma. O objetivo a que visavam os escritores ou copistas da época era facilitar a leitura, dando ao leitor uma impressão, tanto quanto possível exata, da língua falada. (...)”¹¹⁵.

Não havia um padrão uniforme na transcrição das palavras. Muitas vezes, num documento, aparecem os mesmos vocábulos grafados de modo diferente. Para isso, concorriam as diferenças regionais que deram como resultado o sincretismo das formas, a influência embora pequena do latim, a negligência dos autores e copistas e, em alguns casos, a grafia castelhana, o que, porém, não se pode negar é a tendência manifestamente fonética do sistema então em uso.

Em suma, escrevia-se não para a vista, mas para o ouvido”¹¹⁶.

¹¹⁴ Rocha Lima, *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 31ª ed., 1992, p.44.

¹¹⁵ Ismael de Lima Coutinho, *Pontos de Gramática Histórica*, Rio de Janeiro, 7ª ed, 1976, p.70.

¹¹⁶ *Ibidem*.

2.1.2 - Período pseudo-etimológico

O período pseudo-etimológico tem início no século XVI e vai até ao ano de 1904, em que aparece a Ortografia Nacional de Gonçalves Viana. Demarca-se neste período a transcrição de palavras de origem grega, encontrava-se o pseudo-etimologismo para demonstrações sábias: por exemplo, as consoantes ph (philosophia, nympha, typho) e th (theatro, Athenas, estheta). Para Ismael de Lima Coutinho, “o que caracteriza este período é o emprego de consoantes geminadas e insonoras, de grupos consonânticos impropriamente chamados gregos, de letras como o y, k e w, sempre que ocorriam nas palavras originárias.”¹¹⁷ Há a redução das consoantes dobradas a singelas, com exceção de *rr* e *ss*, médios, que têm valores próprios. Contudo, a ortografia de Gonçalves Viana trouxe o renascimento na escrita da língua portuguesa, passando a ter formas eruditas e semieruditas. Ao analisarmos a reforma ortográfica de Gonçalves Viana, percebemos que além do renascimento da escrita, na tentativa de unir a escrita, possui também a forma de dissipar as dúvidas ocorrentes na ortografia, levando à revalorização de elementos que há muito já se haviam abandonado na escrita.

Este período estendeu-se até aos primeiros anos do séc. XX.

2.1.3 - Período histórico-científico

O período histórico-científico ou simplificado “caracteriza-se com o início da adoção da chamada nova ortografia impulsionada por Gonçalves Viana, que começa particularmente em 1911”¹¹⁸. Uma descrição feita por Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes esclarece-nos que o período em análise caracterizado como período de “reformas ortográficas que parte desde o início do ano 1916 até aos nossos dias, inclui a assinatura do convénio Luso-brasileiro de 1945, momento em que se tentou a uniformização da ortografia”¹¹⁹.

Durante o período em alusão, a ortografia portuguesa sofreu várias modificações do ponto de vista etimológico a transformação fonética. Na visão de Pilar Cuesta, tinha-se adotado um impossível sistema de representação única e inconfundível de cada som que confundiria a unidade ortográfica de língua portuguesa em Portugal e Brasil.

O Governo Português nomeou no ano de 1911 uma comissão de filólogos, em destaque Gonçalves Viana, a fim de estabelecer as bases da denominada Nova Ortografia, que foi implantada oficialmente cinco anos mais tarde, em 1916, e que, posteriormente, veio a sofrer ligeiras modificações em 1927. Este acordo dava por terminada a contestação gráfica do Grego e do Latim, tratando de ressuscitar as antigas formas medievais genuinamente portuguesas. Em 1931, a Academia das ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras havia efetuado uma reforma no sistema linguístico construído que visava suprimir as diferenças, unificar e simplificar a língua portuguesa do Acordo Ortográfico.

¹¹⁷ Ismael de Lima Coutinho, *op. cit.*

¹¹⁸ Cf. Rocha Lima, *op. cit.*

¹¹⁹ Cf. Pilar Vázquez Cuesta et alii, *Gramática Portuguesa* (Trad. de Ana Maria Brito, et alii), Lisboa, Edições 70, 1971, pp.339-340.

Nota-se que esta reforma não perdurou tendo em conta as condições políticas especiais, e por este facto, em 1934, a constituição Brasileira optou pelo retorno ao sistema anterior, permitindo um novo entendimento entre os dois países e tendo resultado na Convenção Luso-brasileira em 1943. Tal como referenciamos, este período histórico e científico foi demarcado por grandes reformas do Acordo Ortográfico.

2.2 - Normalização da ortografia da língua portuguesa

2.2.1 - 1990: Acordo ou desacordo ortográfico?

Partimos do pressuposto da polémica que se levantou quer ao nível da comunidade académica linguística, como ao nível dos filólogos, políticos, economistas e em toda a sociedade em geral, suscitando o desacordo ortográfico. Porém, o projeto de texto da ortografia unificada de língua portuguesa, aprovado em Lisboa, a 12 de outubro de 1990, pelos responsáveis atinentes da sua elaboração e, depois da sua assinatura por representantes dos governos dos da CPLP (Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe)¹²⁰, será um aspeto importante.

O documento em referência sobre o Acordo Ortográfico começa a entrar em vigor, independentemente das críticas e desconfianças que continuamente se levantam. Ao analisarmos o ponto (2.2) e em concordância com documentos comprovativos que testam a veracidade do AO da Língua Portuguesa /1990, poderíamos de forma retórica voltar a questionar-nos sobre o motivo do surgimento contínuo do desacordo ortográfico? Talvez sim, talvez não. Caminhamos para uma época de controvérsias.

Para António Emiliano, a problemática da atual controvérsia ortográfica remonta à reforma de 1911, que teve duas consequências notáveis e nefastas, para este autor, nas quais se assinala o plano da língua escrita e tendo sido alterada a fisionomia da língua Portuguesa para uma ortografia antiga (que ninguém terá dificuldade de ler) na primeira consequência e na segunda consequência constitui na elaboração de um plano social e político, sendo que a ortografia, consignada em texto legal, tornou-se questão de estado e passou a depender da “(senha legiferante de dicionaristas e parlamentares)”¹²¹.

O autor acima apresenta uma abordagem bem patente e reafirma que o AO de 1990 é um desacordo. Assim, “Não foram produzidos estudos nem foram avançados argumentos linguísticos sérios, baseados em dados fiáveis, para que justificassem os aspetos mais controversos da reforma”¹²².

Na mesma vertente, explica o autor que “as palavras afetadas por supressão representam 0,54% do vocabulário geral da língua, o que é pouco significativo em termos de

¹²⁰ Sobre este aspeto, consultar Francisco Álvaro Gomes, *O Acordo Ortográfico*, Lisboa, Edições Flumen, Porto Editora, 2008, p.148.

¹²¹ Fernando Pessoa (Citado por António Emiliano), *Apologia do Desacordo Ortográfico, texto de Intervenção em Defesa da Língua Portuguesa contra o AO de 1990*, Lisboa, Edição Babel, 2010, p.21.

¹²² *Idem*, p.23.

dados quantitativos”¹²³; outra razão é a admissão da dupla grafia, num número elevadíssimo de casos, que comprova a impossibilidade real da unidade ortográfica entre Portugal e Brasil, e abrindo o fundamento de qualquer escrita normalizada e codificada. António Emílio continuou, na sua explanação, defendendo que “o AO da Língua Portuguesa de 1990 é um desastre, produto de inépcia científica e de indigência intelectual, uma vez que o mesmo (AO) não foi discutido em nenhum fórum público, científico ou de especialidade¹²⁴”.

E na visão de Vasco Graça Moura, em concordância com outros autores, o Acordo Ortográfico não assegura, antes prejudica, a unidade da língua portuguesa¹²⁵. Da mesma forma, diz o autor que o surgimento do AO de 1990 traz alarmantes dificuldades na expansão de manuais em português nos PALOP, especialmente em Angola e Moçambique.

A persistência entre a Ortografia adotada em Portugal e no Brasil, de modo geral, podem levar-nos a perceber que o AO de 1990 é um facto de desacordo. Porém, não seríamos pessimistas demais, se a nossa análise terminasse por apenas confirmar categoricamente este ponto de vista? Contudo, o percurso feito em obras de vários autores leva-nos a evidenciar e a concordar com esse ponto de vista.

Neves Reis aponta algumas diferenças da ortografia adotada em Portugal em relação à adotada no Brasil, que consistem por exemplo no seguinte: no Brasil emprega-se o trema no u procedido de *g* ou *q* e seguido de *e* ou *i* quando são pronunciadas as seguintes frases: *agüentar*, *tranqüilo*. Da mesma forma, no Brasil não se emprega ao contrário do que acontece em Portugal o hífen entre as formas monossilábicas do verbo *haver* e a preposição *de*: por exemplo, *hei de*, *hás de* e outras.

O mesmo autor refere que as diferenças na acentuação gráfica, de modo geral, estão relacionadas com as pronúncias diferentes das vogais tónicas que caracterizam a norma do português europeu e a norma brasileira. Elas incidem, em particular, no diferente uso dos acentos agudo e circunflexo que assinalam a vogal tónica quando ela é aberta ou fechada.

Para este caso, o autor apresenta três¹²⁶ exemplos diferentes: no primeiro caso, antes da consoante nasal as vogais (*a*, *e*, *o*) na norma brasileira são pronunciadas como fechadas e, por isso, quando acentuadas graficamente, usa-se o acento circunflexo, por exemplo: *cântico*, *anatômico*, *tônico*, *fêmur*, *tênis* e *bônus*. Contrariamente, em Portugal, tem-se: *cénico*, *anatómico*, *tónico*, *fémur*, *ténis* e *bónus*, respetivamente.

A superação das chamadas consoantes mudas tem sido um dos pontos mais debatidos dentro da polémica em torno do AO de 1990. Em primeiro lugar, é importante lembrar que esta reforma ortográfica foi entregue a especialistas, já que de um especialista espera-se consistência. Curiosamente, o AO/90 está carregado de incoerências, ficando-se, muitas vezes, com a impressão de que se trata de uma fuga para a frente em forma de texto.

¹²³ Ibidem.

¹²⁴ Idem, ibidem.

¹²⁵ Vasco Graça Moura, *Acordo Ortográfico: Perspetiva do Desastre*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2008, p.14.

¹²⁶ A este respeito, consultar Magnus Bergström e Neves Reis, *Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Notícias, 42ªed, 2002, p.364.

No que respeita à supressão das chamadas consoantes mudas, como o c em acção ou o p em concepção, a etimologia deixa de interessar, o que é estranho, sabendo-se que essas consoantes têm, também, valor etimológico. Na mesma visão, Francisco Álvaro Gomes persiste em dizer que “a existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa, a lusitana e a brasileira, tem sido considerada largamente prejudicial para unidades intercontinental do português e para o seu prestígio no mundo”¹²⁷.

Com base nas teorias acima apresentadas, e do ponto de vista da linguística, leva-nos a compreender o que realça Dante Lucchesi, ao referir os processos de variação da heterogeneidade na língua definida por Saussure. Este autor afirma que “os processos de variação e heterogeneidade na língua estão relacionados aos processos de mudança linguística, na medida em que os processos de mudanças passam necessariamente pelo processo de variação”¹²⁸. Tal fato leva-nos ao alcance, mais uma vez, do que enunciamos em (1.2), ou seja, a língua está em constante movimento. Todavia, é importante compreender que todas as regras ortográficas são fruto de uma convenção social, proveniente de um determinado acordo, estabelecido pelos especialistas, com o intuito de padronizar a escrita. Segundo Dante Lucchesi ao citar Labov:

[...] a doutrina histórica defende que as coisas não são idênticas: explicações baseadas em princípios universais da natureza humana ou relativamente constantes da fisiologia dos seres humanos não são suficientes para explicar eventos históricos. Isso implica que as condições iniciais e os ambientes contextuais de um conjunto de mudanças linguísticas são significativamente diferentes de um outro conjunto. (...). Pode haver universais da mudança linguística, independentes das condições históricas. Muitas teorias da mudança linguística são inteiramente devotadas à sua busca. Mas nós veremos que, se tais generalizações a-históricas existem, elas são raras. Isso, por si só, pode explicar os sucessos limitados dos recentes esforços em utilizar técnicas formais para desenvolver teorias gerais da mudança linguística.¹²⁹

Assim sendo, Sylvania Gomes de Arruda é de opinião que “a ortografia é uma convenção social criada para facilitar o diálogo escrito: denominando-a, temos uma forma comum de escrever cada palavra, mas não esquecendo que temos mais de uma opção de letras correspondente a determinado som”¹³⁰. A autora continua referindo que a grafia pode ser dividida entre palavras que obedecem as regularidades.

Novamente a autora, ao citar Oliveira Rangel, ressalta que o “conhecimento é uma regra que permite antecipar como ela deve ser escrita, até mesmo sem conhecê-la: as irregularidades que não seguem qualquer princípio explicativo que justifique sua notação”. Contudo, ao pensarmos que o Acordo Ortográfico é uma imposição inútil e que tudo se tornaria mais fácil se pudéssemos escrever as palavras tal como falamos, estamos a esquecer que na língua oral as palavras são emitidas de formas distintas.

¹²⁷ Cf. Francisco Álvaro Gomes, *O Acordo Ortográfico*, Lisboa, Edições Flumen, Porto Editora, 2008, p.204.

¹²⁸ Cf. Dante Lucchesi, *Sistema Mudança e Linguagem. Um Percorso da Linguística neste Século*, Lisboa, Colibri 1998, p. 63.

¹²⁹ Ibidem, p. 186.

¹³⁰ Sylvania Gomes de Arruda, *E agora Portugal... O Novo Acordo Ortográfico- Uma ponte entre o Brasil e Portugal ou uma Batalha de Linguística?* Dissertação apresentado na Universidade Nova de Lisboa para obtenção de grau de Mestre em Ciências da Linguagem, Lisboa, 2011, p.13.

Sem a possibilidade de descuramos o principal objetivo do Acordo Ortográfico (AO) de 1990, e mais uma vez se retrocedermos aos objetivos do AO de 1931, tomamos conta que tivera sido aprovado o primeiro Acordo Ortográfico por Portugal e Brasil, que previa o modelo português de 1911, este que também fica extensivo às colónias ultramarinas. Porém, sem a possibilidade destas colónias participarem do referido encontro para que pudessem expor o seu ponto de vista, esta decisão tomada passou a vigorar juridicamente através do decreto publicado ao Diário do Governo nº213 de 12 de Setembro do mesmo ano sob portaria nº1.

Tal fato, aponta António Emiliano, foi uma imposição. Apesar do AO de 1990 ter como objetivo unificar a ortografia da Língua Portuguesa, ao facilitar as relações comerciais e ao tornar conhecidos os países lusófonos no cenário mundial, elaboraram e assinaram em 1990 o Acordo que tornaria padrão a ortografia da Língua Portuguesa. O texto original previa que o Acordo entrasse em vigor em janeiro de 1994, após a ratificação de todos os países.

Ainda assim, é notório que a discordância evoluiu até ao Século XXI, onde ainda se verificam cenários considerando de desacordo Ortográfico, segundo linguistas, filólogos, políticos, empresários, académicos e a sociedade em geral.

Contudo, passo a passo, se denota a existência de duas ortografias oficiais de língua portuguesa-lusitana e a brasileira. Também acompanhamos os pronunciamentos dos países membros da CPLP, concretamente sobre a Declaração de Luanda, que prevê a necessidade de se rever o AO de 1990 e de se realizar um “protocolo adicional”, e outros aspetos, vemos evidências que demonstram a existência de um desacordo ortográfico.

2.2.2 - O Acordo Ortográfico de 1990, o que muda?

O Acordo Ortográfico (AO) não deu fim a algumas das divergências ortográficas que existem entre as duas ortografias (ortografia europeia e a grafia brasileira), de tal modo que permite que algumas dessas divergências possam coexistir, atribuindo-se-lhes o nome de duplas grafias. Este acordo é, acima de tudo, uma tentativa de criação de uma norma ortográfica única, privilegiando a fonética e, assim sendo, aproximando a língua falada da língua escrita. Para isso, as principais alterações a ter em conta com a entrada em vigor do novo acordo são fundamentais em relação aos seguintes aspetos:

1. Alfabeto da língua portuguesa:

O alfabeto da língua portuguesa passa a ser composto por 26 letras com a introdução oficial do k (capa), w (dâblio ou duplo vê) e y (ípsilon ou i grego)¹³¹. Contudo, essas letras já eram usadas em alguns casos, mantendo-se o seu uso inalterado: antropónimos estrangeiros e seus derivados (Kant, Kantiano, Franklin, Frankliniano, Wagner, Wagneriano, Darwin, darwinismo Welwitsch, Welwitschia); topónimos estrangeiros e seus derivados (Washington, Washingtoniano Kosovo, kosovar); siglas, unidades monetárias, símbolos e unidades de medida internacionais (WWW de World Wide Web, Kina, Kwanza, km de quilómetro, K, potássio,

¹³¹Sobre este aspeto, consultar João Malaca Casteleiro e Pedro Dinis Correia, *O Novo Acordo Ortográfico, o que vai Mudar na Grafia do Português*, Lisboa, Texto Editores, 4ª ed., 2009, pp.8-31.

Kelvin, W de Watt, tungsténio, oeste, y, etário, yd, jarda) e palavras de origem estrangeira de uso corrente (kart, web, yoga).

2. Maiúsculas e minúsculas

A minúscula passa a ser obrigatória nos meses do ano (janeiro, dezembro), estações do ano (verão, inverno), pontos cardeais, colaterais e subcolaterais (norte, sul, este), exceto se estes nomes designam uma região geográfica ou quando se usam os correspondentes símbolos, em designações usadas para mencionar alguém cujo nome se desconhece (fulano, sicrano e beltrano) e em axiônimos (senhor doutor, senhor professor).

Na mesma senda, João Malaca Casteleiro esclarece que o acordo “provém da utilização da maiúscula que passa a ser facultativa em disciplinas escolares, cursos e domínios de saber”, como por exemplo: Português/português, Matemática ou matemática, em nomes de vias, lugares públicos, monumentos ou edifícios (Rua/rua da Restauração), em palavras usadas reverencialmente em forma de tratamento e expressões que exprimem reverência, hierarquia ou cortesia (Senhor Professor ou Senhor professor Vossa/vossa Excelência/excelência, Exmo. Sr. ou exmo. sr.), nomes de livros ou obras, exceto o primeiro elemento e os nomes próprios que se grafam com maiúscula inicial (O Retrato de Ricardina ou O retrato de Ricardina). A tradição do português de escrever nomes comuns com maiúscula inicial pode ser mantida em usos específicos para efeitos de destaque, reverência ou outros.

3. Acentuação gráfica

O acento agudo é eliminado em palavras graves com ditongo ói (jóia / joia) e na letra u de terminações verbais gue(s), que (s), gui(s) e qui(s) (averigúe / averigue; redargúis / redarguis; delinquís - delinquis). O acento circunflexo é eliminado em formas verbais graves terminadas em -êem da 3.^a pessoa do plural do presente do indicativo ou do conjuntivo, não tomam acento circunflexo, as formas como: lêem / leem; dêem / deem; dos verbos crer, dar, ler, ver; assim como dos verbos, descrever, desdar, reler e rever; creem, deem, leem, veem, descrerem, desdeem, releem, reveem¹³². A diferenciação entre palavras graves homógrafas proclíticas deixa de ser feita através da acentuação aguda ou circunflexa e passa a ser fornecida pelo contexto, como nos seguintes exemplos:

- Para (á), (forma do verbo parar) e para (preposição). Por exemplo: O automobilista para no sinal vermelho. A passeira é para os peões atravessarem em segurança.

- Pelo (ê), (flexão de pelar), e pelo (s) (ê), substantivo ou combinação de pere lo (s); e polo (s) (ó), substantivo, e polo (s), combinação antiga e popular (ou seja, contração da preposição por + artigo o): por exemplo;

- ✓ Eu pelo um castanho.
- ✓ O gato tem o pelo macio.
- ✓ Andei a passear pelo primeiro de maio.

O acento gráfico passa a ser facultativo nas formas verbais terminadas em -ámos do pretérito perfeito do indicativo na 1.^a pessoa do plural (amámos ou amamos), na forma verbal

¹³² Celso Cunha e Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 2015, p.91.

grave do presente do conjuntivo do verbo dar nas normas cultas lusoafriana e brasileira (dêmos), (damos) e no nome feminino com a forma de sentido de molde ou recipiente (forma) ou (forma). Em todos estes casos de facultatividade, recomenda-se a adoção das grafias usadas até agora.

Há determinadas alterações ao nível da acentuação que são exclusivas da norma brasileira, a saber: o acento é eliminado em palavras graves com ditongo éi (idéia/ideia), em palavras graves com i e u tónicos, quando precedidos de ditongo (feiúra / feiura), em palavras graves terminadas em o duplo (vôo/ voo) e, por fim, o trema que não é usado em Portugal desde 1945, desaparece na variante brasileira (tranqüilo/ tranquilo).

Apesar desta supressão do trema, este sinal continuará a ser usado, quer no português europeu quer no brasileiro, em vocábulos de origem estrangeira e seus derivados (hübneriano, de hübner e mülleriano, demüller).

O presente acordo também legitima o uso de grafia dupla no caso de: palavras graves ou esdrúxulas com vogais tónicas e / e o, seguidos das consoantes nasais m ou n, com as quais não formam sílaba (ténis e ténis; fenómeno e fenômeno); palavras agudas com é e ô tónicos, geralmente provenientes do francês, em que há oscilação de pronúncia como por exemplo: (bebé e bebê; cocó e cocô); nas palavras agudas terminadas em (o) fechado (judo e judô; metro e metrô).

4. Sequências consonânticas

As consoantes mudas ou não articuladas são suprimidas e admitem-se as duas grafias quando há oscilação de pronúncia. Alguns exemplos de supressão da consoante em casos em que não há dúvidas quanto à sua não articulação: accionar / acionar, colecção / coleção, actual / atual, decepcionar / dececionar, adopção / adoção, assumpção / assunção, óptimo / ótimo. Alguns exemplos, em que a sequência consonântica é pronunciada e, por isso, não é eliminada, tal como o caso de: ficcional, convicção, bactéria, egípcio, corrupção, adepto. Existem também casos de oscilação da pronúncia em que é aceite a grafia dupla: característica ou caraterística, conceptual ou concetual, interseção ou interseção, sector ou setor.

5. Hífen

Para o caso de hifenização, segundo Malaca Casteleiro, o novo acordo estabelece uma reformulação das regras da convenção de 1945 de forma a clarificar e a tornar mais simples o emprego do hífen¹³³. Daí que o hífen é eliminado na maior parte das locuções de uso geral (fim-de-semana - fim de semana), nos compostos em que se perdeu a noção de composição (mandachuva e paraquedas), nas formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo haver seguidas da preposição de (hás-de - há de), em palavras formadas por prefixos ou falsos prefixos terminados em vogal e em que o segundo elemento começa por r ou s, duplicando-se estas consoantes (antirreligioso, contra-relógio - contrarrelógio; ultra-sónico - ultrassónico, Co-seno/ Cosseno , semirreta), em palavras formadas por prefixos ou falsos

¹³³ Ibidem, p.18.

prefixos terminados em vogal e em que o segundo elemento começa por vogal diferente (auto-estrada - autoestrada).

O hífen é usado em compostos que designam espécies zoológicas ou botânicas, estejam ou não ligadas por preposição ou qualquer outro elemento escreve-se sempre com hífen. Por exemplo: abóbora-menina, couve-flor, erva-doce, feijão-verde, bênção-de-deus, erva-de-rato, erva-do-chá, galinha-da-índia, bem-me-quer e outras.

Ocorre, também, nas palavras formadas por prefixos ou falsos prefixos quando o segundo elemento começa por h: (anti-histamínico), quando o segundo elemento começa pela mesma letra com que termina o prefixo por exemplo: (inter-regional, micro-ondas), nas palavras formadas por elementos acentuados graficamente por exemplo (pré-fabricação, pós-graduação), em palavras com o prefixo ex- com sentido de anterioridade (ex-diretor), em formações com os prefixos circum- e pan-, quando o segundo elemento começa por vogal, h, m ou n (circum-navegação, pan-africano), em palavras formadas por prefixos que terminam em b ou d e em que o segundo elemento começa por r (ab-rogar, sub-região).

2.2.3 - Comparação das bases do acordo de 1945 e 1990

Ao estabelecer uma comparação entre as bases do Acordo Ortográfico de 1945, é evidente lembrar o que viemos elucidar acima, sobre o AO de 1945, que é uma convenção ortográfica assinada em Lisboa por duas academias: a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, que tomaram a iniciativa de criar um Acordo Ortográfico com objetivos de estabelecer medidas para unificação de dois sistemas linguístico (Europeu e Brasileiro), aprovado pelo decreto-lei nº35 228/45, de 8 de Dezembro, alterado pelo decreto-lei nº 32/73, de 6 de Fevereiro.

O AO surge na tentativa de dar cobro às divergências que se alastraram até aos anos de 1940 a 1943 nas academias supracitadas, as divergências veem-se terminadas a 10 de Agosto de 1945, através do resultado da conferência interacadémica que levou à aprovação de desenvolvimento analítico das cinquenta e uma bases¹³⁴. O documento que testa a legalidade do Acordo Ortográfico (AO) de 1945 é composto por três partes, sendo a primeira parte composta por princípios para a implantação e a criação do texto do Acordo Ortográfico de 1945: de entre eles, a proibição de grafias duplas ou alternativas, consentimento no tocante aos regionalismos, denominados «lusismos» e «brasileirismos» e dos procedimentos para a elaboração do Acordo. A segunda, composta por 51 itens, faz um resumo prévio do conteúdo presente em cada uma das bases do Acordo. A terceira parte esclarece a necessidade de solução de certas questões morfológicas. Desta forma, iremos analisar as bases do AO de 1945 que consideramos fundamentais. Para o efeito, a Base I fixa que o

¹³⁴ Cf. Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro de 1945, *Conferência Interacadémica de Lisboa para a Unificação Ortográfica de Língua Portuguesa* - Documento nº 1e 2, Bases Analíticas do Acordo Ortográfico de 1945, disponível em <https://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&versio=n=1945> [acordo de 1945, consultado em 30 de janeiro de 2017].

alfabeto português consta fundamentalmente em 23 letras, (a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, x, z), tendo ainda três que só se usam em casos especiais: (k, w, y), autorizando o uso somente em vocábulos estrangeiros e seus derivados, tais como Franklino, kantismo, darwinismo, byroniano etc., desautorizando o uso das letras vernáculas equivalentes nesses derivados: cantismo, darwinismo, baironiano e outros.

Importa observar que a referida base, tendo em conta a conservação das três letras (k,w,y), nada esclarece quanto à sua utilização nas línguas de origem bantu, como por exemplo Cokwe, Kwanza, e outros. Relativamente à Base II, também se refere aos vocábulos derivados de nomes estrangeiros, em que neste caso são as sequências consonânticas ou letras dobradas inexistentes na língua portuguesa: comtista, de comité; garrettiano, de Garrett; jeffersónia, de Jefferson; mülleriano, de müller, [...].

Base III: o uso do h inicial emprega-se em três categorias:

1º. em função da etimologia: haver, hélice, hera, hoje, hora e humano;

2º. relativamente à tradição gráfica longa, que tem origem no latim e em línguas românicas: húmido, humor;

3º. categoria - adoção convencional de: hã? Hem?, hum!, e outras, de seu não emprego quando inicia uma palavra unida a um prefixo (inábil, desumano) ou de conjugações mesoclíticas na posição inicial, assim como da sua manutenção no início de palavras a um prefixo pelo hífen.

A Base IV: a manutenção dos diagramas de origem hebraica *ch*, *th* e *ph* são conservados na sua integridade em formas onomásticas de tradição bíblica e o seu uso não aconselha a substituição: Baruch, Loth, Moloch, Ziph. Quando são invariavelmente mudos, elimina-se: José, Nazaré, em vez de Joseph, Nazareth.

A Base V: as diferenciações gráficas entre *ch/x*, *g/j*, *s/ss/c/ç/x*, do facto de nunca se grafar com *c* cedilhado inicial, das distinções entre *s/x/z* finais e interiores, o que acontece nos exemplos sobre as distinções seguintes: entre *ch* e *x*; chamar, achar, ficha, inchar e outros. Distinção entre *x* acontece nos seguintes exemplos: deixar, mexer, eixo, xarope, etc., a distinção palatal entre *g/j* acontece em seguinte caso: (g) estrangeiro, álgebra, algema, gíria; (j) granjear, hoje, enjeitar e Jesus. Distinção entre as sibilantes surdas: *s*, *ss*, *c/ç* e *x*. Acontece em seguintes casos: (s) conversão, imenso, mansão, (ss): atravessar, devassar, escasso. [...] *c/ç/ x*; alicerce, acervo, cereal/ inserção, açúcar, dança; / próximo, máximo, sintaxe e outro.

Base VI: a eliminação das sequências interiores *cc/cç/ct/pc/pç/pt* quando invariavelmente mudos e de sua manutenção quando pronunciados num país e não no outro, ou quando têm valor fonético e/ou valor de tradição ortográfica e similaridade com outras línguas românicas.

A Base VII: faz menção da aplicação do mesmo princípio da Base VI às sequências consonantais *bd*, *bt*, *cd*, etc., assim como da simplificação ortográfica de várias outras sequências consonânticas de origem grega.

Do mesmo modo, é notório observar-se a concentração nas bases XI, XII e XIII, da padronização das grafias das flexões, a regularização da forma de escrever as vogais nasais (ã/õ), assim como a representação das nasais com vogais seguidas pelas letras (m/n), e a ortografia dos ditongos orais e sua acentuação.

Na Base XXVII: apresenta-se a extinção completa do trema, tanto no caso de hiatos átonos, como no caso de marcação da pronúncia do u nos grupos "gue", "gui", "que" e "qui", mantida apenas a exceção para os derivados de nomes próprios estrangeiros, tais como mülleriano.

A Base XXVIII: analisa o uso do hífen nas palavras compostas com fonéticas diferentes.

Na Base XXIX: faz-se o uso do hífen nas palavras compostas com prefixos de origem grega ou latina, tal acontece em seguintes casos: em compostos formados com prefixos (contra e extra), por exemplo: contra-regra, contra-senha e outros.

A Base XXXI: uso do hífen nas flexões do verbo haver ligadas à preposição de; por exemplo, as formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo haver: hei-de, hás-de, há-de, hão-de.

Base XXXII: usa-se o hífen para ligar as palavras que tenham a mesma combinação em encadeamentos vocabulares.

Base XXXIII: inadmissibilidade do uso do apóstrofo em uniões vocabulares perfeitas ou de uso corrente.

Na Base XXXIII: é aceitável o uso do apóstrofo em uniões vocabulares perfeitas ou de uso corrente.

A Base XL: uso de maiúsculas no início dos vocábulos nomeia as pessoas de forma vaga ou fazendo às vezes de antropónimos. Por exemplo, em palavras como: Fulano, Sicrano ou Beltrano.¹³⁵

Base XLI: os nomes de pontos cardeais (escritos com minúsculas) passam a ser grafados com maiúsculas quando designam regiões.

Base XLII: impõem-se o uso de maiúsculas para palavras que designem altos conceitos políticos, nacionais ou religiosos, como se pode observar nos seguintes exemplos: o Estado, a Nação, a Língua / a Igreja, a Religião e a Fé.

Base XLIII: uso de minúsculas em nomes de disciplinas e ciências, salvo certas exceções, por exemplo: (economia política, direito, física).

Base XLIV: uso das maiúsculas para obras literárias, citações, periódicos e produções artísticas, títulos e subtítulos de livros.

Base XLV: uso de maiúsculas para flexões pronominais referentes às entidades sagradas. Base XLVI: uso de maiúsculas para nomes de cargos e títulos.

Base XLVII: regras para o uso de maiúsculas para compostos onomásticos.

Base XLVIII: a divisão silábica faz-se pela soletração e não pela etimologia, com o estabelecimento de regras específicas para certos casos.

¹³⁵ Ibidem, p.22.

A Base LI: recomenda a substituição do uso de topónimos estrangeiros pelos equivalentes vernáculos, sempre que existam e/ou possam entrar no uso corrente¹³⁶. Para todos os efeitos, o objetivo do AO de 1945, em relação às bases analíticas, previa dirimir as incongruências entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras que previam um Acordo Ortográfico com o objetivo de estabelecer medidas para unificação de dois sistemas linguísticos (Europeu e Brasileiro).

A incongruência causada por dois sistemas linguísticos (Europeu e Brasileiro), é um problema conjuntural no projeto texto de Ortografia unificada da língua Portuguesa aprovado em Lisboa, a 12 de outubro de 1990, pelas duas academias supracitadas. Incentivou a participação dos representantes de países africanos que também se manifestaram preocupantes com questões de política linguística, contrariamente ao que não aconteceu nos períodos anteriores, onde se precisava uma unidade que se estenderia até aos países africanos¹³⁷. Esta nova realidade da presença dos países africanos, que levou a um debate conjuntural em assuntos linguísticos pressupôs uma viragem na história do AO tal como fizemos referência acima.

Contudo, o referido Acordo Ortográfico de 1990 está constituído por quatro partes e dois anexos¹³⁸: o primeiro anexo é uma lista de vinte e uma bases ortográficas, onde se especifica o novo alfabeto da língua portuguesa e as características da nova ortografia. O segundo anexo composto por uma nota explicativa relativamente ao acordo em questão.

Na verdade, a existência das vinte e uma bases serviu para procurarmos consolidar comparações e diferenças entre as bases do AO de 1945 e as bases do AO de 1990.

A base I: descrever o alfabeto ortográfico da língua portuguesa formada por 26 letras cada uma delas com formas maiúscula e minúscula. Na mesma base, considera-se a inclusão no alfabeto português das letras K, w, e y conservando, no entanto, as regras fixadas anteriormente que restringem o seu uso às abreviaturas, palavras de origem estrangeira ou seus derivados, assim como unidades de medida de curso internacional. Porém, nas suas observações vai mais além, esclarecendo que para além das letras conhecidas se utilizem outras letras e combinações duplas (ç/ de cedilha, os dígrafos rr/ ss duplo, ch/ cê-agá, lh/ ele-agá, nh/ ene-agá, gu/ guê-u e qu/ quê-u). Há, também, uma especificidade das letras k, w e y, que são utilizadas em três momentos.

1. Em antropónimos/ antropônimos originários de outras línguas e efetivamente nos seus derivados, como por exemplo, Franklin, frankliniano, Kant, kantistno, Darwin, drawinismo, Wagner, wagneriano, Taylor, taylorista.
2. Na utilização em topónimos/ antropônimos originários de outras línguas e seus derivados: Kwanza, Kuwait, kuwaitiano; Malawi, malawiano;

¹³⁶ A este respeito, consultar o Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro de 1945, *op. cit.*

¹³⁷ A nossa afirmação sobre este facto é, pois, histórica. Compreende-se que os anteriores acordos, as suas bases analíticas relativamente aos países africanos, ou seja, PALOP, nota-se que em diversos escritos nada consta. Havia por parte dos proponentes uma despreocupação total da inclusão das línguas africanas. A participação ativa dos PALOP é, apenas, notória a partir do ano 1986.

¹³⁸ Cf. Vasco Graça Moura, *op. cit.*, p.124.

3. Na utilização em siglas, símbolos e em palavras adotadas como unidades de medidas de curso internacional: (Twa, KLM; K-potássio (de kalium), W-oeste/west; kg- quilograma, km-quilometro, kW-kilowatt, yd-jarda/ yard; Watt).

No entanto, a base em referência de descrever três razões, como acima referimos, da utilização das letras (k, w e y):

- os dicionários da língua já registam estas letras, pelo facto de existir um número razoável de palavras no léxico português iniciadas por elas;
- na aprendizagem do alfabeto, é necessário fixar a ordem pelas quais as letras se apresentam;
- nos países africanos de língua oficial portuguesa, existem muitas palavras que se escrevem com as mesmas letras.

De uma forma ou de outra, afirma-se a uniformidade da coesão ao integrar e / ou esclarecer vários aspetos que não faziam parte do texto em 1945, como é o caso da consideração dos vocabulários de origem bantu¹³⁹ descritos acima.

A base II realça o uso da letra h no início e no final da palavra. Não altera as normas anteriores no texto do Acordo Ortográfico de 1945. Pois, o h inicial é usado nas formas etimológicas: “haver”, hélice, hera, hoje, hora, homem, humor e em virtude da adoção convencional: hã? hem?, hum!. Apesar disto, este é suprimido, quando, apesar da etimologia, a sua superação é consagrada pelo uso, como por exemplo, erva, em vez de herva. No entanto, as palavras ervaçal, ervanário, ervoso apresentam-se em contraste com herbáceo, herbanário, herboso, as quais são de origem eruditas.

Em relação ao h final, este continua a ser empregue em interjeições: “ah! Oh!”. Desta maneira, o texto de 1990 repõe as decisões do AO pelo facto dos exemplos apresentados permanecerem inalteráveis e apresentam conformidade com a Base II do texto de 1945. A Base III aborda a homofonia de certos grafemas consonânticos como consequência da história das palavras. Especificamente, dá-se atenção à distinção gráfica entre ch e x, como nas seguintes palavras: achar, chamar, mexer, xadrez. Entre g, com valor de fricativa palatal, e j: Álgebra, algema/ enjeitar, hoje; entre as letras ss, c, ç e x, as quais representam sibilantes surdas: ânsia, conversão, atravessar, benesse, acervo, alicerce, dançar, Moçambique, auxílio e máximo. Entre s de fim de sílaba (inicial, interior e final) e x e z com idêntico valor fónico. E, por último, entre as letras interiores s, x e z, que representam sibilantes sonoras, tal como demonstram os exemplos da base em referência.

Apesar disto, é importante referenciar que a Base III contém seis tópicos com certas distinções, mas mantém-se inalterada de certa forma em relação ao texto de 1945 nas Bases IV, V, isto é, quer nas distinções gráficas entre letras, sílabas, quer nos advérbios terminados em - “mente”, se admite o uso da letra z.

¹³⁹Sobre este aspeto, Cf. *Comissão Nacional do Instituto Internacional da Língua Portuguesa- Ministério da Educação, (org). Oficina de Trabalho sobre o Acordo Ortográfico de 1990, Actas*, Luanda, Mayamba Editora, 2010, pp. 12-13.

A Base IV realça o uso das sequências consonânticas: determina a supressão das chamadas consoantes mudas (ainda em uso em casos de dupla grafia). Deste modo, o uso do *c*, com valor de oclusiva velar, das sequências interiores *cc* (segundo *c* com o valor de sibilante), *cç* e *ct*, e o *p* das sequências interiores *pc* (*c* com valor de sibilante), *pç* e *pt*, ora se conservam, ora se eliminam. Assim sendo, as sequências consonânticas conservam-se nas situações em que são preferidas nas pronúncias cultas da língua, como em: compacto, convicção, convicto, ficção, ficcionar, pacto, pictural, adepto, apto, díptico, erupção, eucalipto, inepto, núpcias e rapto.

Diante disto, Álvaro Gomes esclarece que não existe qualquer problema ortográfico, uma vez que tais consoantes não podem deixar de grafar-se. Assim, estas eliminam-se quando são invariavelmente mudas nas pronúncias cultas da língua (como se pode observar nos exemplos acima).

Para o autor acima, também define a facultatividade do uso, quando há oscilação entre a prolação e o emudecimento do *b* na sequência *bd* (como em súbdito); do *b* na sequência *bt* (em subtil e seus derivados); do *g* na sequência *gd* (em amígdala, amígdalácea, amígdalar, amígdalato, amígdalite); do *m* na sequência *mn* (em amnistia, indemnizar, onnipotente, onisciente); do *t* na sequência *tm* (em aritmética e aritmético).

Todavia, segundo a análise feita por Álvaro Gomes, observam-se essencialmente dois tópicos considerados na Base IV. Seguidamente, o mesmo autor afirma que “esta é, sem dúvida, uma das bases mais problemáticas e das que (à semelhança do que ocorreu em 1945) mais celeuma tem criado. É a mais afetada por se ter optado pelo critério fonético, em detrimento do etimológico”¹⁴⁰. Nesta visão, um dos aspetos positivos é “o facto de se tentar aproximação entre as normas europeia e brasileira, sendo esta uma base de abordagem complexa”. A seguir, a Base V esclarece o uso das vogais átonas. Desta maneira, regula o emprego do *e* e *i* e do *o* e *u*, em sílaba átona, estabelecidos fundamentalmente por razões etimológicas e histórico-fonéticas. Contudo, o que na realidade acontece é o seguinte:

a) com *e* / *e* e *i*: ameaça, amealhar, antecipar, Leonel, Leonor, criar, adiante, Filipe, Filipinas;

b) com *o* e “*u*”: Abolir, costume, nódoa, Páscoa, Luanda e outros¹⁴¹.

A base, que integra referências etimológicas, reconhece a sua importância no plano ortográfico, e agrupa-se em dois grandes segmentos que em 1945 estavam dispersos por vários grupos. Assim, a maior parte dos exemplos apresentados são tomados no texto de 1945.

Retomando a comparação para a Base X, referente à acentuação das vogais tónicas/ tônicas grafadas em *i* e *u* nas palavras oxítonas e paroxítonas, abordam-se os casos que usam acentuação aguda em palavras antecidas de uma vogal que não formam ditongo e desde que não constituam sílaba com a eventual consoante seguintes, exceto o caso de *s*: adais (que forma o plural de adail), ai, atraí (de atrair), saída, sanduíche. As vogais tónicas / tônicas

¹⁴⁰ Cf. Álvaro Gomes, *Parecer Sobre o AO de 1990*, Luanda-Angola, H&I-Edições, 2010, p.39

¹⁴¹ Para mais informações sobre o assunto, Cf. a linha 2ª (a, b,c,d, e, f) da obra de Álvaro Gomes, *O Acordo Ortográfico*, Porto, Edições Flumen, 2008, pp.162-163.

também grafadas em i e u nas palavras oxítonas e paroxítonas não levam acento agudo quando procedidas de vogal com a qual não formam ditongo e constituem sílaba com a consoante seguinte. É o caso de nh, l, m, n, r e z (moinho, Raul, ruim, ainda, triunfo, juiz). Além disto, nesta base integram três bases do AO de 1945 e vários aspetos relativos às Bases XIV, XV e XIX¹⁴².

A Base XIV diz respeito ao trema: estipula a supressão completa do trema, sinal de diérese, em palavras portuguesas ou aportuguesadas, excetuando em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros (por exemplo: mülleriano, de Müller).

Tal como havia sido abolido no Brasil, no novo texto da unificação ortográfica, optou-se por conservar o modelo da estrutura adotada em 1986.

2.2.4 - Razão do fracasso dos Acordos Ortográficos

Não existe um processo perfeito, pelo que qualquer processo tem as suas implicações, positivas ou negativas. Deste modo, Álvaro Gomes aponta que o real motivo do fracasso dos acordos é “a tentativa de imposição de uma unificação ortográfica absoluta”¹⁴³.

Em 1945, propunha-se uma unificação ortográfica que abrangia a totalidade do vocabulário geral da língua. No entanto, tal era conseguido principalmente através da reintrodução no Brasil das chamadas consoantes mudas (ou não articuladas) e da generalização da prática portuguesa de grafar com acento agudo, e não circunflexo, as vogais tónicas e / o, seguidas das consoantes nasais m e n, das palavras proparoxítonas (ou esdrúxulas).

Porém, tais propostas acabaram por não ser aceites e levou, segundo este autor, a concluir que a unificação não seria possível por via da administração. Por outro lado, na tentativa de acordo em 1986, por seu lado, propunha-se, também, uma unificação ortográfica praticamente absoluta, mas seria à custa de uma drástica simplificação do sistema de acentuação gráfica, pela supressão dos acentos nas palavras proparoxítonas e paroxítonas; o que não foi bem aceite por uma parte substancial da opinião pública. Contudo, com a integração de novos países lusófonos na discussão, os fatores que tendiam a uma desagregação da língua portuguesa tonaram-se mais cuidadosos quanto à sua implementação.

¹⁴² Para compreender melhor a temática, cf. Álvaro Gomes, *Parecer sobre o AO de 1990*, op. cit., pp. 88, 94, 118.

¹⁴³ Cf.; Álvaro Gomes, *O Acordo Ortográfico*, Porto, Edições Flumen, 2008, pp. 205-207.

Capítulo III - Aplicação das Regras do AO de 1990 no Léxico das Disciplinas de Ciências Exatas do 2º Ciclo do Ensino Secundário em Angola

Neste capítulo, propomo-nos analisar a aplicação do Acordo Ortográfico de 1990 nas disciplinas de Ciências Exatas do 2º ciclo do Ensino Secundário em Angola, e cabe lembrar que, para compreender os conceitos e o percurso histórico do AO de 1990, é fundamental que se compreendam os itens abordados no Capítulo II (2.1), onde foi possível apresentar toda a digressão histórica do Acordo Ortográfico em referência. Desta forma, começaremos a caracterizar o Sistema Educativo em Angola, seguindo-se uma breve descrição do Ensino Secundário, da norma ortográfica e apresentando-se, no final, a análise efetuada no âmbito desta dissertação, nas disciplinas de Física, Química, Matemática e Introdução à Economia.

3.1 - Caracterização do Sistema Educativo em Angola

Angola é um país soberano desde 1975, período em que saiu do jugo colonial do governo fascista português. Antes da independência, Angola, enquanto colónia portuguesa, tinha influências do Brasil, ambos sendo colónias portuguesas. Nesta época, vivia-se uma grande influência brasileira ao nível da educação e ao nível religioso. A posição da dominação colonial veio a conhecer o seu fim a partir do ano em referência (1975), através do esforço abnegado dos três movimentos políticos (FNLA, MPLA e UNITA). Deste modo, Benvindo Luciano faz referência que a visibilidade de Angola no contexto Internacional como um estado-nação soberana e independente aconteceu depois da assinatura dos acordos de Alvor a 15 de janeiro de 1975¹⁴⁴. Durante o período da ocupação colonial, a administração política, económica e social e a norma ortográfica utilizada em grande maioria de instituições públicas do Estado eram semelhantemente definidas por estado colonizador. Do mesmo modo, a língua portuguesa era a língua dominante em todo o território e veio a ser adotada como a língua oficial, tendo em conta “a unidade nacional, [...] além de funcionar como meio de comunicação internacional...”¹⁴⁵. A questão da multiplicidade étnica e linguística existente naquele território africano ficou conservado até à atualidade.

Seguindo este prisma, e depois da conquista da independência e da soberania Nacional, é unânime dizer que a utilização da norma ortográfica não teve outra escapatória

¹⁴⁴ Benvindo Luciano, *Descentralização e Desconcentração na Administração Pública em Angola*, Angola, Escolar Editora- Lobito, 2012, pp.24-25.

¹⁴⁵ Cf. Gonçalves Perpétua, *Português de Moçambique: uma variante em Formação*, Maputo, 1996, p.81.

senão o uso da norma ortográfica do governo português, especificamente a norma de convenção ortográfica de 1945 aprovada pelo decreto n.º 35228 de 8 de dezembro¹⁴⁶ e que já era usada naquele território no período colonial. É bem verdade que, desde o período da independência até ao momento, basta observar a grande maioria da literatura Angolana e outros documentos oficiais que se encontram redigidos em norma do AO/1945. Tal facto importa lembrar que a conquista da independência em 1975 foi um ponto extremamente positivo, porém, julgamos que neste período o estado angolano não tinha capacidade que permitisse desprender-se totalmente da influência linguística e ortográfica do antigo colonizador.

Não queremos afirmar que o uso das normas ortográficas do governo português seja visto como uma forma de colonização. A República de Angola é um Estado unitário que respeita a sua organização, os princípios da autonomia¹⁴⁷. Contudo, com base no princípio da soberania, ela manifesta o direito de escolher a norma ortográfica que bem entendia e que se adequava com um estado soberano e independente, isto visando a comunicação interlinguística e a unidade dos diferentes povos que viviam em Angola na altura da independência e depois dela.

Assim, a ortografia angolana é hoje regida pelas mesmas normas do Acordo Ortográfico implementadas em Portugal, tendo em conta o contexto histórico em que se implantou a referida norma da convenção ortográfica.

Desta forma, compreendemos que no período da independência, o Sistema Educativo angolano estava dividido em duas fases: Sistema Educativo de 1975 e Sistema Educativo depois de 1975. Nesta conformidade, no Sistema Educativo colonial, a política sobre o acesso à educação escolar em Angola não era favorável, visto que a instrução constituía uma ameaça de rebelião e o Sistema Educativo era limitado, simplesmente numa política implantada apenas pelo regime colonial.

A este respeito, André Muaca afirma: “todos os governos coloniais tiveram medo da promoção intelectual dos indígenas, temiam que, dentre os promovidos, surgisse líderes que pudessem causar problemas”¹⁴⁸. Além disso, acrescenta que não fazia parte do plano de Portugal a instrução escolar dos indígenas, trazendo uma desproporção no sistema educativo angolano, sobretudo em províncias de interesses económicos destes colonizadores.

No período pós-independência, precisamente a partir de 1986, o sistema educativo angolano começou a viver os primeiros resultados da reforma educativa, com vista à formulação do sistema colonial herdado, dando maior oportunidade de acesso à educação e à continuação de estudos e também pelo alargamento da gratuidade de todos os níveis do ensino, assim como, o aperfeiçoamento do pessoal docente e de outras vantagens¹⁴⁹. A par

¹⁴⁶ www.flip.pt, Acordo Ortográfico de 1945,

¹⁴⁷ Constituição da República de Angola, Princípios Fundamentais, (Art.1-3), Angola, Imprensa Nacional, 2010, p.5.

¹⁴⁸ Cf. Eduardo André Muaca, *Breve História da Evangelização de Angola*, Lisboa, 1991, p. 65.

¹⁴⁹ Relatório da Comissão de Acompanhamento e Avaliação Global da Reforma Educativa, (CAARE), Angola, Editora Moderna, 2014, pp,30-45.

desta situação, foi realizado, em 1986, um diagnóstico do setor. Concluído este diagnóstico, foram apontadas as fraquezas do Ensino de Base, com repercussões noutros níveis de ensino.

Os resultados provenientes do referido diagnóstico não foram satisfatórios, pelo fato de se ter “constatado que não existia uma determinação precisa sobre o nível de conhecimentos que o aluno deveria ter à saída do Ensino de Base, existia também uma grande diferença entre o número de horas estipulado nos programas e o tempo real disponível”¹⁵⁰.

Depois de ter sido implementada a segunda reforma educativa de 2002 a 2011, e ter sido aprovada a lei de base do sistema educativo pela Assembleia Nacional, o sistema educativo angolano passou a ser regido pela Lei 13 /01 de 31 de dezembro. Tais factos constituem o ganho do sistema educativo numa Angola independente. Além disso, deve-se realçar o assentamento do sistema educativo na Lei Constitucional, no plano nacional e nas experiências acumuladas e adquiridas a nível Internacional e desenvolvidas em todo o território nacional e na definição da sua política como competência exclusiva do Estado e, subsequentemente, coordenado pelo Ministério da Educação e Cultura.

A este respeito, o já referenciado diagnóstico e a implantação do Decreto nº2/04 de 14 de janeiro trouxeram definição concreta de um plano para o novo sistema da Reforma Educativa.

O sistema Educativo angolano é constituído por diferentes etapas, desde a independência do país:

- Até 1986, a etapa vigente era a do funcionamento do antigo modelo de sistema de educação colonial;
- De 1986-2001, etapa de conceção de novo modelo de Reforma do sistema educação;
- De 2002 até à atualidade, etapa de implementação do segundo novo modelo de sistema educação”¹⁵¹.

Contudo, o período de implantação do novo sistema de educação iniciado em 2002, compreende cinco fases distintas:

- A primeira fase (2002-2012) é a considerada como fase preparação de condições, tendo início com a organização das condições para o funcionamento normal das instituições;
- A segunda fase (2004-2010) é a de experimentação que se baseou na aplicação dos novos materiais pedagógicos em algumas das escolas do país que tinham sido selecionadas;
- A terceira fase (2005-2010) é a fase de avaliação e correção pedagógica que consistiu na avaliação e correção do grau e nível da aplicação do material pedagógico;
- A quarta fase (2006-2011) é a de generalização que consistiu na aplicação de novos currículos, planos de estudos e programas de ensino;
- A quinta fase (2012-?) é a fase global e nesta fase tinha como visão uma avaliação global dos principais dispositivos do sistema de educação, formação de professores,

¹⁵⁰ MED, *Informação sobre a Implantação do Novo Sistema de Educação, Reforma Educativa do Ensino Primário e Secundário*, Luanda, Editor INIDE, 2009, pp. 7-9.

¹⁵¹ Ibidem, p.14.

administração e gestão de escolas e recursos materiais e escolares. Todavia, o art.10º da Lei de Base sobre o Sistema Educativo ressalta que a estruturação da educação é feita através de um sistema unificado, constituído por seis subsistemas de ensino:

- a) Subsistema de Educação Pré-escolar,
- b) Subsistema de Ensino Geral;
- c) Subsistema de Ensino Técnico - Profissional;
- d) Subsistema de formação de professores;
- e) Subsistema de Educação de Adultos;
- f) Subsistema de Ensino Superior.

De acordo com a Lei de Base, percebemos que o sistema de educação se estrutura em três níveis fundamentais:

- a) Primário.
- b) Secundário.
- c) Superior.

Precedem estes três níveis a Educação Pré-escolar, à qual têm acesso crianças com idade compreendida até seis anos.¹⁵²

A implementação da segunda Reforma Educativa trouxe novo rumo ao sistema educativo, permitindo a definição dos objetivos como bússolas orientadoras para uma dignidade educativa, visando o cumprimento da carta magna dos direitos humanos, na qual: “toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória [...]”¹⁵³. Os objetivos apresentados incluíam alguns aspetos, como:

- Expansão da rede escolar;
- Melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem;
- Reforço da eficácia do sistema de Educação;
- Melhoria da equidade do sistema de Educação.

Nesta conformidade, os motivos de ordem política, social e económica proporcionaram a renovação do sistema educativo com vista a alcançar e harmonizar uma educação, mais abrangente e sem limitações de formas que a atual Reforma Educativa possa acompanhar as mudanças introduzidas e já implementadas em países lusófonos em contexto escolar.

3.2 - Caracterização do Ensino Secundário em Angola

O Ensino secundário é o nível que sucede o Ensino primário e prepara os alunos para ingressar no Ensino Superior ou no mercado de trabalho imediatamente ou após formação profissional complementar. Compreende o ensino dois ciclos de três classes: o 1º Ciclo do

¹⁵² Sobre este aspeto, consultar o Art.51.º da Lei n.º 13/01.

¹⁵³Cf. Universal dos Direitos Humanos, disponível em.

https://www.fpce.up.pt/Sae/pdfs/Decl_Uni_Direitos_Homem.pdf. Consultada a 20 de março de 2017.

Ensino Secundário oferece um Ensino Geral e tem uma duração de três anos e compreende as 7ª, 8ª e 9ª classes e destina-se à preparação de alunos para a continuidade dos estudos no 2º Ciclo do Ensino Secundário, que inclui a 10ª, 11ª e 12ª classes.

Na mesma linha, a Lei de Base do Sistema Educativo, no seu artigo 24º nº1, realça que o 1º Ciclo do Ensino Secundário oferece uma formação profissional básica aos jovens e adultos para o ingresso no mercado de trabalho, oferece também uma formação intermédia, com duração de 1 a 2 anos, especificamente para profissionalização da docência e dos utentes de diplomas da 9ª classe do 1º Ciclo do Ensino Secundário sem oportunidade de ingressar no 2º Ciclo, visando o cumprimento dos objetivos específicos do ensino primário¹⁵⁴.

De acordo com a já referida lei, o 2º Ciclo do Ensino Secundário oferece um Ensino Geral, contendo a educação regular e a educação de Adultos, com uma duração de 3 anos de cada, isto é, da 10ª à 12ª classe, destina-se à preparação dos alunos para o ingresso no Ensino Superior. Também o 2º Ciclo do Ensino Secundário oferece duas formações profissionalizantes, a formação Média Normal e a formação Média Técnica. Cada uma com 4 anos de duração, da 10ª à 13ª classe, destina-se à preparação para ingresso no mercado de trabalho mediante determinados critérios, para o ingresso no Ensino Superior.

Do mesmo modo, o documento analisado informa que a formação Média normal é destinada à formação de professores para o Ensino primário, especificamente a Educação Regular, a Educação de Adultos e Educação Especial. Podemos, também, destacar que a formação Média Normal compreende uma formação Intermédia, com uma duração de 1 a 2 anos, servindo para a profissionalização dos utentes de diplomas da 12ª classe do 2º Ciclo do Ensino Secundário Geral, os quais não tiveram oportunidade de ingressar no Ensino Superior.

A formação média técnica destina-se à formação de técnicos para os diferentes ramos da vida profissional que atuam em diferentes áreas do saber (da indústria, da agricultura, economia, da saúde, das artes, dos desportos, assim como outros).

Outrossim, tal como a formação Média Normal, a formação Média técnica comporta também a formação Intermédia, com duração de 1 a 2 anos, com objetivos de profissionalizar utentes de diploma da 12ª classe do 2º Ciclo do Ensino Secundário Geral, que não queiram ou não tinham oportunidade de ingressar no ensino superior.

Ao abordarmos a caracterização do Sistema Educativo angolano, lembramos que a reforma é todo um processo dinâmico e inovador, cuja tendência é “retirar coisas antigas para trazer em prática coisas novas¹⁵⁵”.

Segundo Pedro Binji, a “reforma é um ato intencional e programado de inovação de um sistema, seja político, económico, social ou educativo. No campo educativo consiste na

¹⁵⁴ Para compreender os objetivos específicos do Ensino primário, ver o art. 20 da LBSE 13/2001, pp. 47-48. A este respeito, também foi consultado o art.º N°32 da Lei 17/16 de 7 de outubro, publicado no Diário da República n°170, I série, p.3997.

¹⁵⁵ Cf. Jaime Nuno Cepeda Coelho, *Dicionário Global da Língua Portuguesa. Autoexplicativo com Exemplos Contextualizados*, Lisboa, Lidel-Edições, 2014, p.1175.

introdução de novas regras no quadro da legislação, de modo a tornar capaz de responder às exigências da sociedade”¹⁵⁶.

Assim, a caracterização do Ensino secundário em Angola é subscrita através dos seus principais objetivos:

- a) Preparar o ingresso no mercado de trabalho e/ou no subsistema de Ensino Superior;
- b) Desenvolver o pensamento lógico e abstrato e a capacidade de avaliar a aplicação de modelos científicos na resolução de problemas da vida prática dentro do raio da ação do indivíduo.

Em conformidade com o artigo 19º da Lei de Bases do Sistema de Educação (LSB), vimos que a incidência dos objetivos do Ensino Secundário do 2º Ciclo é através da organização e aplicação do conteúdo em áreas de conhecimento.

3.3 - Aplicação das regras do Acordo de 1990 nas disciplinas de Ciências Exatas no Ensino Secundário em Angola

A análise dos manuais das disciplinas de Ciências Exatas do 2º ciclo do Ensino Secundário em Angola, nomeadamente a Física, Química, Matemática e Introdução à Economia, foi direcionada para a aplicação das regras do Acordo Ortográfico de 1990 no léxico das disciplinas e também para a:

- Identificação das unidades do Manual de aluno e as possíveis temáticas que não estejam em conformidade com o novo Acordo Ortográfico de 1990;
- Análise das principais mudanças, as suas incidências lexicais na interdisciplinaridade e transdisciplinaridade nos respetivos manuais, ao abrigo do Acordo Ortográfico de 1990.
- Averiguação do grau de aplicabilidade do Acordo Ortográfico de 1990 nessas disciplinas.
- Apresentação de possíveis soluções que visarão uma reflexão para a ratificação do Acordo Ortográfico de 1990 em Angola, no âmbito das ciências exatas do 2º ciclo do ensino secundário.

3.3.1 - Física

De uma forma representativa, e porque uma análise mais aprofundada dos manuais de todos os anos apresentaria uma enorme complexidade, efetuou-se a análise detalhada do manual da disciplina de Física da 10ª-11ª classes, da Editora das Letras. Este manual encontra-se organizado em 3 capítulos: Parte 1: Mecânica, Parte 2: Fenómenos Térmicos e Parte 3: Electroestática e Corrente Eléctrica Contínua, antecidos pelo Índice, Prefácio e Conceitos Introdutórios, e seguidos por um Bibliografia, num total de 222 páginas.

¹⁵⁶ Cf. Pedro Binji, *A Reforma Educativa em Angola e desafio da construção duma libertadora*, Itália, 2013, p. 41.

Os principais resultados desta análise, que incluem a estrutura do manual, capítulos, páginas por capítulo, páginas que não cumprem o AO/90 e termos/palavras que respeitam o AO/90 por capítulo estão apresentados na Figura 2 e na Tabela 3.

Verifica-se, pela análise da Tabela, que no prefácio deste manual, 50% de páginas não estão em conformidade com AO/90; nos conceitos introdutórios verifica-se que 81% destas páginas também não obedecem ao AO. A Parte 1: Mecânica deste manual apresenta 74% de páginas que não obedecem às regras de AO/90; na Parte 2: Fenómenos Térmicos apresenta 29% de páginas que não cumprem com AO/90, e a Parte 3: Electroestática e Corrente Eléctrica Contínua é o capítulo com um maior número de páginas que não cumprem com o AO/90, apresentando 98% do total do capítulo. Assim sendo, o manual analisado apresenta um total de 145 de páginas (65%) que não cumpre com o AO/90, ao nível do léxico.

No que diz respeito à questão do léxico, verifica-se que para a disciplina de Física os termos mais frequentes são: Eléctrica(o), Interação(ões), Electroestática, Trajectória, Direcção, Vector(es), Recta(s), Acção, Reacção, Projecção, Actuar(ando), termos esses relacionados com a especificidade da disciplina, cuja alteração por forma a cumprir as orientações do AO/90 não acarreta mudanças ao nível de conceitos e dos seus significados. Encontram, também, outros termos de uso comum, como respectivo(a), respectivamente, exactamente, directamente e actividade.

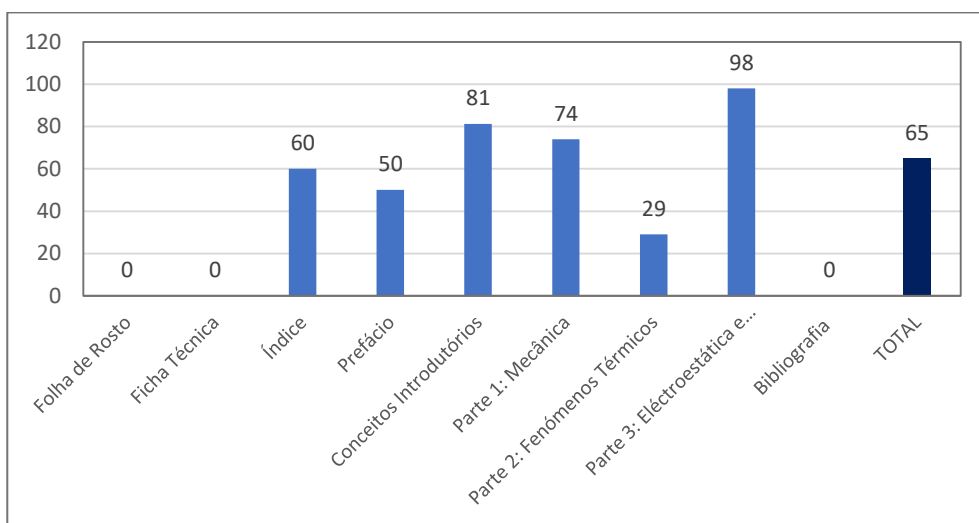


Figura 2 - Representação da percentagem de páginas que não obedecem ao AO/90 por capítulo no livro de Física da 10ª -11ª classes da Editora das Letras.

Tabela 3 - Organização do manual de Física da 10^a-11^a classes da Editora das Letras: Capítulos, Unidades, nº total de páginas por capítulo, nº total de páginas que não obedecem ao AO/90, e palavras que não respeitam o AO/90.

PARTE/Capítulo	Unidades	Paginação (de ... a ...)	Número total de páginas	Nº de páginas que não obedecem ao AO 1990	Percentagem (%) de páginas que não obedecem ao AO 1990 (por capítulo)	Palavras encontradas que não obedecem ao acordo (por ordem decrescente de frequência)
Folha de Rosto	n.a.*	1	1	0	0	n.a.
Ficha Técnica	n.a.	2	1	0	0	n.a.
Índice	n.a.	3 a 7	5	3	60	Eléctrica(o), Interacção(ões), Electroestática, Trajectória, Rectilíneo, Electromotriz
Prefácio	n.a.	8 a 9	2	1	50	Didácticos, Objectivos, Interactivo, Actuar Vector(es), Vectoriais, Direcção, Projectando, Rectângulo, Rectangulares, Objectivo, Acção, Adopta, Dialéctica
Conceitos Introdutórios	n.a.	10 a 25	16	13	81	Trajectória, Rectilíneo(a)/Rectilíneamente, Interacção(ões), Recta(s), Direcção(ões), Vector(es)/Vectorial, Acção, Reacção, Protector, Contração, Eléctrica, Actividade, Factor, Objecto, Objectivo, Actua/Actuar/Actuam/Actuando, Projectado, Directamente, Efectiva, Respectivamente
Parte 1: Mecânica	Capa	26 a 27	2	1	50	Interacção, indirecta, directa, correcta, rectangulares, direcções, objecto, eléctrica, acções, correctas(os), aspecto, efectua(am), para, respectivas, respectivamente, exactamente
	Unidade 1 - Movimento de uma Partícula Material	28 a 63	36	23	64	Interacção(ões), rectilíneo(a), direcção(ões), protector, acção, activa, reacção, reactiva, electromagnética, eléctrica, vector(es)/vectorial, recta, contração, actua(am)/actuando, actividade, respectivamente
	Unidade 2 - Interações entre corpos	64 a 87	24	24	100	
Parte 2: Fenómenos Térmicos	Unidade 3 - Trabalho e Energia	88 a 105	18	11	61	
	Capa	106 a 107	2	0	0	
	Unidade 1 - Energia Térmica	108 a 125	18	6	33	
	Unidade 2 - Equação de Estado de um Gás Perfeito	126 a 149	24	6	25	
Parte 3: Electroestática e Corrente Eléctrica Contínua	Unidade 3 - Termodinâmica	150 a 167	18	6	33	
	Capa	168 a 169	2	1	50	
	Unidade 1 - Interação Electroestática	170 a 187	18	18	100	
	Unidade 2 - Corrente Eléctrica Contínua	188 a 219	32	32	100	
Bibliografia		220 a 222	3	0	0	
		TOTAL	222	145	65	

* n.a. - Não se aplica

3.3.2 - Química

De uma forma representativa, e porque uma análise de todos os manuais do 2º ciclo (ensino secundário) de Química apresentaria uma enorme complexidade, efetuou-se a análise detalhada do manual da disciplina de Química da 10ª classe, da Porto Editora, ao nível de estrutura, capítulos, páginas por capítulo, páginas que não cumprem o AO/90 e termos/palavras que respeitam o AO/90 por capítulo. Os principais resultados desta análise estão apresentados no Gráfico 3 e na Tabela 4.

O referido manual encontra-se organizado em cinco temas, tema (a) a tema (e) subdivididos em várias Unidades, precedidos por uma Introdução e pelo Índice, e seguidos pelos Apêndices, num total de 192 páginas, verificando-se que 159 páginas (83%) não obedecem ao AO/90.

Destaca-se que a percentagem total de páginas que não obedecem ao AO/90 é bastante elevada, oscilando, por capítulo, entre 50 e 100%. Os valores mais elevados e que correspondem a uma total discordância em relação ao AO/90 são a Introdução, o Índice e o tema (b)- Velocidade das Reacções. Os Apêndices e o tema (e)-Comportamento Ácido-Base de outras Substâncias são os que apresentam a percentagem mais baixa de páginas que não cumprem o AO/90, 50 e 55%, respetivamente.

No que diz respeito à questão do léxico, verifica-se que na disciplina de Química, os termos mais frequentes são: Reacção(ões), electrão(ões), eléctrica(s), eléctrolise reactivas, objectivo(s), factor(es), acção, atracção, termos esses relacionados com a especificidade da disciplina, cuja alteração por forma a cumprir as orientações do AO/90 não acarreta mudanças ao nível de conceitos e dos seus significados. Encontram também outros termos de uso comum, como respectivo(a), respectivamente, directamente e inspecção.

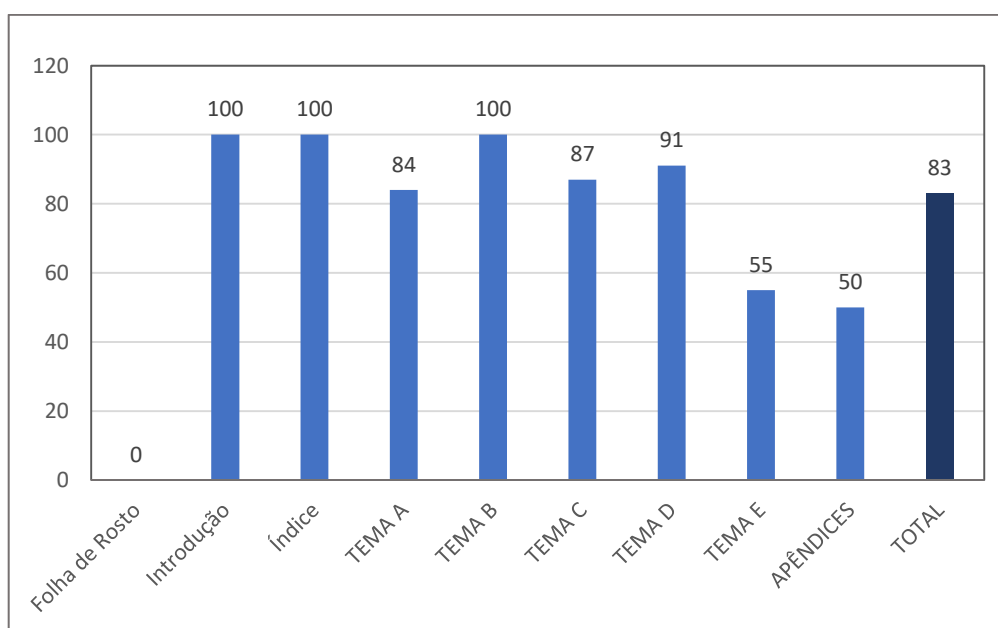


Figura 3 - Representação da percentagem de páginas que não obedece ao AO/90 por capítulo no livro de Química da 10ª classe da Porto Editora.

Tabela 4 - Organização do manual de Química da 10ª classe da Porto Editora: Capítulos, Unidades, nº total de páginas por capítulo, nº total de páginas que não obedecem ao AO/90, e palavras que não respeitam o AO/90.

PARTE/Capítulo	Unidades	Paginação (de ... a ...)	Número total de páginas	Nº de páginas que não obedecem ao AO 1990	Percentagem (%) de páginas que não obedecem ao AO 1990 por capítulo	Palavras encontradas que não obedecem ao acordo
Folha de Rosto	n.a.	1 a 2	2	0	0	n.a.
Introdução	n.a.	3	1	1	100	Reacções, objectivos, directo
Índice	n.a.	4 a 5	2	2	100	Reacção(ões), factores,
TEMA A - Equações Químicas	CAPA					
	A1 - Significado de Equação Química					
	A2 - Apresentação das Equações Químicas					
	A3 - Reacções Químicas Completas e Reacções Químicas Incompletas	6 a 43	38	32	84	Reacção, electrão, eléctricas, electrolise reactivas, objectivo, factores, acção, fraccionário, actividade, aspectos, respectivo(a), respectivamente, inspecção
	A4 - Cálculos Baseados nas Equações Químicas					
	A5 - A Análise Química					
TEMA B - Velocidade das Reacções	CAPA					
	B1 - Avaliação da Rapidez de uma Reacção Química					
	B2 - Efeito da Concentração dos Reagentes	44 a 83	40	40	100	Reacção(ões), objectivos, injeccões, rectas, eléctrica, fração, fraccionários, factores, acção, actividade, ruptura, inactivado, desactiva, respectivamente, directamente, pára-brisas, dia-a-dia
	B3 - Reacções Químicas a Nível Molecular. Mecanismo das Reacções					
	B4 - Outros Factores que Influenciam a Velocidade de uma Reacção					
TEMA C - Equilíbrio Químico	CAPA					
	C1 - Introdução					
	C2 - Reversibilidade das Transformações Físicas e Químicas					
	C3 - Noção de Sistema					
	C4 - Equilíbrio em Sistemas Homogéneos	84 a 121	38	33	87	Objetivos, aspectos, recção (ões), directo(a), reactor, protector(a), factores, atracção, detector, reactores, projectores, injectados, afecta(r), afectado, afectam, respectivamente
	C5 - Factores que Afectam o Estado de Equilíbrio de um Sistema					
	C6 - Aplicações Práticas do Princípio de Le Chatelier					
	C7 - Equilíbrio em Sistemas Heterogéneos					

Tabela 4 (Continuação) - Organização do manual de Química da 10ª classe da Porto Editora: Capítulos, Unidades, nº total de páginas por capítulo, nº total de páginas que não obedecem ao AO/90, e palavras que não respeitam o AO/90.

TEMA D - Reacções Ácido-Base	CAPA		122 a 155	34	31	91	Reacções, eléctrica, electrão(ões), electricamente, electrizado, interacção, actividade, electrólito/electrolítica, factor, activo, actuando, acção, carácter, detectar, respectivas
	D1 - Ácidos em Solução Aquosa						
	D2 - pH de uma Solução. Relação com a Concentração do ião H ⁺						
	D3 - Dissociação Completa e Incompleta						
TEMA E - Comportamento Ácido-Base de outras Substâncias	CAPA		156 a 186	31	17	55	Recção(ões), objetivos, carácter, detectou-se, electroestático, fotoeléctricas, hiperactivas, actuação/actua(m), acção, factor, projecções, efectuadas, directamente, respectivo/respectivamente, julho, Dezembro
	E1 - Ácido Polipróticos e seus Sais						
	E2 - Comportamento Ácido ou Básico de Soluções de alguns sais						
	E3 - Os Hidróxidos Solúveis						
APÊNDICES	n.a.		187 a 192	6	3	50	Reacção(ões), projecções, efetuados, directamente, factor, eléctrica
TOTAL			192	159	83		

* n.a. - Não se aplica

3.3.3 - Matemática

De uma forma representativa, e porque uma análise mais detalhada apresentaria uma enorme complexidade, efetuou-se a análise detalhada do manual da disciplina de Matemática da 12ª classe de Textos Editores. O manual está organizado num total de 192 páginas, em seis temas, tema 1 a tema 6, subdivididos em vários subtemas, antecidos pelo Índice e seguidos pela Bibliografia.

Os principais resultados desta análise estão apresentados na Figura 4 e Tabela 5, de onde se pode verificar que para o cumprimento do AO/90, no âmbito do léxico, são necessárias alterações ao nível da eliminação das consoantes e perda da hifenização, assim como em mudanças no uso de maiúscula e minúscula e outras. Algumas palavras encontradas no manual, como fracção, fraccionário, recta, vector, rectângulo, respectivo/a, respectivamente, co-seno, demonstram o referido, mas a sua modificação não envolve alterações ao nível de conteúdo e dos significados dos termos.

Observa-se também que 37 páginas (19%) deste manual não se enquadram no novo acordo AO/90, sendo que o Tema 1: Funções Racionais é o que apresenta o maior número de páginas que não obedecem ao AO/90 (43%). Verifica-se também que o Tema 4 - Limites e Continuidade de Funções está em total conformidade com o AO/90.

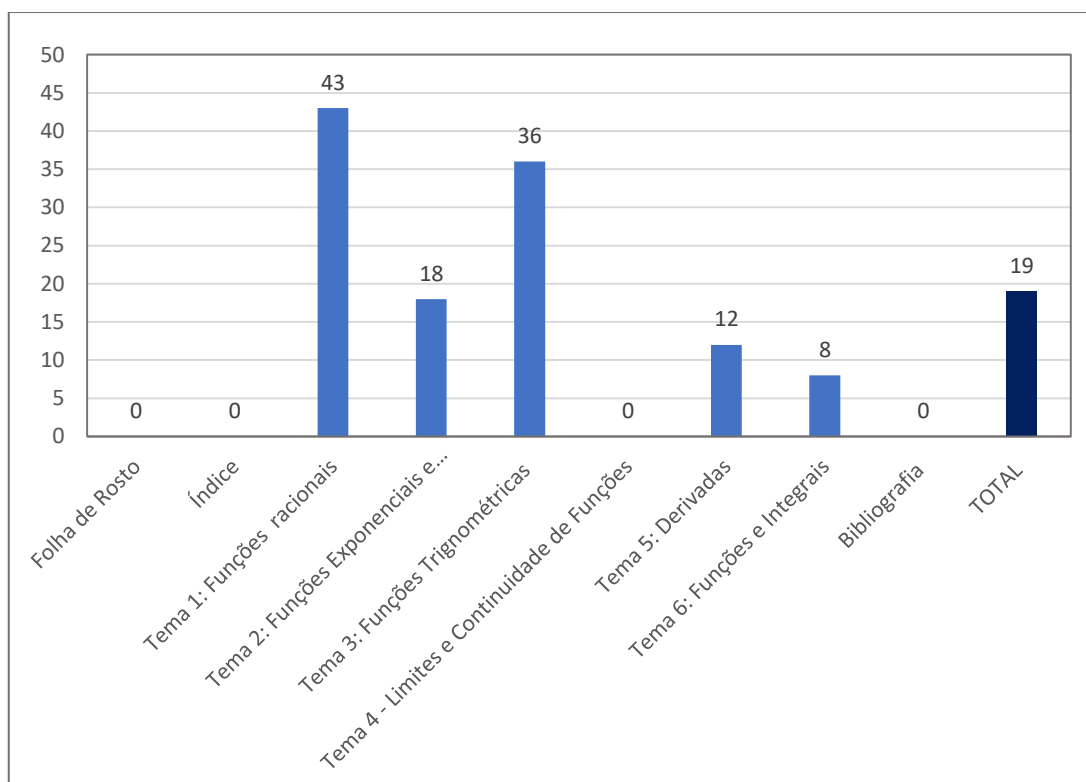


Figura 4 - Representação da percentagem de páginas que não obedecem ao AO/90 por capítulo no livro de Matemática da 12ª classe de Textos Editores.

Tabela 5 - Organização do manual de Matemática da 12^a classe da Editora Textos: Capítulos, Unidades, n^o total de páginas por capítulo, n^o total de páginas que não obedecem ao AO/90, e palavras que não respeitam o AO/90.

PARTE/Capítulo	Unidades	Paginação (de ... a ...)	Número total de páginas	N ^o de páginas que não obedecem ao AO 1990	Porcentagem (%) de páginas que não obedecem ao AO 1990 por capítulo	Palavras encontradas que não obedecem ao acordo
Folha de Rosto	n.a.	1	1	0	0	
Índice	n.a.	2	1	0	0	
	Capa	3	1	0	0	
Tema 1: Funções racionais	Unidade 1 - Funções Racionais	4 a 13	10	8	80	Fracção, fraccionário, recta, Vector, Rectângulo
	Unidade 2 - Operações com funções racionais	14 a 19	6	1	17	Respectivo/a, respectivamente
	Unidade 3 - Função inversa	20 a 42	23	8	35	injectiva, exactidão
	Capa 1	43	1	0	0	
Tema 2: Funções Exponenciais e Logarítmicas	Unidade 1 - Função Exponenciais e Logarítmicas	44 a 47	4	1	25	recta, factor
	Unidade 2 - Função exponenciais	48 a 51	4	0	0	n.a.
	Unidade 3 - Logaritmos	52 a 64	13	3	23	factor, exactidão
	Capa	65	1	0	0	
Tema 3: Funções Trigonómicas	Unidade 1 - Funções Trigonómicas	66 a 71	6	2	33	Cos-eno, Rectângulo, efectuamos, respectivo
	Estudos de Funções (Senx, Cosx e Cotgx)	72 a 86	15	6	40	Rectângulo, Co-seno, recta
Tema 4 - Limites e Continuidade de Funções	Capa	87	1	0	0	
	Limites de Funções	88 a 116	29	0	0	n.a.
Tema 5. Derivadas	Capa	117	1	0	0	
	Introdução ao Conceito	118 a 122	5	0	0	n.a.
	Derivadas laterais	123 a 147	25	3	12	Recta, fracção, exactamente
	Aplicação das derivadas	148 a 166	19	3	16	Recta, Rectângulo, optimização
Tema 6: Funções e Integrais	Capa	167	1	0	0	
	Primitivas de uma função	168 a 169	2	1	50	Efectuado
	Integral indefinido	170 a 191	22	1	5	Rectângulo
Bibliografia	n.a.	192	1	0	0	
		TOTAL	192	37	19	

* n.a. - Não se aplica

3.3.4 - Introdução à Economia

Conforme se referiu para as outras disciplinas, também neste caso se efetuou apenas a análise detalhada de um manual, especificamente da disciplina de Introdução à Economia da 10ª classe da Porto Editora. Este manual encontra-se organizado em duas Partes: Parte 1: Porquê estudar Economia e Parte 2: Actividade económica e Agentes económicos, subdivididos em vários pontos, e antecedidos pelo Índice, num total de 208 páginas.

Os principais resultados desta análise estão apresentados na Figura 5 e Tabela 6, destacando-se a utilização de palavras como aspectos, actividade(s), objecto(s), colectivas, actos, optar, objectivos, factores, directamente, reacção, acção, afectado, electrónico, acções, óptima, dêem-se, vêm-se, e pêlo, que não obedecem ao AO/90 e que representam a perda e ganho de acentuação, a superação gráfica de consoantes mudas ou não articuladas.

Verifica-se também que do total das 208 páginas do manual, 150 páginas (72%) não obedecem ao AO/90, verificando-se que a Parte 2: 2.3 Produção é a que apresenta um maior número de páginas em incumprimento (87%), não considerando o Prefácio, e as Partes 1: Porquê Estudar Economia, e Parte 2: 2.1 Conceitos básicos, são as que apresentam um menor de páginas em incumprimento (50%).

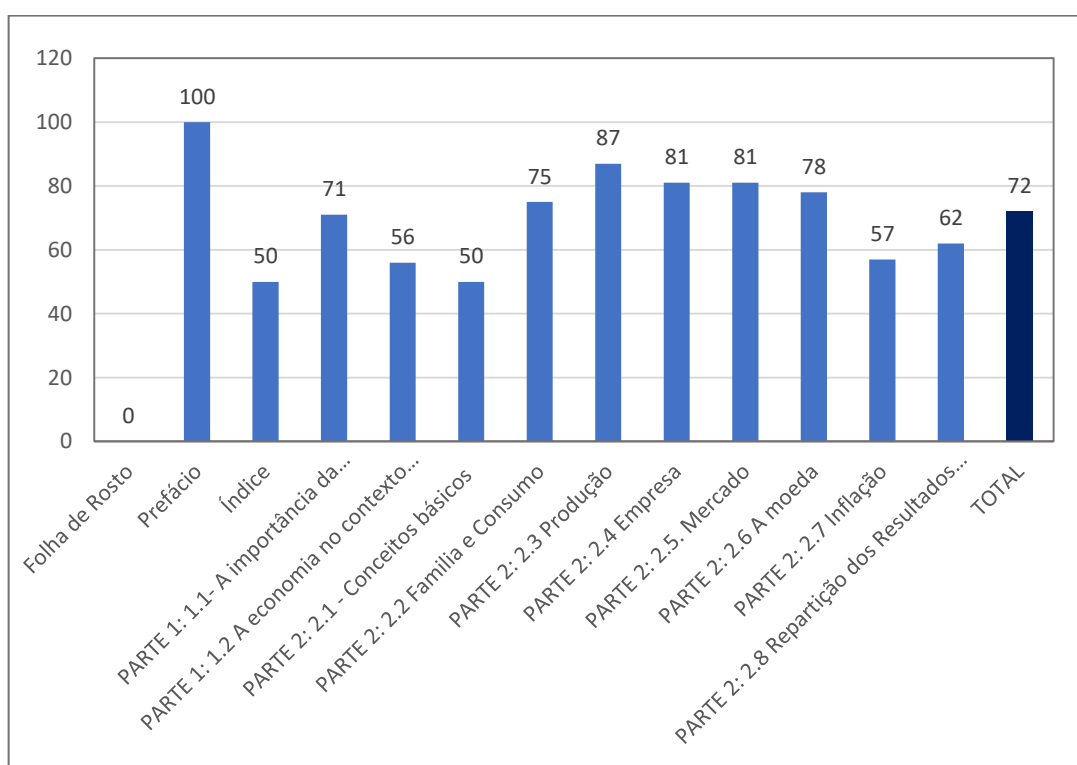


Figura 5 - Representação da percentagem de páginas que não obedecem ao AO/90 por capítulo no livro de Economia da 10ª classe da Editora Porto.

Tabela 6 - Organização do manual de Introdução à Economia da 10^a classe da Porto Editora: Capítulos, Unidades, nº total de páginas por capítulo, nº total de páginas que não obedecem ao AO/90, e palavras que não respeitam o AO/90.

PARTE/Capítulo	Unidades	Paginação (de .. a ...)	Número total de páginas	Nº de páginas que não obedecem ao AO 1990	Percentagem (%) de páginas que não obedecem ao AO 1990 por capítulo	Palavras encontradas que não obedecem ao acordo
Folha de Rosto	n.a.	1 a 2	2	0	0	
Prefácio	n.a.	3	1	1	100	
Índice	n.a.	4 a 5	2	1	50	
	Capa	6 a 9	4	2	50	Objectivos, aspectos, actividade
Parte 1: Porquê estudar Economia	1.1- A importância da dimensão económica no social	10 a 19	10	8	80	Egipto, actos, acção, actividade
	1.2 A economia no contexto das Ciências Sociais	20 a 35	16	9	56	Actual, adoptar, aspecto, directa, susceptíveis, factos, óptica...
	Capa	36 a 39	4	1	25	Aspectos, actividade, objectos
	2.1 - Conceitos básicos	40 a 55	16	9	56	Colectivas, actos, optar,
	Capa	56 a 57	2	1	50	Factores, directamente, reacção, factores
	2.2 Família e Consumo	58 a 75	18	14	78	Acção, adoptar, afectado, electrónico
	Capa	76 a 77	2	2	100	Actividades, factores
	2.3 Produção	78 a 121	44	38	86	Acções, dêem-se, factores, ótima, adoptar, Concepção
	Capa	122 a 123	2	0	0	n.a.
Parte 2: Actividade económica Agentes económicos	2.4 Empresa	124 a 137	14	13	93	Director, retroacção, pêlo, objectivos
	Capa	138 a 139	2	1	50	Objectivos, adoptar, actividade
	2.5. Mercado	140 a 163	24	20	83	abstracto, manufacturas, factores, acções
	Capa	164 a 165	2	1	50	Objectivos, actual
	2.6 A moeda	166 a 181	16	13	81	Transacções, directamente, expectativas
	Capa	182 a 183	2	0	0	n.a.
	2.7 Inflação	184 a 195	12	8	67	aspectos, vêem-se, correcção
	Capa	196 a 197	2	0	0	n.a.
	2.8 Repartição dos Resultados da produção	198 a 208	11	8	73	actividades, efectuar, direcção, concepção
		TOTAL	208	150	72	

* n.a. - Não se aplica

3.4 - Quadro Sinótico

Apresentam-se, em seguida, quatro gráficos que pretendem sistematizar os principais resultados referentes às partes dos livros (em número de páginas) que teriam que ser alteradas nos quatro manuais analisados por forma a cumprir o AO/90, por comparação com a parte do livro que está em conformidade com o AO/90 (Figura 6 a 9).

Da análise dos quatro gráficos, verifica-se que o manual de Química (Figura 7) é o que apresenta um maior número de páginas que não cumpre o AO/90 (159) em relação às que cumprem o AO/90 (33), apresentando este a maior percentagem de alteração necessária para o cumprimento do AO/90 (83%). Segue-se o manual de Economia (Figura 9) que apresenta 150 páginas que não cumprem e 58 páginas que cumprem o AO/90. O manual de Física (Figura 6) é o manual seguinte, com 145 páginas que não cumprem e 77 páginas que cumprem o AO de 1990. O manual que implicaria uma menor alteração no léxico das páginas é o de Matemática (Figura 8), em que apenas 37 das páginas (19%) não cumprem o AO/90 em relação a 155 páginas que cumprem o acordo.

No que diz respeito à questão da terminologia, verifica-se que para todas as disciplinas analisadas, apesar do AO/90 prever mudanças terminológicas, os manuais analisados não necessitam de alterações significativas de termos ou expressões, o que é bastante importante na manutenção dos conceitos e conteúdos desses termos/expressões em disciplinas na área das ciências exatas, num nível de ensino com algum grau de exigência para os alunos. Conforme realça Maria Madalena Contente, a terminologia é uma componente mais importante das línguas de especialidade, cuja função é o “tratamento” e a “transferência de conhecimentos especializados, sendo depositárias de uma terminologia abundante”.

Ao nível do léxico, conforme se indicou e considerando o que Correia e Lemos referem sobre o léxico que “[...] todas as mudanças afetam as componentes do conhecimento linguístico (fonológica, morfológica, sintática, semântica e pragmática)”, podendo concluir-se que as alterações em todos os manuais, por forma a ir ao encontro do proposto no AO/90, irão envolver mudanças ao nível do léxico, tanto na fonologia, como na morfologia e na sintaxe.

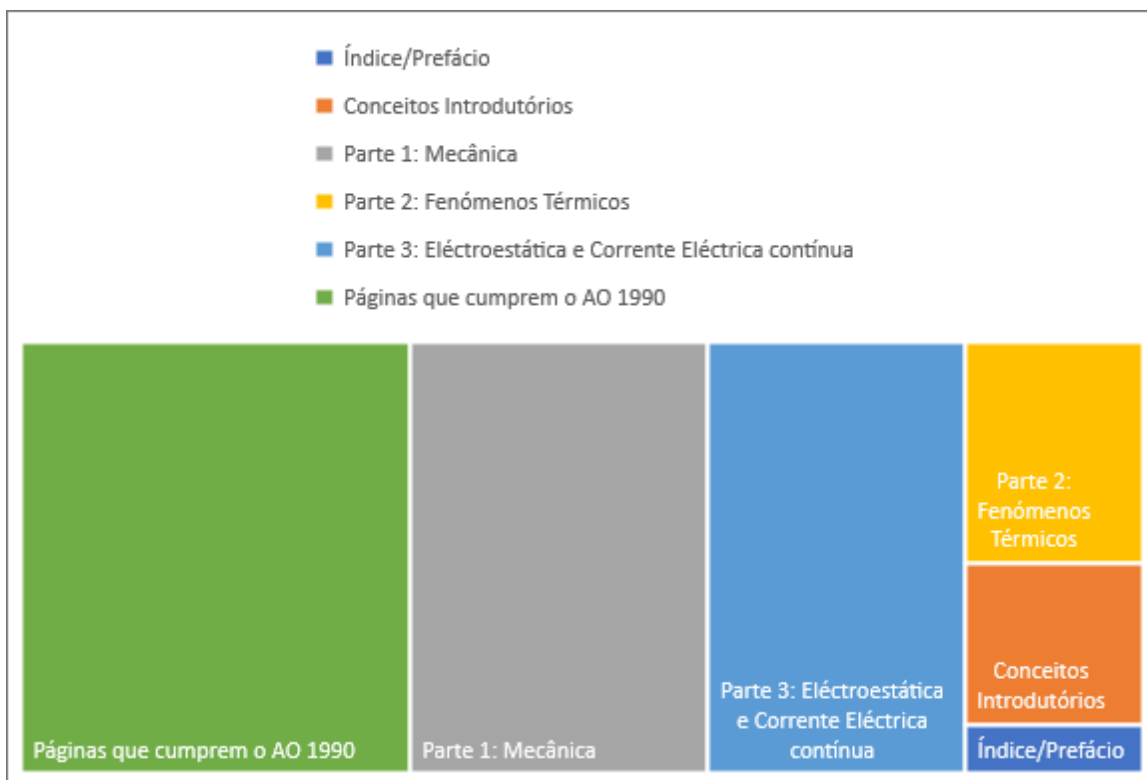


Figura 6 - Representação das Partes/Capítulos do manual de Física que não obedecem ao AO/90 por comparação com o número total de páginas em conformidade com o AO/90.

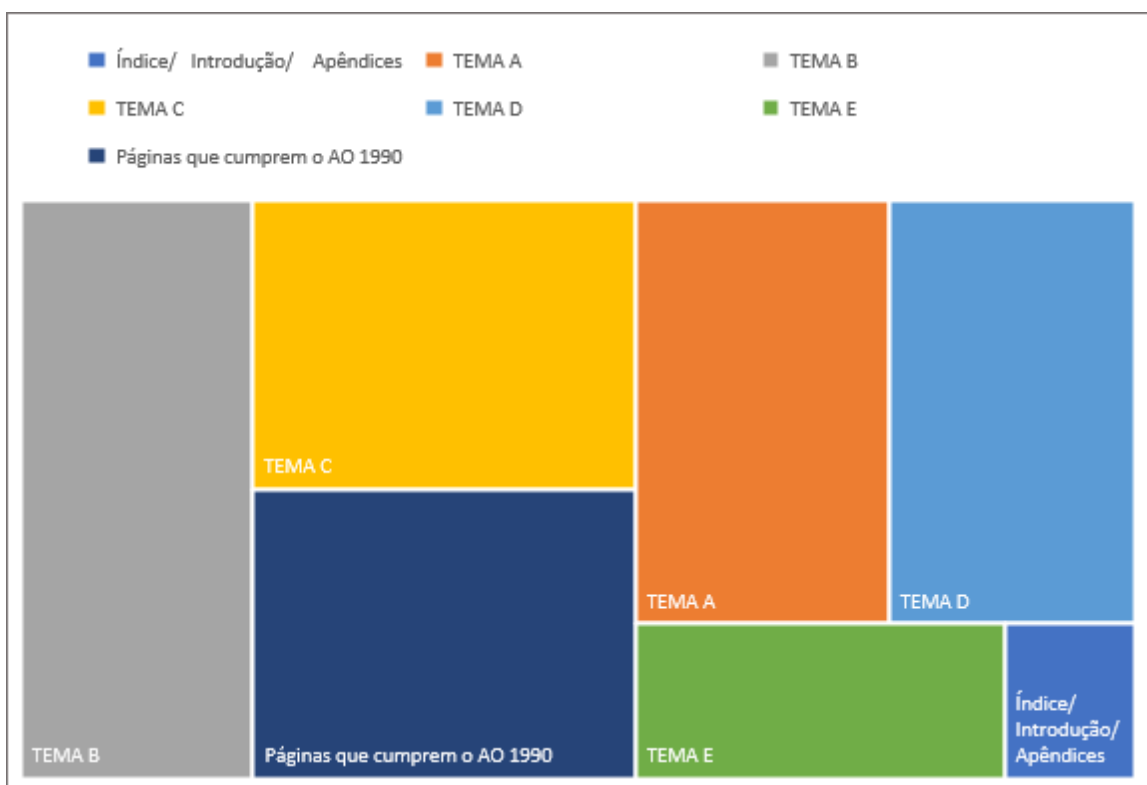


Figura 7 - Representação das Partes/Capítulos do manual de Química que não obedecem ao AO/90 por comparação com o número total de páginas em conformidade com o AO/90.

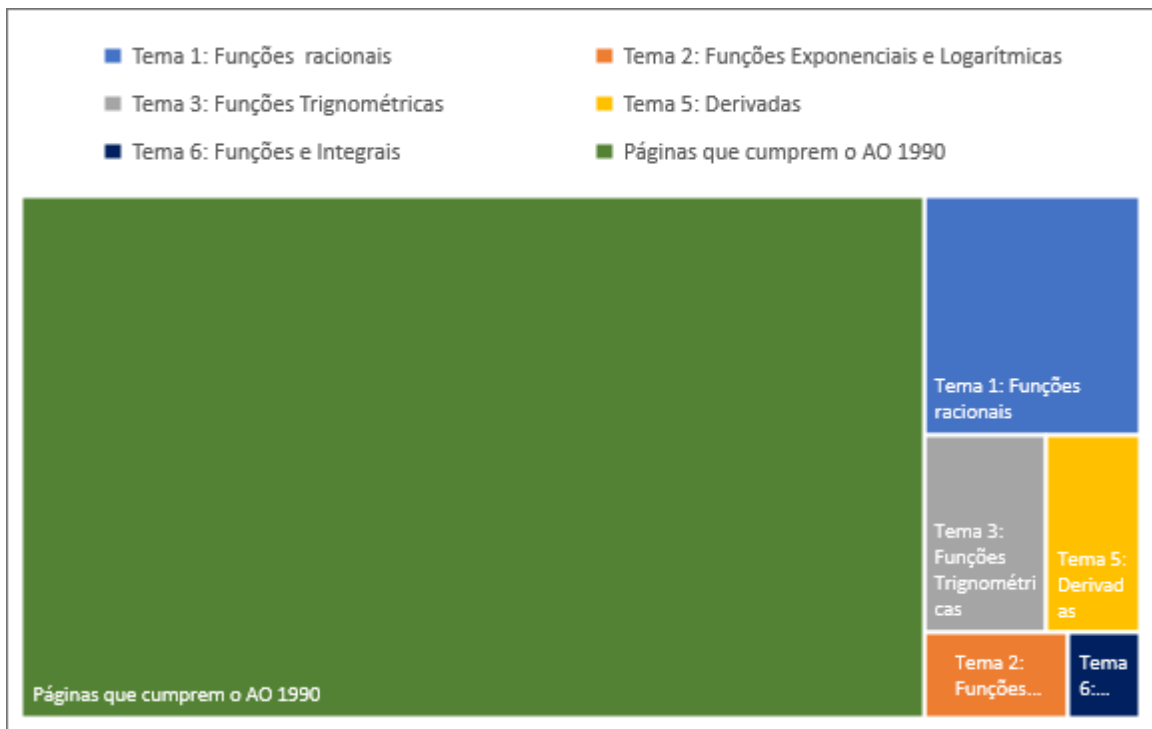


Figura 8 - Representação das Partes/Capítulos do manual de Matemática que não obedecem ao AO/90 por comparação com o número total de páginas em conformidade com o AO/90.

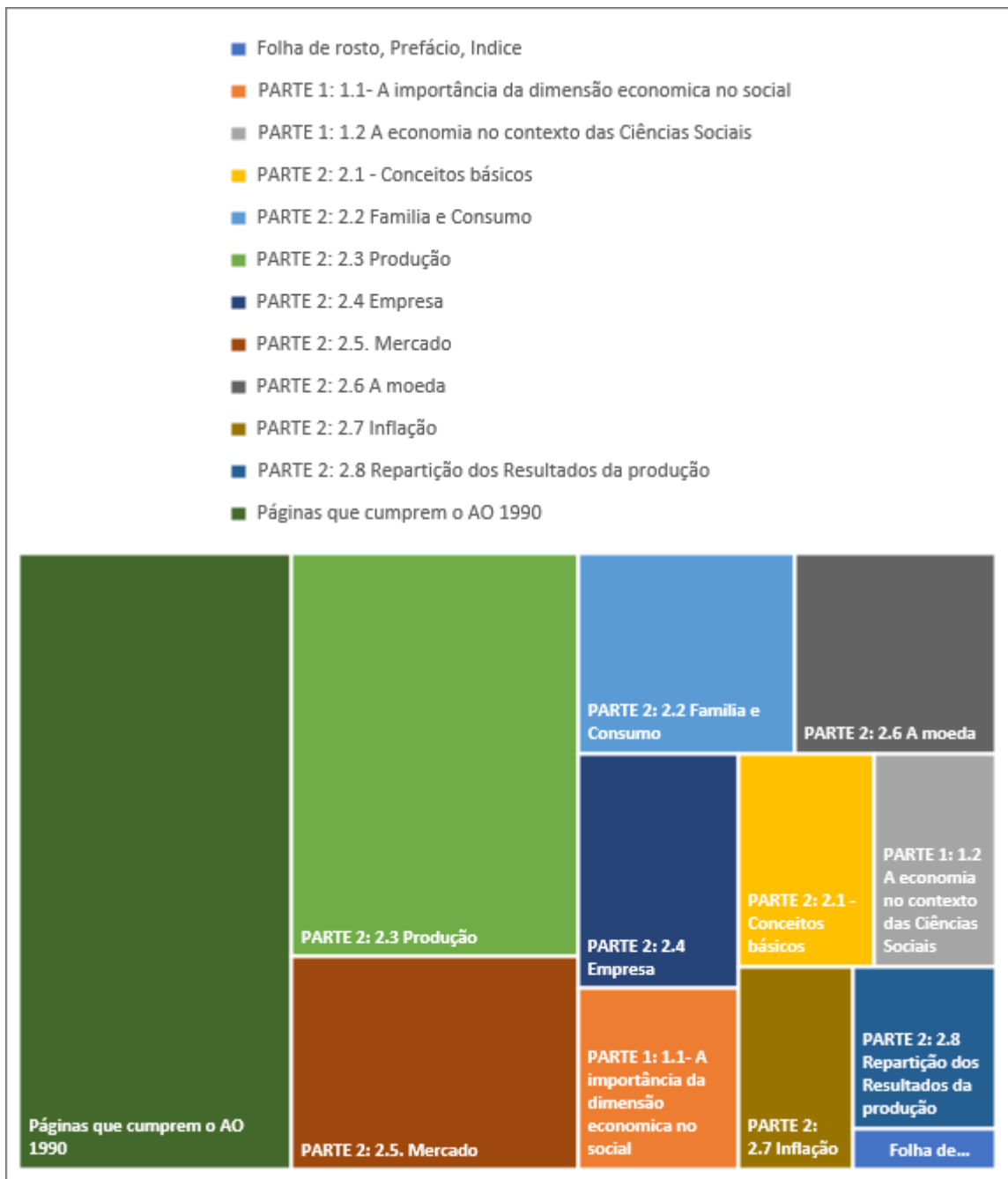


Figura 9 - Representação das Partes/Capítulos do manual de Economia que não obedecem ao AO/90 por comparação com o número total de páginas em conformidade com o AO/90.

Conclusão

Com base no estudo feito sobre a Aplicação das Regras do Acordo Ortográfico de 1990 no léxico das ciências Exatas, poder-se-á dizer que o Léxico, a Lexicologia, a Lexicografia e a Terminologia, apesar de possuírem objetos de estudo diferentes e também diferentes campos de análises, têm uma relação interdisciplinar e transdisciplinar entre as Ciências do Léxico e as Ciências Exatas, nomeadamente a Física, a Química, a Matemática e a Introdução à Economia, tendo sido o Léxico destas ciências o nosso objeto de estudo.

As ciências exatas, tal como são denominadas, procuram explicar os fenómenos de ponto de vista linguístico, sociológico económico e outros. Porém, apresentámos fundamentos teóricos sobre o que entendemos por interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Carlos Pimenta, expressa que “a interdisciplinaridade deixa de ser algo analisável pela epistemologia e pela Filosofia das Ciências, passando para um objeto de estudo interdisciplinar, ou seja, envolvendo uma multiplicidade de Ciências”¹⁵⁷.

Segundo Maria Cabré, a Terminologia é uma peça fundamental da comunicação «sense terminologia els especialistes no podrien expressar ni comunicar els coneixements, ni tan sols organitzar-los amb un mínim de sistematicitat. La terminologia és per als especialistes la base del pensament especializat»¹⁵⁸. Ainda é da opinião de Maria Cabré que nos processos linguísticos em que surge a formação de novos termos e palavras, a Terminologia é fundamental.

Para Silvia Pavel e Dane Natel, a Terminologia é a “disciplina linguística dedicada ao estudo científico dos conceitos e dos termos usados na língua de especialidade”¹⁵⁹.

A Terminologia é, então, um conjunto de termos que dizem respeito aos conceitos ou objetos referentes a um determinado domínio dos conhecimentos ou da atividade humana.

Alexandre Chicuna é de opinião que a Terminologia é uma área de especialidade, no seio da linguística, que estuda os componentes linguísticos das unidades terminológicas, recorrendo aos contextos e, de forma abrangente, aos textos que ocorrem¹⁶⁰. Para Madalena Contente, a autora realça que a Terminologia é a componente mais importante das línguas de especialidade, cuja função é o “tratamento” e a “transferência de conhecimentos especializados, sendo depositárias de uma terminologia abundante”¹⁶¹. Por sua vez, a

¹⁵⁷ Carlos José Gomes Pimenta, *Interdisciplinaridade nas Ciências Sociais*-Manual, Ribeirão Famacão, Edições Húmus, 2013, p.83.

¹⁵⁸ Cf. Maria Teresa Cabré, *La terminología: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*, Barcelona, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, UPF. 1999, p.45.

¹⁵⁹ Cf. Silvia Pavel et alii, *Manual de Terminologia (Trad)*, Canadá, disponível em <https://linguisticadocumentaria.files.wordpress.com/2011/03/pavel-Teminologia.pdf>, consultado em abril de 2017. p.131.

¹⁶⁰ Cf. Alexandre Chicuna, *Portuguesismos nas Línguas Bantu. Para um Dicionário português Kiyombe*, Lisboa, Colibri, 2ª ed, 2014, p.53.

¹⁶¹ Cf. Maria Madalena Contente, *Terminocriatividade, Sinonímia e Equivalência Interlinguística em Medicina*, Lisboa, Colibri, 2008, p.34.

terminologia ocupa-se de subconjuntos do léxico de uma língua que irão constituir objetos das ciências.

A Terminologia pressupõe uma teoria de referência, ou seja, uma correlação entre a estrutura geral do conhecimento e o código linguístico correspondente. Segundo Teresa Lino, o termo é “polissémico”¹⁶², apresentando três significados distintos. Nesta perspectiva, cabe ressaltar que os textos aparecem fundamentalmente para determinar as ocorrências das unidades terminológicas. Face a isto, nesta nossa abordagem sobre o Léxico, Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, podemos afirmar que são ciências conexas que procuram trazer novas realidades, novos conceitos para o desenvolvimento da linguística na comunidade dos seus falantes, sendo que tais ciências possuem em comum o estudo da origem, da forma e do significado das palavras. É por este prisma que quando as ciências surgem, as suas técnicas são caracterizadas por uma terminologia particular de acordo com os pontos de vista e das suas finalidades.

Com base nos pensamentos acima apresentados por vários autores, somos compelidos a referir que nada se poderá alterar na Terminologia das ciências socioeconómicas, políticas ou etnolinguísticas sem que sejam conhecidos, explicados e usados concretamente pelos especialistas destas disciplinas os significados das palavras. Afirma Madalena Contente que entre a Lexicologia e Terminologia “existem uma interação”¹⁶³.

Tendo terminado esta dissertação, acreditamos ter cumprido os objetivos a que nos propusemos. Compreender os resultados desta investigação poderá contribuir para uma reflexão em torno da temática do AO/90, uma vez que atualmente tem sido motivo de debates no que conserve a língua portuguesa.

Assim, se Angola pretender a ratificação do AO /1990, de entre vários aspetos que se deve ter em atenção, há também as questões da alteração do léxico nos manuais de estudantes que não estão em conformidade ao AO /1990.

¹⁶² Cf. Maria Lino, *Escola de verão*, Lisboa, 2005, artigo disponível em <<http://www.google.com.br/>> consultado em 22.11.016.

¹⁶³ Cf. Maria Madalena Contente, *Terminocriatividade, Sinonímia e Equivalência Interlinguística em Medicina*, Lisboa, colibri (UNL), 2008, p.23.

Referências Bibliográficas

- AAVV., *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporâneo*, Lisboa, Editorial Verbo, 2001.
- AIRES, Philipe e COSTA, João, *Acordo ortográfico: Guia Prático*, Porto, Editora, 2008.
- ALEXANDRE, Chicuna, *Portuguesismos nas Línguas Bantu. Para um Dicionário Português Kiyombe*, Lisboa, Colibri, 2ª ed, 2014.
- ÁLVARO, Francisco Gomes, *O Acordo Ortográfico*, Braga, Edições Flumen, 2008.
- ANGOLA, República, *Constituição*, Luanda, Imprensa Nacional, 2010
- BECHARA, Evanildo, *Moderna Gramática Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2003.
- BINJI, Pedro, *A Reforma Educativa em Angola e Desafio da Construção duma Libertadora*, Itália, 2013.
- CAARE, *Relatório, Avaliação Global da Reforma Educativa*, Angola, Editora Moderna, 2014.
- CABRÉ, Maria Teresa, *La terminología: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*, Barcelona, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, UPF, 1999.
- CACUMBA, Joaquim Sapalo Castilho, *O papel da planificação linguística no futuro da língua portuguesa em Angola*. In: AULP (Associação das Universidades de Língua Portuguesa), *A Importância da Difusão das Línguas Portuguesa e Chinesa Para a Colaboração Académica no Ensino Superior e Promoção do Turismo*, XXIV Encontro da AULP, Macau, Ream, China, 2014.
- CALVET, Jean Louis, *As Políticas Linguísticas* (Trad. Isabel de O. Duarte), São Paulo, Parábola Editorial, 2007.
- CASTELEIRO, João Malaca et alii, *O Novo Acordo Ortográfico, o que vai Mudar na Grafia do Português*, Lisboa, Texto Editores, 2009.
- COELHO, Jaime Nuno Cepeda, *Dicionário Global da Língua Portuguesa. Autoexplicativo com Exemplos Contextualizados*, Lisboa, Lidel-Edições, 2014.
- COMISSÃO Nacional do Instituto Internacional da Língua- Ministério da Educação, *Oficina de Trabalho sobre o Acordo Ortográfico de 1990*, Luanda, Mayamba Editora, 2010.
- CONTENTE, Maria Madalena Dias Marques, *Terminocriatividade, Sinonímia e Equivalência Interlinguística em Medicina*, Lisboa, Edições colibri (UNL), 2008.
- CORREIA, Margarita e Lemos Lúcia, *Inovação Lexical em Português*, Lisboa, Colibri-Artes Gráficas, 2005.

- COUTINHO, Ismael de Lima, *Pontos de Gramática Histórica*. 6ªed., Rio de Janeiro, Academia, 1976.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. Lindley, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 17ª ed., 1999.
- DA COSTA, Teresa Manuela Camacho José, *Os Empréstimos das Línguas Bantu no Português Falado em Angola*, Luanda, Grafvico, 2013.
- DECLARAÇÃO DE HARARE (28 de Junho a 3 de Julho de 1998). Conferência de Ministros da Educação e dos Ministros encarregados da Planificação Económica dos Estados Membros de África. (Conclusões e Recomendações).
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS, Declaració de Barcelona, Comité de Seguimento, Título primário- Principios Generales, 1996. Disponível em, www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf, consultado em janeiro de 2017.
- ENDRUSCHAT, Annette et alii, *Introdução básica à Linguística do Português* (Trad., António C. Franco), Lisboa, Colibri, 1ª ed. 2015.
- FAZENDA, Ivani C.A e Japiassi Hilton, *Didática e Interdisciplinaridade*, São Paulo, Papirus Editora, 13ª ed. 2008.
- FAZENDA, José, *Matemática da 12ª Classe*, Luanda, Textos Editores, 2006.
- FERREIRA, Aurélio Brurque de H., *Aurélio século XXI, O Novo dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira editora, 3ª ed. 1999.
- FONSECA, Maria do Céu et. alii, *Gramática Prática da Língua Portuguesa*, Évora, Universidade de Évora, 2010.
- GARMADI, Juliette, *Introdução à Sociolinguística* (Trad. Eugénio Cavalheiro, Lisboa, Publicação Dom Quixote, 1983.
- GOMES, Francisco Álvaro, *O Acordo Ortográfico*, Braga, Edições Flumen, 2008.
- GOMES, Francisco Álvaro, *Parecer sobre o Acordo Ortográfico de 1990*, Luanda, H&I- Edições, 2010.
- GOMES, Francisco Álvaro, *Síntese das Sínteses do Parecer sobre Acordo Ortográfico de 1990*, Mayamba, Luanda, 2010.
- HOUAISS, António et alii, *Dicionário de Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editora Fotocampo gráfico, 2003.
- INE, Resultados Definitivos Recenseamento Geral da População e Habitação 2014, Luanda, INE- GCC, 2016.

- JEREMIAS, Catele, *Estudo da Toponímia do Município de Saurimo-Princípios para a Harmonização da Grafia*, Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Terminologia e Gestão de Informação de Especialidade, FCSHNL, 2015.
- LAVADINHI, Vera de Jesus Santos, *O Novo Acordo Ortográfico e la Nueva Ortografia Implicações Pedagógicas*, Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior, 2012.
- LEIRIA, Isabel, *Léxico, Aquisição e Ensino do Português Europeu Língua Não Materna*, Lisboa, Edição Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- LIMA, Rocha, *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 31ª ed, 1992.
- LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca, *Importância de uma Lexicologia Contrastiva*, Lisboa, Letras Soltas 1, Universidade Nova de Lisboa, 1979, pp.11-16.
- LUCCHESI, Dante, *Sistema Mudança e Linguagem, um Percurso da Linguística neste Século*, Lisboa, Colibri, 1998.
- LUCIANO, Benvindo, *Descentralização e Desconcentração na Administração Pública em Angola*, Angola, escolar Editora, 2012.
- MATEUS, Maria Helena Mira, *A Face Exposta da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.
- MATEUS, Maria Helena Mira, *Aspetos da Fonologia Portuguesa*, Textos da Linguística, Lisboa, 1975.
- MATOSO, António, *Dicionário da Gramática portuguesa*, Portugal, Quarteto Editora, 2003.
- MED, *Informação sobre a Implantação do Novo Sistema de Educação, Reforma Educativa do Ensino Primário e Secundário*, Luanda, Editor INIDE, 2009.
- MINGAS, Amélia, *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*, Porto, Editora, Campos das Letras, 2000.
- MOURA, Vasco Graça, *O Novo Acordo Ortográfico: A Perspectiva do Desastre*, Lisboa, Aletheia Editores, 2008.
- MUACA, Eduardo André, *Breve História da Evangelização de Angola*, Lisboa, 1991.
- NETO, A. A, *Sobre a Cultura Angolana: In Cadernos e Oficina nº5*, 1978.
- NUNES, Maria Celeste Redondo Salvado, *Normas e Variedades. Estudo do Vocalismo e do Léxico nos Falares do Concelho do Fundão*, Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Letras, Covilhã, 2010.
- OLIVEIRA, Fernão de, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, 2ªed., Biblioteca Nacional, 1988.

- OLIVEIRA, Luísa e Leonor Sardinha, *Saber português hoje-Gramática Pedagógica de Língua Portuguesa*, Lisboa, Platino Editora, 2005.
- OSÓRIO, Paulo José Tente da Rocha Santos (Org. e Coord.), *Estudos de Linguística Aplicada e Didática de Línguas*, Covilhã, UBI, 2004.
- PERPÉTUA, Gonçalves, *Português de Moçambique. Uma variante em Formação*, Maputo, 1996.
- PHILIPPI, Arlindo JR & Neto, Silva António, *Interdisciplinaridade em Ciência Tecnologia e Inovação*, Barueri, SP, Editora Manole, 2011.
- PIMENTA, Carlos José Gomes, *Interdisciplinaridade nas Ciências Sociais-Manual*, Ribeirão Famacião, Edições Húmus, 2013.
- PINHEIRO, Lena e Thompson Klein, *Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinaridade*. Disponível, em: <http://www.uff.br/ppgci/editais/lenavanialeituras.pdf>. acesso em dezembro 2016.
- PINTO, Paulo Feytor, *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2009.
- PRONTUÁRIO: *Acordo Ortográfico: À ou há? Direto ou direto? Porque ou Por quê? Senão ou Se não? Traz ou Traz?* Lisboa, Porto Editora, 2011.
- QUIBONGUE, Mudiambo, *Estudos Linguísticos sobre a Lexicologia e a Lexicografia de Aprendizagem (Aplicados) ao Ensino da Língua Portuguesa*, Lisboa, Colibri, 2014.
- SARAIVA, António e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Lisboa, Porto Editora, 5ª ed., 1884.
- SILVESTRE, Paulo João, *Bluteau e as Origens da Lexicografia Moderna*, Lisboa, Edições Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008.
- TORQUATO, Cloris Porto, *Políticas Linguísticas, Linguagem e Interação Social*, Revista Escrita, nº 11, 2010, Vértice 1679-6888.
- VILELA, Mário, “*Reflexão Sobre Política Linguística nos PALOP (Países de Língua Oficial Portuguesa)*”. In: *Africana Studia*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nº04, 2001.
- VILELA, Mário, *Estudos de Lexicologia do Português*, Porto, Porto Editora, 1994.
- XAVIER, Maria et alii, *Dicionário de Termos Linguísticos*, Lisboa, Editora Cosmos, Vol.Vº-I, 1990.
- ZAU, Domingos Gabriel Dele, *A Língua Portuguesa em Angola. Um Contributo para o Estudo da sua Normalização*, Dissertação, para obtenção do grau de Doutor em Letras, Covilhã, 2011.

ZAU, Filipe, *A Comparação entre as Língua Portuguesa e as Línguas Nacionais Africanas: uma necessidade pedagógica do ensino primário em Angola*, Universidade Aberta, 1998. Dissertação de Mestrado.

ZAU, Filipe, cit in VVAA (de 28 de junho a 3 de julho de 1989), *Declaração de Harare, Conferencia de Ministros da Educação e dos Ministros Encarregados da Planificação Económica dos Estados Membros da Africa* (Conclusões e Recomendações).